



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

Processo: **004929-0200/17-5**

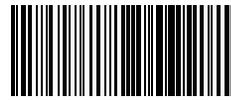
Gabinete: **Algir Lorenzon**

Data de abertura: **12 de janeiro de 2017**

Matéria: **Contas de Governo**

Órgão: **PM DE BARRA DO GUARITA - 73800**

Interessado(s): **Rodrigo Locatelli Tisott**



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94726312000120

Período: 01/01/2017 a 28/02/2017 - 1º Bimestre

Prefeitura: PM DE BARRA DO GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage: www.barradogarita-rs.com.br

E-Mail: pmguarita@gmail.com

Prefeito Municipal: RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

O Município não faz parte de nenhum Consórcio Público regido pela lei federal 11.107/2005

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



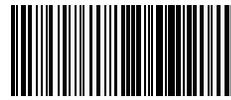
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	384.050,00	57.939,37
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	2.804,65
RECEITA PATRIMONIAL	121.600,00	18.985,22
RECEITA DE SERVICOS	44.500,00	4.798,74
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.781.200,00	2.246.163,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.970,00	12.590,17
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.499.320,00	2.343.281,67
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	150.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	30.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	182.000,00	30.000,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.865.320,00	-353.463,13
TOTAL DAS RECEITAS	11.816.000,00	2.019.818,54

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.086.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	371.038,65
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	11.457.038,65
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	994.663,83
Liquidado	916.873,49
Pago	846.607,17
SALDO A LIQUIDAR	77.790,34
SALDO A PAGAR	70.266,32



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	2.553.438,40
Liquidado	1.913.133,66
Pago	1.903.661,18
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	640.304,74
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	9.472,48

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	371.038,65
TOTAL	371.038,65

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	2.381.179,80D	3.265.856,07D
ATIVO NAO CIRCULANTE	14.895.396,41D	15.158.895,74D
PASSIVO CIRCULANTE	515.771,69C	583.032,61C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	645.097,36C	645.097,36C
PATRIMONIO LIQUIDO	16.115.707,16C	16.115.707,16C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	707.063,34D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	80.836,96D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	128.251,36D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	25.279,44D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	325,91D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	58.571,03C
CONTRIBUICOES	0,00	2.804,65C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	4.798,74C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	20.163,52C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.922.700,39C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	13.633,36C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,07D	1.513,50D
Bancos Conta Movimento	1.510.251,10D	2.372.732,21D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.510.251,17D	2.374.245,71D

RPPS

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00



11701033113221800

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/03/2017 - 10:45:40

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 28/02/2017

	Saldo Inicial	Saldo Final
RPPS		
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	1.510.251,17D	2.374.245,71D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.298.412,17	1.068.864,46	976.973,64
2º Bimestre	1.796.635,52	1.714.936,49	1.655.472,94
3º Bimestre	1.843.746,13	1.855.040,76	1.810.839,57
4º Bimestre	2.084.476,13	1.926.139,71	1.957.968,64
5º Bimestre	1.690.532,28	1.798.640,61	1.779.349,63
6º Bimestre	3.253.649,35	3.439.540,01	3.607.401,96
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		13.026.900,00	14.252.499,34
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		83.000,00	1.638.618,44
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-1.744.700,00	-1.961.235,71
TOTAL CONTAS DE RECEITA		11.365.200,00	13.929.882,07

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	1.892.901,19	0,00	1.892.901,19
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		1.892.901,19	0,00	1.892.901,19

Contas de Receita



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

OS TITULOS EXECUTIVOS ESTAO NA ASSESSORIA JURIDICA PARA COBRANCA.

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	881,21	0,00	881,21
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	367,17	0,00	367,17
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	220,30	0,00	220,30
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	10.069,63	0,00	10.069,63
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	4.195,72	0,00	4.195,72
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	2.517,44	0,00	2.517,44
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	3.294,00	0,00	3.294,00
11120800020000000000	ITBI - MDE	2.171,50	0,00	2.171,50
11120800030000000000	ITBI - ASPS	964,50	0,00	964,50
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	18.778,71	0,00	18.778,71
11130501020000000000	ISS - MDE	7.824,51	0,00	7.824,51
11130501030000000000	ISS - ASPS	4.694,71	0,00	4.694,71
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	827.700,97	0,00	827.700,97
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	68.975,07	0,00	68.975,07
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	206.925,14	0,00	206.925,14
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	275.900,22	0,00	275.900,22
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1.511,70	0,00	1.511,70
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	125,98	0,00	125,98
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	377,92	0,00	377,92
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	503,90	0,00	503,90
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	210.021,52	0,00	210.021,52
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17.501,79	0,00	17.501,79
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	52.505,36	0,00	52.505,36
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	70.007,15	0,00	70.007,15
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	17.604,49	0,00	17.604,49
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	1.467,04	0,00	1.467,04
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	4.401,12	0,00	4.401,12
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	5.868,15	0,00	5.868,15



11701033113221800

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/03/2017 - 10:45:40

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 28/02/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	3.551,13	0,00	3.551,13
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	295,92	0,00	295,92
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	887,78	0,00	887,78
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.183,71	0,00	1.183,71
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	0,21	0,00	0,21
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	0,09	0,00	0,09
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	0,06	0,00	0,06
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	411,75	0,00	411,75
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	171,83	0,00	171,83
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	102,97	0,00	102,97
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	8,21	0,00	8,21
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	3,51	0,00	3,51
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	2,16	0,00	2,16
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.111,29	0,00	2.111,29
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	880,00	0,00	880,00
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	528,00	0,00	528,00
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	120,33	0,00	120,33
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	50,15	0,00	50,15
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	30,09	0,00	30,09
SUBTOTAL		1.827.716,11	0,00	1.827.716,11

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada 456.929,03

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

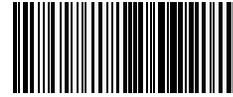
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	14.558,90	0,00	14.558,90
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	88.365,80	0,00	88.365,80
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.105,58	0,00	1.105,58
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	353.463,13	0,00	353.463,13
TOTAL II		457.493,41	0,00	457.493,41

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	79.711,13	0,00	79.711,13
20	Educação Infantil	21.984,78	0,00	21.984,78
31	Ensino Fundamental	115.245,62	0,00	115.245,62
31	Educação Infantil	60.809,24	0,00	60.809,24
SUBTOTAL I		277.750,77	0,00	277.750,77

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00



11701033113221800

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/03/2017 - 10:45:40

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 28/02/2017

(+) Perda com o FUNDEB	53.611,87	0,00	53.611,87
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	789,79	0,00	789,79
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	18,09		330.572,85

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	827.700,97	0,00	827.700,97
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	68.975,07	0,00	68.975,07
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	206.925,14	0,00	206.925,14
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	275.900,22	0,00	275.900,22
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1.511,70	0,00	1.511,70
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	125,98	0,00	125,98
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	377,92	0,00	377,92
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	503,90	0,00	503,90
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	210.021,52	0,00	210.021,52
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17.501,79	0,00	17.501,79
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	52.505,36	0,00	52.505,36
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	70.007,15	0,00	70.007,15
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	17.604,49	0,00	17.604,49
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	1.467,04	0,00	1.467,04
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	4.401,12	0,00	4.401,12
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	5.868,15	0,00	5.868,15
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	3.551,13	0,00	3.551,13
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	295,92	0,00	295,92
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	887,78	0,00	887,78
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.183,71	0,00	1.183,71
SUBTOTAL		1.767.316,06	0,00	1.767.316,06

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **353.463,21**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	353.463,13	0,00	353.463,13
TOTAL II		353.463,13	0,00	353.463,13

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	115.245,62	0,00	115.245,62
31	Educação Infantil	60.809,24	0,00	60.809,24
SUBTOTAL I		176.054,86	0,00	176.054,86
(+) Perda com o FUNDEB		53.611,87	0,00	53.611,87
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		648,44	0,00	648,44
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		12,96		229.018,29

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	648,44	0,00	648,44
17240100020000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	299.851,26	0,00	299.851,26
Total		300.499,70	0,00	300.499,70

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB

180.299,82

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	112.780,67	0,00	112.780,67
31	Educação Infantil	59.060,94	0,00	59.060,94
TOTAL		171.841,61	0,00	171.841,61

% de Aplicação

57,19

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	38.415,62	0,00	38.415,62
TOTAL	38.415,62	0,00	38.415,62

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%

1.920,78

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	881,21	0,00	881,21
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	367,17	0,00	367,17



11701033113221800

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/03/2017 - 10:45:40

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 28/02/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	220,30	0,00	220,30
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	10.069,63	0,00	10.069,63
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	4.195,72	0,00	4.195,72
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	2.517,44	0,00	2.517,44
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	3.294,00	0,00	3.294,00
11120800020000000000	ITBI - MDE	2.171,50	0,00	2.171,50
11120800030000000000	ITBI - ASPS	964,50	0,00	964,50
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	18.778,71	0,00	18.778,71
11130501020000000000	ISS - MDE	7.824,51	0,00	7.824,51
11130501030000000000	ISS - ASPS	4.694,71	0,00	4.694,71
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	827.700,97	0,00	827.700,97
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	68.975,07	0,00	68.975,07
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	206.925,14	0,00	206.925,14
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	275.900,22	0,00	275.900,22
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1.511,70	0,00	1.511,70
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	125,98	0,00	125,98
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	377,92	0,00	377,92
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	503,90	0,00	503,90
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	210.021,52	0,00	210.021,52
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17.501,79	0,00	17.501,79
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	52.505,36	0,00	52.505,36
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	70.007,15	0,00	70.007,15
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	17.604,49	0,00	17.604,49
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	1.467,04	0,00	1.467,04
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	4.401,12	0,00	4.401,12
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	5.868,15	0,00	5.868,15
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	3.551,13	0,00	3.551,13
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	295,92	0,00	295,92
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	887,78	0,00	887,78
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.183,71	0,00	1.183,71
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	0,21	0,00	0,21
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	0,09	0,00	0,09
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	0,06	0,00	0,06
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	411,75	0,00	411,75
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	171,83	0,00	171,83
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	102,97	0,00	102,97
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	8,21	0,00	8,21
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	3,51	0,00	3,51
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	2,16	0,00	2,16
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.111,29	0,00	2.111,29



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	880,00	0,00	880,00
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	528,00	0,00	528,00
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	120,33	0,00	120,33
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	50,15	0,00	50,15
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	30,09	0,00	30,09
SUBTOTAL I		1.827.716,11	0,00	1.827.716,11

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **274.157,42**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.396,95	0,00	8.396,95
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	265.097,32	0,00	265.097,32
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	663,28	0,00	663,28
TOTAL II		274.157,55	0,00	274.157,55

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	346.813,46	0,00	346.813,46
SUBTOTAL I		346.813,46	0,00	346.813,46

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS 1.340,70

SUBTOTAL III **1.340,70**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	18,90	345.472,76

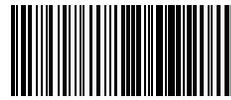
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	4 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: AS SUBFUNÇÕES SERÃO ACERTADAS NO PROXIMO ORÇAMENTO.

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: OS VINCULOS APRESENTAM PROBLEMA PELA CONTA UNICA DOS VINCULOS DA SAUDE.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	27/03/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

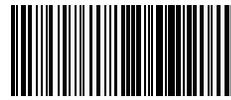
Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	24/02/2017	CAMARA DE VEREADORES

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
24/05/2013	http://177.125.242.66:8080/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR



O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.249.886,68	2.343.281,67
2º Bimestre	2.249.886,68	0,00
3º Bimestre	2.249.886,68	0,00
4º Bimestre	2.249.886,68	0,00
5º Bimestre	2.249.886,68	0,00
6º Bimestre	2.249.886,60	0,00
TOTAL	13.499.320,00	2.343.281,67
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	30.333,34	30.000,00
2º Bimestre	30.333,34	0,00
3º Bimestre	30.333,34	0,00
4º Bimestre	30.333,34	0,00
5º Bimestre	30.333,34	0,00
6º Bimestre	30.333,30	0,00
TOTAL	182.000,00	30.000,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-310.886,65	-353.463,13
2º Bimestre	-310.886,65	0,00
3º Bimestre	-310.886,65	0,00
4º Bimestre	-310.886,65	0,00
5º Bimestre	-310.886,65	0,00
6º Bimestre	-310.886,75	0,00
TOTAL	-1.865.320,00	-353.463,13
TOTAL DA RECEITA	11.816.000,00	2.019.818,54

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

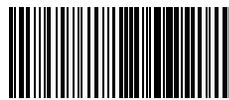
Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.



11701033113221800

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/03/2017 - 10:45:40

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 28/02/2017

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Rodrigo Locatelli Tisott

CPF: 77573447000

Cargo/Função: PREFEITO MUNICIPAL

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.0

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



11701033113221800

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/03/2017 - 10:45:40

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 28/02/2017

Página
15

Processo
04929-0200/17-5

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

Página da
peça
14

Peça
555908

BARRA DO GUARITA, 27 de Março de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

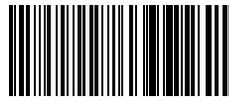
Contabilista

RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Prefeito Municipal

DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N0112F1A



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia Fundação	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94727898000148

Período: 01/01/2017 a 28/02/2017 - 1º Bimestre

Município: BARRA DO GUARITA

Autarquia: FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage:

E-Mail: fundofabs@bol.com.br

Responsável: CLAUDERI ROQUE PREUSS

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Dados Iniciais

A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

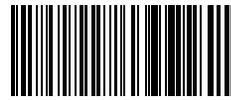
2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA

ORÇADA

REALIZADA



RECEITAS CORRENTES

RECEITA DE CONTRIBUICOES	666.000,00	61.643,21
RECEITA PATRIMONIAL	1.274.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	1.940.000,00	61.643,21

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
--	-------------	-------------

RECEITAS DE CAPITAL

AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
---	-------------	-------------

DEDUÇÕES DE RECEITA

	0,00	0,00
--	-------------	-------------

TOTAL DAS RECEITAS	1.941.000,00	61.643,21
---------------------------	---------------------	------------------

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.941.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.941.000,00

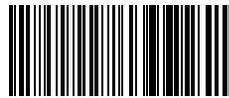
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

PODER EXECUTIVO	VALOR
Empenhado	40.805,23
Liquidado	40.805,23
Pago	40.805,23
SALDO A LIQUIDAR	0,00
SALDO A PAGAR	0,00

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	0,00
Liquidado	0,00
Pago	0,00
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais



ORIGEM DO RECURSO

TOTAL **0,00**

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

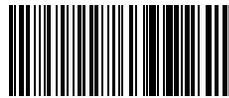
	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	10.656.128,78D	10.676.966,76D
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.748,00D	3.748,00D
PASSIVO CIRCULANTE	384,21C	384,21C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	3.408.223,18C	3.408.223,18C
PATRIMONIO LIQUIDO	7.251.269,39C	7.251.269,39C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	40.805,23D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	61.643,21C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	0,00	0,00

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	652.626,92D	688.464,90D
Bancos Conta Aplicação	9.529.640,34D	9.514.640,34D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	10.182.267,26D	10.203.105,24D

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00



TOTAL **10.182.267,26D** **10.203.105,24D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	29.439,96	29.439,96	29.094,72
2º Bimestre	35.276,27	35.276,27	35.621,51
3º Bimestre	46.446,54	46.446,54	39.504,80
4º Bimestre	45.035,23	45.035,23	40.661,54
5º Bimestre	40.612,22	40.612,22	31.695,52
6º Bimestre	75.944,38	75.944,38	96.176,51
CONTAS DE RECEITA			
		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		1.482.000,00	2.183.701,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	45.431,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA			
		Orçado	Realizado
DEDUCOES		0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA		1.482.000,00	2.229.133,00

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NÃO POSSUI TITULOS EXECUTIVOS.

3. Índices Constitucionais



11701031107661950

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



30/03/2017 - 10:49:04

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 28/02/2017

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)				0,00

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)				0,00

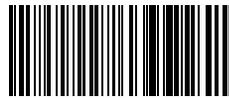
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530,



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: AS FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES FORAM ACERTADAS NO ORÇAMENTO 2017.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	323.333,35	61.643,21
2º Bimestre	323.333,35	0,00
3º Bimestre	323.333,35	0,00
4º Bimestre	323.333,35	0,00
5º Bimestre	323.333,35	0,00
6º Bimestre	323.333,25	0,00
TOTAL	1.940.000,00	61.643,21

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	166,67	0,00
2º Bimestre	166,67	0,00
3º Bimestre	166,67	0,00
4º Bimestre	166,67	0,00
5º Bimestre	166,67	0,00
6º Bimestre	166,65	0,00
TOTAL	1.000,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

TOTAL DA RECEITA	1.941.000,00	61.643,21
-------------------------	---------------------	------------------

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.



Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Clauderi Roque Preuss

CPF: 49497545053

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2017

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.0

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



11701031107661950

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



30/03/2017 - 10:49:04

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 28/02/2017

Página
23

Processo
04929-0200/17-5

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

Página da
peça
8

Peça
558818

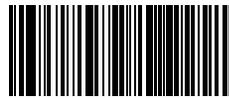
DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N01123BC

BARRA DO GUARITA, 30 de Março de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
Contabilista

CLAUDERI ROQUE PREUSS
Responsável



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94726312000120

Período: 01/01/2017 a 30/04/2017 - 2º Bimestre

Prefeitura: PM DE BARRA DO GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage: www.barradogarita-rs.com.br

E-Mail: pmguarita@gmail.com

Prefeito Municipal: RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

O Município não faz parte de nenhum Consórcio Público regido pela lei federal 11.107/2005

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

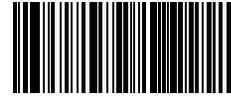
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	384.050,00	117.520,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	24.949,86
RECEITA PATRIMONIAL	121.600,00	43.163,14
RECEITA DE SERVICOS	44.500,00	6.844,74
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.781.200,00	4.316.374,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.970,00	21.330,44
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.499.320,00	4.530.182,34
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	150.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	223.535,58
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	182.000,00	223.535,58
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.865.320,00	-661.458,65
TOTAL DAS RECEITAS	11.816.000,00	4.092.259,27

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.086.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	662.038,65
Créditos Especiais	80.000,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	11.828.038,65
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	2.549.886,66
Liquidado	2.383.697,81
Pago	2.287.817,32
SALDO A LIQUIDAR	166.188,85
SALDO A PAGAR	95.880,49



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	2.551.108,40
Liquidado	1.910.803,66
Pago	1.903.661,18
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	640.304,74
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	7.142,48

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	742.038,65
TOTAL	742.038,65

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	2.381.179,80D	4.097.306,75D
ATIVO NAO CIRCULANTE	14.895.396,41D	15.173.242,56D
PASSIVO CIRCULANTE	515.771,69C	586.626,56C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	645.097,36C	645.097,36C
PATRIMONIO LIQUIDO	16.115.707,16C	16.084.749,95C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.644.195,50D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	324.378,65D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	263.834,11D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	39.849,70D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	10.325,91D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	229.716,72C
CONTRIBUICOES	0,00	24.949,86C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	6.844,74C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	46.753,43C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	3.880.277,54C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	2.330,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	45.787,02C

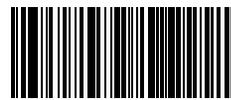
2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,07D	574,68D
Bancos Conta Movimento	1.510.251,10D	2.873.921,36D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.510.251,17D	2.874.496,04D

RPPS

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00



	Saldo Inicial	Saldo Final
RPPS		
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	1.510.251,17D	2.874.496,04D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.298.412,17	1.068.864,46	976.973,64
2º Bimestre	1.796.635,52	1.714.936,49	1.655.472,94
3º Bimestre	1.843.746,13	1.855.040,76	1.810.839,57
4º Bimestre	2.084.476,13	1.926.139,71	1.957.968,64
5º Bimestre	1.690.532,28	1.798.640,61	1.779.349,63
6º Bimestre	3.253.649,35	3.439.540,01	3.607.401,96
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		13.026.900,00	14.252.499,34
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		83.000,00	1.638.618,44
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-1.744.700,00	-1.961.235,71
TOTAL CONTAS DE RECEITA		11.365.200,00	13.929.882,07

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	1.892.901,19	0,00	1.892.901,19
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		1.892.901,19	0,00	1.892.901,19

Contas de Receita



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

OS TITULOS EXECUTIVOS ESTÃO NA ASSESSORIA JURIDICA PARA COBRANÇA.

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	4.810,16	0,00	4.810,16
11120200020000000000	IPTU - MDE	2.004,55	0,00	2.004,55
11120200030000000000	IPTU - ASPS	1.202,62	0,00	1.202,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.986,00	0,00	1.986,00
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	827,50	0,00	827,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	496,49	0,00	496,49
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	24.404,56	0,00	24.404,56
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	10.168,69	0,00	10.168,69
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	6.101,20	0,00	6.101,20
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	5.590,89	0,00	5.590,89
11120800020000000000	ITBI - MDE	2.869,72	0,00	2.869,72
11120800030000000000	ITBI - ASPS	1.797,53	0,00	1.797,53
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	24.017,23	0,00	24.017,23
11130501020000000000	ISS - MDE	10.007,35	0,00	10.007,35
11130501030000000000	ISS - ASPS	6.004,38	0,00	6.004,38
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.470.090,97	0,00	1.470.090,97
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	122.505,29	0,00	122.505,29
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	367.515,81	0,00	367.515,81
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	490.021,14	0,00	490.021,14
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	60,98	0,00	60,98
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	5,07	0,00	5,07
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	15,23	0,00	15,23
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	20,30	0,00	20,30
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	3.023,41	0,00	3.023,41
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	251,95	0,00	251,95
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	755,84	0,00	755,84
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.007,80	0,00	1.007,80
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	454.124,90	0,00	454.124,90



21701032417703910

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/05/2017 - 09:01:20

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/04/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	37.843,69	0,00	37.843,69
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	113.531,15	0,00	113.531,15
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	151.374,90	0,00	151.374,90
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	45.137,32	0,00	45.137,32
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	3.748,51	0,00	3.748,51
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	11.272,90	0,00	11.272,90
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	14.993,75	0,00	14.993,75
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	6.624,99	0,00	6.624,99
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	553,55	0,00	553,55
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.678,71	0,00	1.678,71
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.214,31	0,00	2.214,31
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	0,93	0,00	0,93
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	0,40	0,00	0,40
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	0,26	0,00	0,26
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	601,34	0,00	601,34
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	250,93	0,00	250,93
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	150,37	0,00	150,37
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	58,35	0,00	58,35
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	24,71	0,00	24,71
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	15,03	0,00	15,03
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.929,23	0,00	2.929,23
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.220,85	0,00	1.220,85
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	732,52	0,00	732,52
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	517,33	0,00	517,33
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	215,69	0,00	215,69
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	129,38	0,00	129,38
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-961,96	0,00	-961,96
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-401,00	0,00	-401,00
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-240,54	0,00	-240,54
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,23	0,00	-0,23
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,10	0,00	-0,10
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,06	0,00	-0,06
SUBTOTAL		3.405.904,77	0,00	3.405.904,77

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada

851.476,19

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	25.877,81	0,00	25.877,81
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	164.908,06	0,00	164.908,06
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.712,58	0,00	1.712,58
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-401,00	0,00	-401,00
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,10	0,00	-0,10
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	659.632,20	0,00	659.632,20



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL II		851.729,55	0,00	851.729,55

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	201.850,87	0,00	201.850,87
20	Educação Infantil	77.929,07	0,00	77.929,07
31	Ensino Fundamental	281.707,52	0,00	281.707,52
31	Educação Infantil	144.579,45	0,00	144.579,45
SUBTOTAL I		706.066,91	0,00	706.066,91

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		28.272,60	0,00	28.272,60
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		4.504,45	0,00	4.504,45
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		21,43		729.835,06

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.470.090,97	0,00	1.470.090,97
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	122.505,29	0,00	122.505,29
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	367.515,81	0,00	367.515,81
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	490.021,14	0,00	490.021,14
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	60,98	0,00	60,98
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	5,07	0,00	5,07
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	15,23	0,00	15,23
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	20,30	0,00	20,30
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	3.023,41	0,00	3.023,41
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	251,95	0,00	251,95
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	755,84	0,00	755,84
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.007,80	0,00	1.007,80
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	454.124,90	0,00	454.124,90
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	37.843,69	0,00	37.843,69
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	113.531,15	0,00	113.531,15



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	151.374,90	0,00	151.374,90
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	45.137,32	0,00	45.137,32
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	3.748,51	0,00	3.748,51
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	11.272,90	0,00	11.272,90
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	14.993,75	0,00	14.993,75
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	6.624,99	0,00	6.624,99
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	553,55	0,00	553,55
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.678,71	0,00	1.678,71
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.214,31	0,00	2.214,31
SUBTOTAL		3.298.372,47	0,00	3.298.372,47

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **659.674,49**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	659.632,20	0,00	659.632,20
TOTAL II		659.632,20	0,00	659.632,20

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	281.707,52	0,00	281.707,52
31	Educação Infantil	144.579,45	0,00	144.579,45
SUBTOTAL I		426.286,97	0,00	426.286,97

(+) Perda com o FUNDEB 28.272,60

(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB 4.246,06

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB	13,65	450.313,51

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

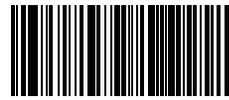
3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	4.246,06	0,00	4.246,06
17240100020000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	631.359,60	0,00	631.359,60
Total		635.605,66	0,00	635.605,66

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **381.363,40**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	199.955,07	0,00	199.955,07
31	Educação Infantil	136.570,15	0,00	136.570,15
TOTAL		336.525,22	0,00	336.525,22



% de Aplicação

52,95

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	38.415,62	0,00	38.415,62
TOTAL	38.415,62	0,00	38.415,62

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%

1.920,78

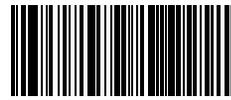
3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	4.810,16	0,00	4.810,16
11120200020000000000	IPTU - MDE	2.004,55	0,00	2.004,55
11120200030000000000	IPTU - ASPS	1.202,62	0,00	1.202,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.986,00	0,00	1.986,00
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	827,50	0,00	827,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	496,49	0,00	496,49
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	24.404,56	0,00	24.404,56
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	10.168,69	0,00	10.168,69
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	6.101,20	0,00	6.101,20
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	5.590,89	0,00	5.590,89
11120800020000000000	ITBI - MDE	2.869,72	0,00	2.869,72
11120800030000000000	ITBI - ASPS	1.797,53	0,00	1.797,53
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	24.017,23	0,00	24.017,23
11130501020000000000	ISS - MDE	10.007,35	0,00	10.007,35
11130501030000000000	ISS - ASPS	6.004,38	0,00	6.004,38
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.470.090,97	0,00	1.470.090,97
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	122.505,29	0,00	122.505,29
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	367.515,81	0,00	367.515,81
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	490.021,14	0,00	490.021,14
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	60,98	0,00	60,98
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	5,07	0,00	5,07
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	15,23	0,00	15,23
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	20,30	0,00	20,30
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	3.023,41	0,00	3.023,41
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	251,95	0,00	251,95



21701032417703910

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/05/2017 - 09:01:20

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

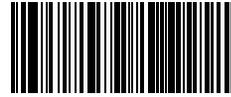
01/01/2017 a 30/04/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	755,84	0,00	755,84
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.007,80	0,00	1.007,80
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	454.124,90	0,00	454.124,90
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	37.843,69	0,00	37.843,69
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	113.531,15	0,00	113.531,15
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	151.374,90	0,00	151.374,90
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	45.137,32	0,00	45.137,32
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	3.748,51	0,00	3.748,51
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	11.272,90	0,00	11.272,90
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	14.993,75	0,00	14.993,75
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	6.624,99	0,00	6.624,99
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	553,55	0,00	553,55
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.678,71	0,00	1.678,71
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.214,31	0,00	2.214,31
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	0,93	0,00	0,93
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	0,40	0,00	0,40
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	0,26	0,00	0,26
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	601,34	0,00	601,34
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	250,93	0,00	250,93
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	150,37	0,00	150,37
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	58,35	0,00	58,35
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	24,71	0,00	24,71
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	15,03	0,00	15,03
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.929,23	0,00	2.929,23
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.220,85	0,00	1.220,85
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	732,52	0,00	732,52
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	517,33	0,00	517,33
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	215,69	0,00	215,69
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	129,38	0,00	129,38
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-961,96	0,00	-961,96
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-401,00	0,00	-401,00
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-240,54	0,00	-240,54
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,23	0,00	-0,23
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,10	0,00	-0,10
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,06	0,00	-0,06
SUBTOTAL I		3.405.904,77	0,00	3.405.904,77

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **510.885,72**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	15.602,22	0,00	15.602,22
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	494.769,64	0,00	494.769,64
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.027,56	0,00	1.027,56



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-240,54	0,00	-240,54
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,06	0,00	-0,06
TOTAL II		511.158,82	0,00	511.158,82

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	600.683,87	0,00	600.683,87
SUBTOTAL I		600.683,87	0,00	600.683,87

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS

		3.841,40	0,00	3.841,40
SUBTOTAL III		3.841,40	0,00	3.841,40

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	17,52	596.842,47

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	4 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	ref. Receita Orçamentária de segundo nível Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	ref. Receita Orçamentária de segundo nível Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	ref. Receita Orçamentária de segundo nível Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	ref. Receita Orçamentária de segundo nível Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	ref. Receita Orçamentária de segundo nível Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: AS FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES FORAM CORRIGIDAS NO ORÇAMENTO DE 2017.

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: ESSA SITUAÇÃO OCORRE EM FUNÇÃO DA CONTA UNICA DO FUNDO ESTADUAL DA SAUDE.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	27/03/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
2º Bimestre	Mural	16/05/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	16/05/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	24/02/2017	CAMARA DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2017	16/05/2017	CAMARA DE VEREADORES

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
24/05/2013	http://192.168.20.10:8082/pronimtb/index.asp

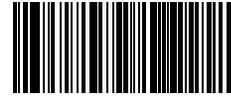
Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.249.886,68	2.343.287,00
2º Bimestre	2.249.886,68	2.186.895,34
3º Bimestre	2.249.886,68	0,00



RECEITAS CORRENTES

	META	REALIZADA
4º Bimestre	2.249.886,68	0,00
5º Bimestre	2.249.886,68	0,00
6º Bimestre	2.249.886,60	0,00
TOTAL	13.499.320,00	4.530.182,34

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	30.333,34	30.000,00
2º Bimestre	30.333,34	193.535,58
3º Bimestre	30.333,34	0,00
4º Bimestre	30.333,34	0,00
5º Bimestre	30.333,34	0,00
6º Bimestre	30.333,30	0,00
TOTAL	182.000,00	223.535,58

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-310.886,65	-353.463,13
2º Bimestre	-310.886,65	-307.995,52
3º Bimestre	-310.886,65	0,00
4º Bimestre	-310.886,65	0,00
5º Bimestre	-310.886,65	0,00
6º Bimestre	-310.886,75	0,00
TOTAL	-1.865.320,00	-661.458,65

TOTAL DA RECEITA

TOTAL DA RECEITA	11.816.000,00	4.092.259,27
-------------------------	----------------------	---------------------

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.



21701032417703910

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/05/2017 - 09:01:20

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/04/2017

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Rodrigo Locatelli Tisott

CPF: 77573447000

Cargo/Função: PREFEITO MUNICIPAL

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

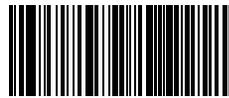


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.1

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



21701032417703910

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/05/2017 - 09:01:20

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/04/2017

Página
38

Processo
04929-0200/17-5

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

Página da
peça
15

Peça
597375

BARRA DO GUARITA, 16 de Maio de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Contabilista

RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Prefeito Municipal

DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N0108D1F



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia Fundação	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94727898000148

Período: 01/01/2017 a 30/04/2017 - 2º Bimestre

Município: BARRA DO GUARITA

Autarquia: FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage:

E-Mail: fundofabs@bol.com.br

Responsável: CLAUDERI ROQUE PREUSS

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Dados Iniciais

A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA

ORÇADA

REALIZADA



RECEITAS CORRENTES

RECEITA DE CONTRIBUICOES	666.000,00	61.643,21
RECEITA PATRIMONIAL	1.274.000,00	711.425,89
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	1.940.000,00	773.069,10

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
--	-------------	-------------

RECEITAS DE CAPITAL

AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
---	-------------	-------------

DEDUÇÕES DE RECEITA

	0,00	0,00
--	-------------	-------------

TOTAL DAS RECEITAS	1.941.000,00	773.069,10
---------------------------	---------------------	-------------------

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.941.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.941.000,00

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

PODER EXECUTIVO	VALOR
Empenhado	83.359,95
Liquidado	40.805,23
Pago	40.805,23
SALDO A LIQUIDAR	42.554,72
SALDO A PAGAR	0,00

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	0,00
Liquidado	0,00
Pago	0,00
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais



ORIGEM DO RECURSO

TOTAL **0,00**

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

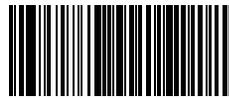
	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	10.656.128,78D	11.388.392,65D
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.748,00D	3.748,00D
PASSIVO CIRCULANTE	384,21C	384,21C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	3.408.223,18C	3.408.223,18C
PATRIMONIO LIQUIDO	7.251.269,39C	7.251.269,39C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	40.805,23D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	61.643,21C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	711.425,89C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	0,00	0,00

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	652.626,92D	678.357,82D
Bancos Conta Aplicação	9.529.640,34D	10.236.173,31D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	10.182.267,26D	10.914.531,13D

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00



TOTAL **10.182.267,26D** **10.914.531,13D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	29.439,96	29.439,96	29.094,72
2º Bimestre	35.276,27	35.276,27	35.621,51
3º Bimestre	46.446,54	46.446,54	39.504,80
4º Bimestre	45.035,23	45.035,23	40.661,54
5º Bimestre	40.612,22	40.612,22	31.695,52
6º Bimestre	75.944,38	75.944,38	96.176,51

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	1.482.000,00	2.183.701,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	45.431,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00

TOTAL CONTAS DE RECEITA **1.482.000,00** **2.229.133,00**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NÃO POSSUI TITULOS EXECUTIVOS.

3. Índices Constitucionais



21701033918454259

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/05/2017 - 09:23:11

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 30/04/2017

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)				0,00

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)				0,00

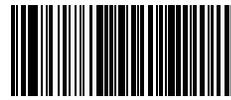
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530,



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: AS FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES FORAM CORRIGIDAS NO EXERCÍCIO 2017.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

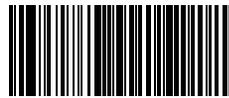
RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	323.333,35	773.069,10
2º Bimestre	323.333,35	0,00
3º Bimestre	323.333,35	0,00
4º Bimestre	323.333,35	0,00
5º Bimestre	323.333,35	0,00
6º Bimestre	323.333,25	0,00
TOTAL	1.940.000,00	773.069,10
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	166,67	0,00
2º Bimestre	166,67	0,00
3º Bimestre	166,67	0,00
4º Bimestre	166,67	0,00
5º Bimestre	166,67	0,00
6º Bimestre	166,65	0,00
TOTAL	1.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	1.941.000,00	773.069,10

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.



Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Clauderi Roque Preuss

CPF: 49497545053

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2017

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



21701033918454259

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16/05/2017 - 09:23:11

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 30/04/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

BARRA DO GUARITA, 16 de Maio de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
Contabilista

CLAUDERI ROQUE PREUSS
Responsável



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 1º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



41704050956920636

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18/07/2017

10:44:09

3.0.0.7

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE BARRA DO GUARITA

CNPJ: 94726312000120

ORGÃO Nº: 73800

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 31702051705327948 (Modelo 9)

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Autarquia/Fundação

Lei de Instituição do Controle Interno: 1078/2011

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 09/08/2011

(Não houve alteração da Lei de Instituição do Controle Interno)

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
563303085	Luana Cristina da Cruz	Auxiliar de Tesouraria	luczz2@yahoo.com.br	(55) 3616-1010

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 1401/2016, publicada em 06/12/2016:

- Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;
- Fixou critérios e forma de limitação de empenho;
- Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2017 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 1º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



41704050956920636

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18/07/2017

10:44:09

3.0.0.7

Pág.: 2/6

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2017, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS, entretanto não possui o dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

- Não foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;

- Não foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;

- Foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2017, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 1º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



41704050956920636

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18/07/2017

10:44:09

3.0.0.7

Pág.: 3/6

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2017 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 1º Semestre de 2017 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 28/03/2017 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Executivo.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2017 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 1º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



41704050956920636

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18/07/2017

10:44:09

3.0.0.7

Pág.: 4/6

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	-	-	-
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2017, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2017.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2017.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 31/03/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 1º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



41704050956920636

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



18/07/2017

10:44:09

3.0.0.7

Pág.: 5/6

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

NADA A DECLARAR



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 1º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



3.0.0.7

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

18/07/2017

10:44:09

Pág.: 6/6

PM DE BARRA DO GUARITA, 18/07/2017

RODRIGO LOCATELLI TISOTT
Prefeito Municipal

Luana Cristina da Cruz
Responsável pelo Controle Interno



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2017 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE BARRA DO GUARITA
1º Semestre



31702051705327948

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.1
17/07/2017
09:19:02
Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE BARRA DO GUARITA

CNPJ: 94726312000120

ORGÃO Nº: 73800

Cód. Barras do RVE Vinculado: 31701053076900527

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

CNPJ	Nome da Entidade	Tipo	É RPPS ?	Cód. Barras do RVE
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	SIM	31701033200548836

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	12.905.585,91

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	5.879.135,75	45,55%
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60%
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30%
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00%

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00%
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00%

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80%
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00%

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40%
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00%
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30%
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00%



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2017 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE BARRA DO GUARITA
1º Semestre



31702051705327948

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



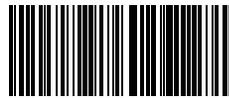
17.0.0.1
17/07/2017
09:19:02
Pág.: 2/2

BARRA DO GUARITA, 17 de Julho de 2017 .

RODRIGO LOCATELLI TISOTT
Prefeito Municipal

JOSE GETULIO WINGERT
Responsável pela Administração Financeira

LUANA CRISTINA DA CRUZ
Responsável pelo Controle Interno



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94726312000120

Período: 01/01/2017 a 30/06/2017 - 3º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE BARRA DO GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage: www.barradogarita-rs.com.br

E-Mail: pmguarita@gmail.com

Prefeito Municipal: RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

O Município não faz parte de nenhum Consórcio Público regido pela lei federal 11.107/2005

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	384.050,00	220.363,72
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	32.994,37
RECEITA PATRIMONIAL	121.600,00	78.684,19
RECEITA DE SERVICOS	44.500,00	11.404,14
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.781.200,00	6.630.174,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.970,00	36.367,31
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.499.320,00	7.009.988,64
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	150.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	340.610,08
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	182.000,00	340.610,08
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.865.320,00	-1.015.245,77
TOTAL DAS RECEITAS	11.816.000,00	6.335.352,95

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.086.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	840.038,65
Créditos Especiais	394.094,58
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	178.000,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	12.142.133,23
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	4.420.236,03
Liquidado	4.136.050,24
Pago	4.020.072,97
SALDO A LIQUIDAR	284.185,79
SALDO A PAGAR	115.977,27



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	2.551.108,40
Liquidado	2.054.918,73
Pago	2.053.927,50
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	496.189,67
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	991,23

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	314.094,58
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	178.000,00
Superávit Financeiro	742.038,65
TOTAL	1.234.133,23

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	2.381.179,80D	4.645.748,78D
ATIVO NAO CIRCULANTE	14.895.396,41D	15.362.933,52D
PASSIVO CIRCULANTE	515.771,69C	590.608,04C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	645.097,36C	645.097,36C
PATRIMONIO LIQUIDO	16.115.707,16C	16.084.749,94C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.648.841,43D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	626.407,64D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	393.794,95D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	61.556,72D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	10.947,89D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	275.214,14C
CONTRIBUICOES	0,00	32.994,37C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	9.404,14C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	84.863,65C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	5.953.593,32C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	2.330,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	71.375,97C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,07D	679,70D
Bancos Conta Movimento	1.510.251,10D	3.121.935,98D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.510.251,17D	3.122.615,68D



RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	1.510.251,17D	3.122.615,68D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.298.412,17	1.068.864,46	976.973,64
2º Bimestre	1.796.635,52	1.714.936,49	1.655.472,94
3º Bimestre	1.843.746,13	1.855.040,76	1.810.839,57
4º Bimestre	2.084.476,13	1.926.139,71	1.957.968,64
5º Bimestre	1.690.532,28	1.798.640,61	1.779.349,63
6º Bimestre	3.253.649,35	3.439.540,01	3.607.401,96

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	13.026.900,00	14.252.499,34
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	83.000,00	1.638.618,44
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.744.700,00	-1.961.235,71
TOTAL CONTAS DE RECEITA	11.365.200,00	13.929.882,07

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	1.892.901,19	0,00	1.892.901,19
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		1.892.901,19	0,00	1.892.901,19



Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

OS TITULOS EXECUTIVOS ESTAM NA ASSESSORIA JURIDICA PARA PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA.

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	37.221,08	0,00	37.221,08
11120200020000000000	IPTU - MDE	15.511,09	0,00	15.511,09
11120200030000000000	IPTU - ASPS	9.306,11	0,00	9.306,11
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.986,00	0,00	1.986,00
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	827,50	0,00	827,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	496,49	0,00	496,49
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	35.381,74	0,00	35.381,74
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	14.742,56	0,00	14.742,56
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	8.845,49	0,00	8.845,49
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	8.483,42	0,00	8.483,42
11120800020000000000	ITBI - MDE	4.075,02	0,00	4.075,02
11120800030000000000	ITBI - ASPS	2.520,15	0,00	2.520,15
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	29.935,87	0,00	29.935,87
11130501020000000000	ISS - MDE	12.473,57	0,00	12.473,57
11130501030000000000	ISS - ASPS	7.484,12	0,00	7.484,12
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.235.196,42	0,00	2.235.196,42
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	186.308,52	0,00	186.308,52
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	558.808,57	0,00	558.808,57
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	745.078,20	0,00	745.078,20
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	124,53	0,00	124,53
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	10,35	0,00	10,35
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	31,08	0,00	31,08
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	41,45	0,00	41,45
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.535,13	0,00	4.535,13
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	377,91	0,00	377,91
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.133,76	0,00	1.133,76
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.511,70	0,00	1.511,70



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	696.548,19	0,00	696.548,19
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	58.045,81	0,00	58.045,81
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	174.137,54	0,00	174.137,54
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	232.180,44	0,00	232.180,44
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	57.563,53	0,00	57.563,53
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.585,78	0,00	4.585,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.333,69	0,00	14.333,69
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	19.074,80	0,00	19.074,80
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	10.041,64	0,00	10.041,64
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	835,25	0,00	835,25
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.523,83	0,00	2.523,83
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.305,17	0,00	3.305,17
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	15,47	0,00	15,47
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	6,50	0,00	6,50
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	3,88	0,00	3,88
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	2,60	0,00	2,60
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	1,10	0,00	1,10
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	0,68	0,00	0,68
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	974,07	0,00	974,07
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	406,38	0,00	406,38
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	243,61	0,00	243,61
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	82,31	0,00	82,31
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	34,73	0,00	34,73
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	21,02	0,00	21,02
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	4.361,65	0,00	4.361,65
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.817,86	0,00	1.817,86
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.090,64	0,00	1.090,64
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	724,58	0,00	724,58
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	302,05	0,00	302,05
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	181,20	0,00	181,20
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-7.177,12	0,00	-7.177,12
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-2.992,99	0,00	-2.992,99
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.795,40	0,00	-1.795,40
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,23	0,00	-0,23
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,10	0,00	-0,10
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,06	0,00	-0,06
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-244,92	0,00	-244,92
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-112,42	0,00	-112,42
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-67,45	0,00	-67,45
SUBTOTAL		5.193.503,14	0,00	5.193.503,14
TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada				1.298.375,78



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	47.629,74	0,00	47.629,74
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.163,62	0,00	250.163,62
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.568,62	0,00	2.568,62
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2.992,99	0,00	-2.992,99
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-112,52	0,00	-112,52
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.001.191,76	0,00	1.001.191,76
TOTAL II		1.298.448,23	0,00	1.298.448,23

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	323.134,45	0,00	323.134,45
20	Educação Infantil	121.952,03	0,00	121.952,03
31	Ensino Fundamental	484.008,54	0,00	484.008,54
31	Educação Infantil	239.434,76	0,00	239.434,76
SUBTOTAL I		1.168.529,78	0,00	1.168.529,78

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		54.788,23	0,00	54.788,23
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		9.917,04	0,00	9.917,04
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		23,36		1.213.400,97

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.235.196,42	0,00	2.235.196,42
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	186.308,52	0,00	186.308,52
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	558.808,57	0,00	558.808,57
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	745.078,20	0,00	745.078,20
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	124,53	0,00	124,53
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	10,35	0,00	10,35
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	31,08	0,00	31,08



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	41,45	0,00	41,45
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.535,13	0,00	4.535,13
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	377,91	0,00	377,91
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.133,76	0,00	1.133,76
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.511,70	0,00	1.511,70
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	696.548,19	0,00	696.548,19
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	58.045,81	0,00	58.045,81
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	174.137,54	0,00	174.137,54
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	232.180,44	0,00	232.180,44
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	57.563,53	0,00	57.563,53
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.585,78	0,00	4.585,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.333,69	0,00	14.333,69
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	19.074,80	0,00	19.074,80
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	10.041,64	0,00	10.041,64
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	835,25	0,00	835,25
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.523,83	0,00	2.523,83
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.305,17	0,00	3.305,17
SUBTOTAL		5.006.333,29	0,00	5.006.333,29

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.001.266,66**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.001.191,76	0,00	1.001.191,76
TOTAL II		1.001.191,76	0,00	1.001.191,76

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	484.008,54	0,00	484.008,54
31	Educação Infantil	239.434,76	0,00	239.434,76
SUBTOTAL I		723.443,30	0,00	723.443,30

(+) Perda com o FUNDEB 54.788,23
 (-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB 9.157,89

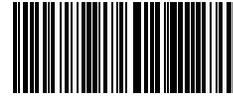
% de Aplicação Valor Aplicado

TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB **15,36** **769.073,64**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	9.157,89	0,00	9.157,89
17240100020000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	946.403,44	0,00	946.403,44
Total		955.561,33	0,00	955.561,33



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB

573.336,80

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	372.428,52	0,00	372.428,52
31	Educação Infantil	213.085,75	0,00	213.085,75
TOTAL		585.514,27	0,00	585.514,27

% de Aplicação

61,27

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	38.415,62	0,00	38.415,62
TOTAL	38.415,62	0,00	38.415,62

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%

1.920,78

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	37.221,08	0,00	37.221,08
11120200020000000000	IPTU - MDE	15.511,09	0,00	15.511,09
11120200030000000000	IPTU - ASPS	9.306,11	0,00	9.306,11
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.986,00	0,00	1.986,00
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	827,50	0,00	827,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	496,49	0,00	496,49
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	35.381,74	0,00	35.381,74
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	14.742,56	0,00	14.742,56
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	8.845,49	0,00	8.845,49
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	8.483,42	0,00	8.483,42
11120800020000000000	ITBI - MDE	4.075,02	0,00	4.075,02
11120800030000000000	ITBI - ASPS	2.520,15	0,00	2.520,15
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	29.935,87	0,00	29.935,87
11130501020000000000	ISS - MDE	12.473,57	0,00	12.473,57
11130501030000000000	ISS - ASPS	7.484,12	0,00	7.484,12
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.235.196,42	0,00	2.235.196,42
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	186.308,52	0,00	186.308,52
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	558.808,57	0,00	558.808,57



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	745.078,20	0,00	745.078,20
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	124,53	0,00	124,53
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	10,35	0,00	10,35
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	31,08	0,00	31,08
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	41,45	0,00	41,45
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.535,13	0,00	4.535,13
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	377,91	0,00	377,91
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.133,76	0,00	1.133,76
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.511,70	0,00	1.511,70
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	696.548,19	0,00	696.548,19
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	58.045,81	0,00	58.045,81
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	174.137,54	0,00	174.137,54
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	232.180,44	0,00	232.180,44
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	57.563,53	0,00	57.563,53
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.585,78	0,00	4.585,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.333,69	0,00	14.333,69
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	19.074,80	0,00	19.074,80
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	10.041,64	0,00	10.041,64
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	835,25	0,00	835,25
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.523,83	0,00	2.523,83
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.305,17	0,00	3.305,17
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	15,47	0,00	15,47
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	6,50	0,00	6,50
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	3,88	0,00	3,88
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	2,60	0,00	2,60
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	1,10	0,00	1,10
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	0,68	0,00	0,68
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	974,07	0,00	974,07
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	406,38	0,00	406,38
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	243,61	0,00	243,61
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	82,31	0,00	82,31
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	34,73	0,00	34,73
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	21,02	0,00	21,02
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	4.361,65	0,00	4.361,65
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.817,86	0,00	1.817,86
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.090,64	0,00	1.090,64
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	724,58	0,00	724,58
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	302,05	0,00	302,05
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	181,20	0,00	181,20
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-7.177,12	0,00	-7.177,12
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-2.992,99	0,00	-2.992,99
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.795,40	0,00	-1.795,40
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,23	0,00	-0,23
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,10	0,00	-0,10



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,06	0,00	-0,06
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-244,92	0,00	-244,92
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-112,42	0,00	-112,42
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-67,45	0,00	-67,45
SUBTOTAL I		5.193.503,14	0,00	5.193.503,14
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				779.025,47

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	28.652,36	0,00	28.652,36
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	750.968,47	0,00	750.968,47
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.541,03	0,00	1.541,03
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-1.795,40	0,00	-1.795,40
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-67,51	0,00	-67,51
TOTAL II		779.298,95	0,00	779.298,95

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	916.820,63	0,00	916.820,63
SUBTOTAL I		916.820,63	0,00	916.820,63

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		6.331,30	0,00	6.331,30
SUBTOTAL III		6.331,30	0,00	6.331,30

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	17,53	910.489,33

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	4 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: AS FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES SERÃO ACERTADAS NO ORÇAMENTO DE 2018.

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: EM FUNÇÃO DAS ORIENTAÇÕES DA SES PARA REALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO RMGS ONDE FORAM UNIFICADOS ALGUNS VINCULOS NA EXECUÇÃO DA DESPESA.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	27/03/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
2º Bimestre	Mural	16/05/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	16/05/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
3º Bimestre	Mural	17/07/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	17/07/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/



5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	17/07/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	17/07/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	24/02/2017	CAMARA DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2017	16/05/2017	CAMARA DE VEREADORES

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
24/05/2013	http://192.168.20.10:8082/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2016 - 01/07/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	7.768.842,24	0,00	7.768.842,24
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.025.431,37	0,00	-1.025.431,37
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	10.815,66	0,00	10.815,66
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	4.506,54	0,00	4.506,54
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	2.703,91	0,00	2.703,91
Subtotal		6.725.384,76	0,00	6.725.384,76
	(+) Perda com o FUNDEB	133.980,04	0,00	133.980,04
TOTAL		6.859.364,80	0,00	6.859.364,80

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	7.009.988,64	0,00	7.009.988,64
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.015.245,77	0,00	-1.015.245,77
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.986,00	0,00	1.986,00



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	827,50	0,00	827,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	496,49	0,00	496,49
Subtotal		5.991.432,88	0,00	5.991.432,88
	(+) Perda com o FUNDEB	54.788,23	0,00	54.788,23
TOTAL		6.046.221,11	0,00	6.046.221,11
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		12.905.585,91	0,00	12.905.585,91

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2016 - 01/07/2016 a 31/12/2016

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.527.240,15	-296.945,83	3.230.294,32
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		3.527.240,15	-296.945,83	3.230.294,32

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior 3.527.240,15 -296.945,83 3.230.294,32

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.648.841,43	0,00	2.648.841,43
	DEDUÇÕES			
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		2.648.841,43	0,00	2.648.841,43

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
	DEDUÇÕES			
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual 2.648.841,43 0,00 2.648.841,43

Total da Despesa com Pessoal 6.176.081,58 -296.945,83 5.879.135,75

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2017



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
212130198000000	OUTROS TITULOS - EMPRESTIMOS INTERNOS	10.308,51	0,00	10.308,51
212130201000000	CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS	23.850,00	0,00	23.850,00
212130298000000	OUTROS CONTRATOS - EMPRESTIMOS INTERNOS	194.183,96	0,00	194.183,96
212410200000000	FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO A CURTO PRAZO	37.596,22	0,00	37.596,22
213110102000000	FORNECEDORES FINANCIADOS A PAGAR	230.617,80	0,00	230.617,80
213110103000000	PARCELAMENTO DE FORNECEDORES A PAGAR	-70.310,54	0,00	-70.310,54
223110102000000	FORNECEDORES FINANCIADOS A PAGAR	171.220,17	0,00	171.220,17
TOTAL		597.466,12	0,00	597.466,12

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010000	BB Cta Movimento	232.866,77	0,00	232.866,77
111111902020000	BB FPM-FUNDO PARTIC.MUNICIPIOS	280.524,60	0,00	280.524,60
111111902040000	BB FEX-Auxilio Financeira Esforco Exportador	17.697,89	0,00	17.697,89
111111902050000	BB Fundo Especial	23.953,26	0,00	23.953,26
111111902080000	BB ASPS - FUNDO MUNIC.SAUDE	316.289,99	0,00	316.289,99
111111902090000	BB SALARIO EDUCACAO FNDE	91.769,63	0,00	91.769,63
111111902100000	BB PNAT-TRANSPORTE ESCOLAR	254,28	0,00	254,28
111111902110000	BB CIDE-CONTR.INTERV.DOM.ECONOMICO	29.556,18	0,00	29.556,18
111111902120000	BB SALARIO (13)	370.417,15	0,00	370.417,15
111111902130000	BB MDE-EDUCACAO	20.382,14	0,00	20.382,14
111111902140000	BB - TETO FINANCEIRO VIGILANCIA SAUDE - TFVS	228,55	0,00	228,55
111111902150000	BB - ICMS DESONERACAO EXPORTACAO	6.349,03	0,00	6.349,03
111111902160000	BB FUNDEB	465.936,18	0,00	465.936,18
111111902170000	BB - GRUPO DE HIPERTENCOS	0,73	0,00	0,73
111111902190000	BB - SIMPLES NACIONAL	17.680,54	0,00	17.680,54
111111902200000	B.BRASIL FARMACIA BASICA	4.341,57	0,00	4.341,57
111111902210000	B.BRASIL PAB FIXO	17.242,66	0,00	17.242,66
111111902220000	B.BRASIL VIGILANCIA FIXA	52.277,20	0,00	52.277,20
111111902260000	B. BRASIL PETI PVMC	438,47	0,00	438,47
111111902280000	B.B.ALIMENTACAO ESCOLAR	2.431,39	0,00	2.431,39
111111902300000	B. BRASIL CONST. CRECHE CONV. FNDE 700061/2010	96.767,79	0,00	96.767,79
111111902320000	B.BRASIL PACS	15.324,22	0,00	15.324,22
111111902330000	B.BRASIL SAUDE BUCAL	3.050,06	0,00	3.050,06
111111902340000	B.BRASIL PSF	370,92	0,00	370,92
111111902370000	B.BRASIL PMAQ	8.917,36	0,00	8.917,36
111111902410000	B.BRASIL FMS COMP. REGIONAIS	2,14	0,00	2,14



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902440000	B.BRASIL AFM	54,43	0,00	54,43
111111902510000	B.BRASIL REFORMA UBS	2.614,37	0,00	2.614,37
111111902520000	B.BRASIL SAUDE DO ESCOLAR	800,00	0,00	800,00
111111902530000	B.BRASIL APOIO A CRECHES	395,31	0,00	395,31
111111902540000	B.BRASIL IMP. ESTRUTURAS ESPORTIVAS	7.721,28	0,00	7.721,28
111111902580000	B.BRASIL FOLHA DE PGTO	89.808,07	0,00	89.808,07
111111902590000	B.BRASIL TELESAUDE	1.783,04	0,00	1.783,04
111111902620000	B.BRASIL BRASIL CARINHOSO	11.673,89	0,00	11.673,89
111111902640000	B.BRASIL PRO - INFANCIA	37,09	0,00	37,09
111111902660000	B.BRASIL EQUIPAMENTOS SAUDE	11.362,09	0,00	11.362,09
111111902680000	B.BRASIL IGD	29.694,03	0,00	29.694,03
111111902690000	B.BRASIL CRAS	3.203,20	0,00	3.203,20
111111902700000	B.BRASIL SCFV	54.062,09	0,00	54.062,09
111111902730000	B.BRASIL MEC/FNDE NOVAS TURMAS	15.132,69	0,00	15.132,69
111111903030000	CAIXA ECONOMICA MOVIMENTO	22.562,77	0,00	22.562,77
111111903110000	CEF MOVIMENTO APLIC. FINANCEIRA	1.283,50	0,00	1.283,50
111111903220000	CEF FOLHA DE PAGAMENTO	28.386,99	0,00	28.386,99
111111903230000	CEF ASFALTO CONV. 10093199/2013	62.007,83	0,00	62.007,83
111111903270000	CEF M. CIDADE C. 1016491-39/2014	70.931,17	0,00	70.931,17
111111903290000	CEF ASFALTO CT 1008871-06/2013	104.122,59	0,00	104.122,59
111111903310000	CEF INF. ESPORTIVA CEF 789788/2013	10.239,89	0,00	10.239,89
111111903320000	CEF REMOD. PRACA CONT. 1018601-12/2014 CONV. 804575/2014	35.892,86	0,00	35.892,86
111111903340000	CEF EQUIP SAUDE EMENDA PARLAMENTAR	64.000,00	0,00	64.000,00
111111912010000	Banr. Cta Movimento	56.048,92	0,00	56.048,92
111111912030000	BANR.TRANSP.ESCOLAR-ESTADO	33.847,45	0,00	33.847,45
111111912050000	BANR.MUNICIPIO RESOLVE	674,46	0,00	674,46
111111912060000	BANR.SALARIO EDUCACAO-ESTADO	76,92	0,00	76,92
111111912080000	BANRISUL CONVENIO FEAS	2.609,24	0,00	2.609,24
111111912090000	BANRISUL CTA FOLHA DE PGTO	28.916,92	0,00	28.916,92
111111912130000	BANRISUL FMS PIM	4.836,33	0,00	4.836,33
111111912140000	BANRISUL FMS DIABETES MELITUS	1.778,42	0,00	1.778,42
111111912160000	BANRISUL FMS PSF	57.653,50	0,00	57.653,50
111111912170000	BANRISUL FMS FARMACIA BASICA	4.936,88	0,00	4.936,88
111111912180000	BANRISUL FMS PIES IAB	35.669,83	0,00	35.669,83
111111912200000	BANRISUL PACS	9.555,80	0,00	9.555,80
111111912240000	BANRISUL CONS. POP. EQUIP. AGRICOLAS	0,04	0,00	0,04
111111912250000	BANRISUL FMS EQUIP. PORT. 337/13	21,00	0,00	21,00
111111912260000	BANRISUL CONCURSO PUBLICO	2,48	0,00	2,48
111111912270000	BANRISUL AQUIS. EQUIP UBS CONS. POPULAR	71,58	0,00	71,58
111111912300000	BANRISUL FMS AQUIS. FRALDAS	360,00	0,00	360,00
111111912310000	BANRISUL ALIENACAO BENS	1.723,49	0,00	1.723,49



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912320000	BANRISUL NAAB	131.371,88	0,00	131.371,88
111111912330000	BANRISUL FMAS - FEAS	31.292,98	0,00	31.292,98
111111912340000	BANRISUL VIGILANCIA EM SAUDE	4.000,00	0,00	4.000,00
111111912350000	BANRISUL DPTO TRANSITO	759,81	0,00	759,81
111111912360000	BANRISUL FUNDO MEIO AMBIENTE	1.343,20	0,00	1.343,20
111113001000000	ARRECADACAO DIRETA	11.544,97	0,00	11.544,97
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	14.164,43	0,00	14.164,43
TOTAL		3.136.100,41	0,00	3.136.100,41

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110301000000	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	7.113,61	0,00	7.113,61
TOTAL		7.113,61	0,00	7.113,61
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				3.143.214,02
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
631100000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	331.900,13	0,00	331.900,13
TOTAL		331.900,13	0,00	331.900,13

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120101010000000000	ITR - MDE	25.273,23	0,00	25.273,23
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	36.849,89	0,00	36.849,89
11120200020000000000	IPTU - MDE	15.356,42	0,00	15.356,42
11120200030000000000	IPTU - ASPS	9.213,27	0,00	9.213,27
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	10.815,66	0,00	10.815,66
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	4.506,54	0,00	4.506,54
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	2.703,91	0,00	2.703,91
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	77.465,00	0,00	77.465,00
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	32.277,63	0,00	32.277,63
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	19.366,48	0,00	19.366,48
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	14.267,00	0,00	14.267,00
11120800020000000000	ITBI - MDE	5.780,57	0,00	5.780,57
11120800030000000000	ITBI - ASPS	3.730,74	0,00	3.730,74
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	43.127,40	0,00	43.127,40



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130501020000000000	ISS - MDE	18.925,72	0,00	18.925,72
11130501030000000000	ISS - ASPS	9.826,31	0,00	9.826,31
11211700000000000000	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	20.402,17	0,00	20.402,17
11212100000000000000	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	1.725,00	0,00	1.725,00
11212500000000000000	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVICOS	900,28	0,00	900,28
11222100000000000000	TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	5.265,34	0,00	5.265,34
11229000000000000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	5.460,41	0,00	5.460,41
12300000000000000000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	104.024,07	0,00	104.024,07
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.381.072,35	0,00	4.381.072,35
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	358.396,59	0,00	358.396,59
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.089.394,35	0,00	1.089.394,35
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.452.525,13	0,00	1.452.525,13
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	181.415,63	0,00	181.415,63
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	75.589,84	0,00	75.589,84
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	45.353,92	0,00	45.353,92
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	128.926,48	0,00	128.926,48
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.719,37	0,00	53.719,37
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.231,63	0,00	32.231,63
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	448,19	0,00	448,19
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	37,36	0,00	37,36
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	112,01	0,00	112,01
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	149,38	0,00	149,38
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	9.055,78	0,00	9.055,78
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	754,64	0,00	754,64
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.263,84	0,00	2.263,84
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	3.018,50	0,00	3.018,50
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.393.554,99	0,00	1.393.554,99
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	115.981,82	0,00	115.981,82
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	348.455,49	0,00	348.455,49
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	464.704,80	0,00	464.704,80
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	72.679,31	0,00	72.679,31



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	5.884,97	0,00	5.884,97
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	17.986,74	0,00	17.986,74
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	24.137,74	0,00	24.137,74
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17.399,28	0,00	17.399,28
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.455,10	0,00	1.455,10
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.364,26	0,00	4.364,26
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.804,66	0,00	5.804,66
17220113000000000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	11.792,50	0,00	11.792,50
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	308,05	0,00	308,05
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	129,26	0,00	129,26
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	77,17	0,00	77,17
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	25,74	0,00	25,74
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	10,91	0,00	10,91
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	6,55	0,00	6,55
19119901010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	474,50	0,00	474,50
19119901010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	79,30	0,00	79,30
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.859,95	0,00	2.859,95
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.275,40	0,00	1.275,40
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	764,92	0,00	764,92
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	162,77	0,00	162,77
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	68,19	0,00	68,19
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	40,50	0,00	40,50
19139900010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	769,32	0,00	769,32
19139900010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	507,01	0,00	507,01
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	10.729,22	0,00	10.729,22
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	4.472,02	0,00	4.472,02
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.682,80	0,00	2.682,80
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	1.089,50	0,00	1.089,50
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	372,15	0,00	372,15
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	223,46	0,00	223,46
19319901010100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	3.102,05	0,00	3.102,05
19319901010200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.852,54	0,00	1.852,54
91112010101000000000	Deducao - ITR - MDE	-14,10	0,00	-14,10
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-5.747,98	0,00	-5.747,98



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-2.397,01	0,00	-2.397,01
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.437,53	0,00	-1.437,53
91122210000000000000	Deducao - TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	-467,10	0,00	-467,10
91122900000000000000	Deducao - TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	-818,96	0,00	-818,96
91721010504000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	-4,75	0,00	-4,75
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-7,69	0,00	-7,69
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-3,21	0,00	-3,21
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-1,92	0,00	-1,92
TOTAL		10.787.112,72	0,00	10.787.112,72

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	757.332,81	0,00	757.332,81	1,0757	814.662,90
Fevereiro	897.801,42	0,00	897.801,42	1,0597	951.400,16
Março	700.403,94	0,00	700.403,94	1,0512	736.264,62
Abril	765.632,08	0,00	765.632,08	1,0467	801.387,10
Mai	1.002.890,78	0,00	1.002.890,78	1,0430	1.046.015,08
Junho	730.383,74	0,00	730.383,74	1,0313	753.244,75
Julho	867.984,89	0,00	867.984,89	1,0148	880.831,07
Agosto	798.035,96	0,00	798.035,96	1,0148	809.846,89
Setembro	614.132,07	0,00	614.132,07	1,0104	620.519,04
Outubro	743.581,68	0,00	743.581,68	1,0101	751.091,85
Novembro	1.164.178,00	0,00	1.164.178,00	1,0088	1.174.422,77
Dezembro	1.744.755,35	0,00	1.744.755,35	1,0083	1.759.236,82
TOTAL	10.787.112,72	0,00	10.787.112,72		11.098.923,07

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão

Justificativa: VALOR RELATIVO AO PAGAMENTO DO PREMIO DE ASSUDDUIDADE DE 296.945,83, AOS SERVIDORES COM DIREITO ADQUIRIDO ATÉ O FINAL DO EXERCICIO DE 2016.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.249.886,68	2.343.287,00
2º Bimestre	2.249.886,68	2.192.264,60
3º Bimestre	2.249.886,68	2.474.437,04
4º Bimestre	2.249.886,68	0,00
5º Bimestre	2.249.886,68	0,00
6º Bimestre	2.249.886,60	0,00
TOTAL	13.499.320,00	7.009.988,64



RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	30.333,34	30.000,00
2º Bimestre	30.333,34	193.535,58
3º Bimestre	30.333,34	117.074,50
4º Bimestre	30.333,34	0,00
5º Bimestre	30.333,34	0,00
6º Bimestre	30.333,30	0,00
TOTAL	182.000,00	340.610,08
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-310.886,65	-353.463,13
2º Bimestre	-310.886,65	-308.759,37
3º Bimestre	-310.886,65	-353.023,27
4º Bimestre	-310.886,65	0,00
5º Bimestre	-310.886,65	0,00
6º Bimestre	-310.886,75	0,00
TOTAL	-1.865.320,00	-1.015.245,77
TOTAL DA RECEITA	11.816.000,00	6.335.352,95

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Nome: Rodrigo Locatelli Tisott

CPF: 77573447000

Cargo/Função: PREFEITO MUNICIPAL

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.1

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



31701053076900527

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 08:47:52

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 30/06/2017

Página

79

Processo
04929-0200/17-5

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

Página da
peça

25

Peça
658654

BARRA DO GUARITA, 17 de Julho de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

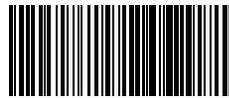
Contabilista

RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Prefeito Municipal

DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N00F9DC0



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia Fundação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94727898000148

Período: 01/01/2017 a 30/06/2017 - 3º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Município: BARRA DO GUARITA

Autarquia: FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage:

E-Mail: fundofabs@bol.com.br

Responsável: CLAUDERI ROQUE PREUSS

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Dados Iniciais

A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA

ORÇADA

REALIZADA



RECEITAS CORRENTES

RECEITA DE CONTRIBUICOES	666.000,00	369.431,64
RECEITA PATRIMONIAL	1.274.000,00	711.425,89
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	1.940.000,00	1.080.857,53

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
--	-------------	-------------

RECEITAS DE CAPITAL

AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
---	-------------	-------------

DEDUÇÕES DE RECEITA

	0,00	0,00
--	-------------	-------------

TOTAL DAS RECEITAS	1.941.000,00	1.080.857,53
---------------------------	---------------------	---------------------

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.941.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.941.000,00

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

PODER EXECUTIVO	VALOR
Empenhado	126.665,25
Liquidado	52.625,38
Pago	40.805,23
SALDO A LIQUIDAR	74.039,87
SALDO A PAGAR	11.820,15

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	0,00
Liquidado	0,00
Pago	0,00
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais



ORIGEM DO RECURSO

TOTAL **0,00**

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

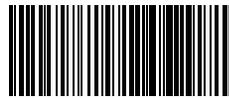
	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	10.656.128,78D	11.696.181,08D
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.748,00D	3.748,00D
PASSIVO CIRCULANTE	384,21C	12.204,36C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	3.408.223,18C	3.408.223,18C
PATRIMONIO LIQUIDO	7.251.269,39C	7.251.269,39C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	52.625,38D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	369.431,64C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	711.425,89C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	0,00	0,00

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	1.105,44D
Bancos Conta Movimento	652.626,92D	985.040,81D
Bancos Conta Aplicação	9.529.640,34D	10.236.173,31D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	10.182.267,26D	11.222.319,56D

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00



31701033200548836

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 09:03:55

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 30/06/2017

TOTAL **10.182.267,26D** **11.222.319,56D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	29.439,96	29.439,96	29.094,72
2º Bimestre	35.276,27	35.276,27	35.621,51
3º Bimestre	46.446,54	46.446,54	39.504,80
4º Bimestre	45.035,23	45.035,23	40.661,54
5º Bimestre	40.612,22	40.612,22	31.695,52
6º Bimestre	75.944,38	75.944,38	96.176,51
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		1.482.000,00	2.183.701,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	45.431,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA		1.482.000,00	2.229.133,00

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

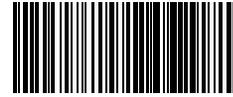
Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NÃO PÓSUI TITULOS EXECUTIVOS.

3. Índices Constitucionais



31701033200548836

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 09:03:55

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 30/06/2017

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)				0,00

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)				0,00

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530,



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: AS FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES SERÃO CORRIGIDAS NO ORÇAMENTO DE 2018.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2016 - 01/07/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	859.913,69	0,00	859.913,69
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12102901000000000000	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	301.706,96	0,00	301.706,96
12102909000000000000	CONTRIBUICOES DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	169.492,42	0,00	169.492,42
13281000000000000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	388.714,31	0,00	388.714,31
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	1.080.857,53	0,00	1.080.857,53
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12102901000000000000	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	252.015,49	0,00	252.015,49
12102907000000000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	117.416,15	0,00	117.416,15
13281000000000000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	711.425,89	0,00	711.425,89
TOTAL		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		0,00	0,00	0,00

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2016 - 01/07/2016 a 31/12/2016



CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	161.591,83	0,00	161.591,83

DEDUÇÕES

SELEÇÃO AUTOMÁTICA

319001010000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	122.477,56	0,00	122.477,56
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	33.074,02	0,00	33.074,02
319005000101	AUXILIO-DOENCA - PESSOAL ATIVO	4.373,69	0,00	4.373,69
319005000105	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	1.666,56	0,00	1.666,56

TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA **0,00** **0,00** **0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA **0,00** **0,00** **0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS **0,00** **0,00** **0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES

SELEÇÃO AUTOMÁTICA

0,00 0,00 0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS **0,00** **0,00** **0,00**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior **0,00** **0,00** **0,00**

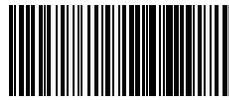
5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.625,38	0,00	52.625,38

DEDUÇÕES

SELEÇÃO AUTOMÁTICA



31701033200548836

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 09:03:55

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 30/06/2017

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
319001010000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	38.822,11	0,00	38.822,11
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	12.804,36	0,00	12.804,36
319005000105	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	998,91	0,00	998,91
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		-0,00	0,00	-0,00

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.039,87	0,00	74.039,87
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	57.409,25	0,00	57.409,25
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	16.630,62	0,00	16.630,62
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual

0,00 0,00 0,00

Total da Despesa com Pessoal

0,00 0,00 0,00

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00



5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111903020000	CX.ECON.FEDERAL - FABS PREVIDENCIA	86.783,10	0,00	86.783,10
111111999010000	BANCO DO BRASIL - FABS - PREVIDENCIA - 8027-6	835.016,04	0,00	835.016,04
111115001000000	TITULOS PUBLICOS	1.972.182,43	0,00	1.972.182,43
111115099010000	CEF FAB APLICACAO FINANCEIRA	3.472.130,43	0,00	3.472.130,43
111115099020000	B.BRASIL APLICACAO FABS	4.791.860,45	0,00	4.791.860,45
TOTAL		11.157.972,45	0,00	11.157.972,45

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112410101000000	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	473.861,52	0,00	473.861,52
TOTAL		473.861,52	0,00	473.861,52
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				11.631.833,97
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
227210201000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	7.013.005,22	0,00	7.013.005,22
227210202000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-1.757.102,65	0,00	-1.757.102,65
227210203000000	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-1.757.102,65	0,00	-1.757.102,65
227210598000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-430.445,47	0,00	-430.445,47
TOTAL		3.068.354,45	0,00	3.068.354,45

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
------------	-----------	----------------	-----------------	----------------

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA	0,00	0,00	0,00
	Total para fins da apuração do cumprimento do limite	0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 30/06/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	0,00	0,00	0,00		0,00

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	323.333,35	773.069,10
2º Bimestre	323.333,35	160.843,41
3º Bimestre	323.333,35	146.945,02
4º Bimestre	323.333,35	0,00
5º Bimestre	323.333,35	0,00
6º Bimestre	323.333,25	0,00



RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
TOTAL	1.940.000,00	1.080.857,53
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	166,67	0,00
2º Bimestre	166,67	0,00
3º Bimestre	166,67	0,00
4º Bimestre	166,67	0,00
5º Bimestre	166,67	0,00
6º Bimestre	166,65	0,00
TOTAL	1.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	1.941.000,00	1.080.857,53

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

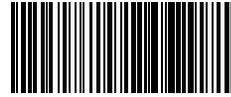
Identificação do(a) Administrador

Nome: Clauderi Roque Preuss

CPF: 49497545053

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2017



31701033200548836

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 09:03:55

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 30/06/2017

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



31701033200548836

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2017 - 09:03:55

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 30/06/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

BARRA DO GUARITA, 17 de Julho de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Contabilista

CLAUDERI ROQUE PREUSS

Responsável



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94726312000120

Período: 01/01/2017 a 31/08/2017 - 4º Bimestre

Prefeitura: PM DE BARRA DO GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage: www.barradogarita-rs.com.br

E-Mail: pmguarita@gmail.com

Prefeito Municipal: RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

O Município não faz parte de nenhum Consórcio Público regido pela lei federal 11.107/2005

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	384.050,00	278.881,11
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	37.663,45
RECEITA PATRIMONIAL	121.600,00	119.317,39
RECEITA DE SERVICOS	44.500,00	16.726,91
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.781.200,00	8.857.004,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.970,00	43.574,48
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.499.320,00	9.353.167,66
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	150.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	340.610,08
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	182.000,00	340.610,08
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.865.320,00	-1.304.344,70
TOTAL DAS RECEITAS	11.816.000,00	8.389.433,04

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.086.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.114.038,65
Créditos Especiais	394.094,58
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	452.000,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	12.142.133,23
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	6.334.863,39
Liquidado	6.012.943,48
Pago	5.879.859,17
SALDO A LIQUIDAR	321.919,91
SALDO A PAGAR	133.084,31



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	2.551.108,40
Liquidado	2.074.049,63
Pago	2.073.058,40
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	477.058,77
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	991,23

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	314.094,58
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	452.000,00
Superávit Financeiro	742.038,65
TOTAL	1.508.133,23

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	2.381.179,80D	5.116.960,66D
ATIVO NAO CIRCULANTE	14.895.396,41D	15.529.469,76D
PASSIVO CIRCULANTE	515.771,69C	590.016,16C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	645.097,36C	645.101,58C
PATRIMONIO LIQUIDO	16.115.707,16C	16.084.749,94C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.668.228,19D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	879.765,29D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	530.043,26D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	79.704,26D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	10.947,89D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	331.743,52C
CONTRIBUICOES	0,00	37.663,45C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	14.726,91C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	128.719,72C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	7.891.954,30C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	2.330,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	88.113,73C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,07D	3.218,19D
Bancos Conta Movimento	1.510.251,10D	3.174.380,94D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.510.251,17D	3.177.599,13D



41701030389791368

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



13/09/2017 - 10:39:00

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/08/2017

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	1.510.251,17D	3.177.599,13D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.298.412,17	1.068.864,46	976.973,64
2º Bimestre	1.796.635,52	1.714.936,49	1.655.472,94
3º Bimestre	1.843.746,13	1.855.040,76	1.810.839,57
4º Bimestre	2.084.476,13	1.926.139,71	1.957.968,64
5º Bimestre	1.690.532,28	1.798.640,61	1.779.349,63
6º Bimestre	3.253.649,35	3.439.540,01	3.607.401,96

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	13.026.900,00	14.252.499,34
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	83.000,00	1.638.618,44
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.744.700,00	-1.961.235,71
TOTAL CONTAS DE RECEITA	11.365.200,00	13.929.882,07

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	1.892.901,19	0,00	1.892.901,19
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		1.892.901,19	0,00	1.892.901,19



41701030389791368



13/09/2017 - 10:39:00

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/08/2017

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

OS TITULOS EXECUTIVOS ESTÃO NA ASSESSORIA JURIDICA PARA MEDIDAS DE COBRANÇA.

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	38.472,44	0,00	38.472,44
11120200020000000000	IPTU - MDE	16.032,60	0,00	16.032,60
11120200030000000000	IPTU - ASPS	9.618,98	0,00	9.618,98
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	5.511,59	0,00	5.511,59
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.296,50	0,00	2.296,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.377,89	0,00	1.377,89
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	52.188,99	0,00	52.188,99
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	21.745,64	0,00	21.745,64
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	13.047,33	0,00	13.047,33
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	11.262,22	0,00	11.262,22
11120800020000000000	ITBI - MDE	5.232,82	0,00	5.232,82
11120800030000000000	ITBI - ASPS	3.214,82	0,00	3.214,82
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	38.026,32	0,00	38.026,32
11130501020000000000	ISS - MDE	15.844,74	0,00	15.844,74
11130501030000000000	ISS - ASPS	9.506,87	0,00	9.506,87
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.840.098,71	0,00	2.840.098,71
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	236.717,00	0,00	236.717,00
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	710.034,12	0,00	710.034,12
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	946.712,19	0,00	946.712,19
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,54	0,00	190.410,54
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,64	0,00	47.602,64
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	135,55	0,00	135,55



41701030389791368

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



13/09/2017 - 10:39:00

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/08/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	11,26	0,00	11,26
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	33,83	0,00	33,83
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	45,11	0,00	45,11
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	6.047,04	0,00	6.047,04
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	503,87	0,00	503,87
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.511,68	0,00	1.511,68
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.015,61	0,00	2.015,61
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	949.661,77	0,00	949.661,77
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	79.138,48	0,00	79.138,48
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	237.424,64	0,00	237.424,64
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	316.551,27	0,00	316.551,27
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	59.877,34	0,00	59.877,34
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.700,29	0,00	4.700,29
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.894,05	0,00	14.894,05
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	19.821,95	0,00	19.821,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	13.668,59	0,00	13.668,59
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.137,43	0,00	1.137,43
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.430,02	0,00	3.430,02
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.513,97	0,00	4.513,97
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	45,55	0,00	45,55
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	19,09	0,00	19,09
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	11,46	0,00	11,46
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	86,23	0,00	86,23
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	36,02	0,00	36,02
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	21,64	0,00	21,64
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	1.262,23	0,00	1.262,23
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	526,61	0,00	526,61
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	315,67	0,00	315,67
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	94,96	0,00	94,96
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	40,01	0,00	40,01
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	24,20	0,00	24,20
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.908,31	0,00	5.908,31
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.462,55	0,00	2.462,55
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.477,39	0,00	1.477,39
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	828,92	0,00	828,92
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	345,53	0,00	345,53
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	207,29	0,00	207,29
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-7.224,79	0,00	-7.224,79
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-3.012,87	0,00	-3.012,87
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.807,31	0,00	-1.807,31
91721010206000000000	Deducao - COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	-11.308,33	0,00	-11.308,33
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-78,66	0,00	-78,66
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-32,83	0,00	-32,83
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-19,68	0,00	-19,68



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-330,69	0,00	-330,69
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-148,19	0,00	-148,19
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-88,91	0,00	-88,91
SUBTOTAL		6.999.077,83	0,00	6.999.077,83
TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada				1.749.769,46

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	61.152,30	0,00	61.152,30
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	401.546,06	0,00	401.546,06
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.429,81	0,00	3.429,81
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3.012,87	0,00	-3.012,87
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-181,02	0,00	-181,02
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.289.660,10	0,00	1.289.660,10
31	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-11.308,33	0,00	-11.308,33
TOTAL II		1.741.286,05	0,00	1.741.286,05

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	448.003,18	0,00	448.003,18
20	Educação Infantil	168.298,75	0,00	168.298,75
31	Ensino Fundamental	674.237,99	0,00	674.237,99
31	Educação Infantil	329.807,61	0,00	329.807,61
SUBTOTAL I		1.620.347,53	0,00	1.620.347,53

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		55.830,45	0,00	55.830,45
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		16.886,23	0,00	16.886,23
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		23,71		1.659.291,75

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB



3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.840.098,71	0,00	2.840.098,71
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	236.717,00	0,00	236.717,00
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	710.034,12	0,00	710.034,12
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	946.712,19	0,00	946.712,19
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	135,55	0,00	135,55
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	11,26	0,00	11,26
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	33,83	0,00	33,83
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	45,11	0,00	45,11
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	6.047,04	0,00	6.047,04
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	503,87	0,00	503,87
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.511,68	0,00	1.511,68
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.015,61	0,00	2.015,61
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	949.661,77	0,00	949.661,77
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	79.138,48	0,00	79.138,48
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	237.424,64	0,00	237.424,64
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	316.551,27	0,00	316.551,27
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	59.877,34	0,00	59.877,34
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.700,29	0,00	4.700,29
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.894,05	0,00	14.894,05
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	19.821,95	0,00	19.821,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	13.668,59	0,00	13.668,59
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.137,43	0,00	1.137,43
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.430,02	0,00	3.430,02
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.513,97	0,00	4.513,97
91721010206000000000	Deducao - COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	-11.308,33	0,00	-11.308,33
SUBTOTAL		6.437.377,44	0,00	6.437.377,44

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada

1.287.475,49

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.289.660,10	0,00	1.289.660,10
31	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-11.308,33	0,00	-11.308,33
TOTAL II		1.278.351,77	0,00	1.278.351,77

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	674.237,99	0,00	674.237,99
31	Educação Infantil	329.807,61	0,00	329.807,61
SUBTOTAL I		1.004.045,60	0,00	1.004.045,60



(+) Perda com o FUNDEB	55.830,45	0,00	55.830,45
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	15.840,08	0,00	15.840,08

% de Aplicação Valor Aplicado

TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB 16,22 1.044.035,97

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	15.840,08	0,00	15.840,08
17240100020000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	1.222.521,32	0,00	1.222.521,32
Total		1.238.361,40	0,00	1.238.361,40

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 743.016,84

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	552.575,96	0,00	552.575,96
31	Educação Infantil	297.131,21	0,00	297.131,21
TOTAL		849.707,17	0,00	849.707,17

% de Aplicação 68,62

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	38.415,62	0,00	38.415,62
TOTAL	38.415,62	0,00	38.415,62

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 1.920,78

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Agosto)

TOTAL	0,00	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------	-------------

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	38.472,44	0,00	38.472,44
11120200020000000000	IPTU - MDE	16.032,60	0,00	16.032,60
11120200030000000000	IPTU - ASPS	9.618,98	0,00	9.618,98
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	5.511,59	0,00	5.511,59
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.296,50	0,00	2.296,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.377,89	0,00	1.377,89
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS -	52.188,99	0,00	52.188,99



41701030389791368

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



13/09/2017 - 10:39:00

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/08/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431060200000000	PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	21.745,64	0,00	21.745,64
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	13.047,33	0,00	13.047,33
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	11.262,22	0,00	11.262,22
11120800020000000000	ITBI - MDE	5.232,82	0,00	5.232,82
11120800030000000000	ITBI - ASPS	3.214,82	0,00	3.214,82
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	38.026,32	0,00	38.026,32
11130501020000000000	ISS - MDE	15.844,74	0,00	15.844,74
11130501030000000000	ISS - ASPS	9.506,87	0,00	9.506,87
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.840.098,71	0,00	2.840.098,71
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	236.717,00	0,00	236.717,00
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	710.034,12	0,00	710.034,12
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	946.712,19	0,00	946.712,19
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,54	0,00	190.410,54
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,64	0,00	47.602,64
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	135,55	0,00	135,55
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	11,26	0,00	11,26
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	33,83	0,00	33,83
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	45,11	0,00	45,11
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	6.047,04	0,00	6.047,04
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	503,87	0,00	503,87
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.511,68	0,00	1.511,68
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.015,61	0,00	2.015,61
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	949.661,77	0,00	949.661,77
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	79.138,48	0,00	79.138,48
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	237.424,64	0,00	237.424,64
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	316.551,27	0,00	316.551,27
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	59.877,34	0,00	59.877,34
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.700,29	0,00	4.700,29
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.894,05	0,00	14.894,05
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	19.821,95	0,00	19.821,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	13.668,59	0,00	13.668,59
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.137,43	0,00	1.137,43
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.430,02	0,00	3.430,02
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.513,97	0,00	4.513,97
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	45,55	0,00	45,55
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	19,09	0,00	19,09
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	11,46	0,00	11,46
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	86,23	0,00	86,23
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	36,02	0,00	36,02



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	21,64	0,00	21,64
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	1.262,23	0,00	1.262,23
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	526,61	0,00	526,61
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	315,67	0,00	315,67
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	94,96	0,00	94,96
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	40,01	0,00	40,01
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	24,20	0,00	24,20
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.908,31	0,00	5.908,31
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.462,55	0,00	2.462,55
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.477,39	0,00	1.477,39
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	828,92	0,00	828,92
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	345,53	0,00	345,53
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	207,29	0,00	207,29
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-7.224,79	0,00	-7.224,79
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-3.012,87	0,00	-3.012,87
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.807,31	0,00	-1.807,31
91721010206000000000	Deducao - COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	-11.308,33	0,00	-11.308,33
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-78,66	0,00	-78,66
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-32,83	0,00	-32,83
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-19,68	0,00	-19,68
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-330,69	0,00	-330,69
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-148,19	0,00	-148,19
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-88,91	0,00	-88,91
SUBTOTAL I		6.999.077,83	0,00	6.999.077,83
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				1.049.861,67

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	36.765,89	0,00	36.765,89
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.014.930,98	0,00	1.014.930,98
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.057,65	0,00	2.057,65
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-1.807,31	0,00	-1.807,31
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-108,59	0,00	-108,59
TOTAL II		1.051.838,62	0,00	1.051.838,62

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.355.337,70	0,00	1.355.337,70
SUBTOTAL I		1.355.337,70	0,00	1.355.337,70

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)



Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		9.029,01	0,00	9.029,01
SUBTOTAL III		9.029,01	0,00	9.029,01
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		19,24		1.346.308,69

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	4 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634,



743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: A SUBFUNCAO FOI CORRIGIDO NO ORCAMENTO PARA 2018.

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: A VINCULACAO OCORRE EM FUNCAO DA CENTRALIZACAO DA CONTA BANCARIA DOS RECURSOS SAUDE ESTADUAL

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	27/03/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
2º Bimestre	Mural	16/05/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	16/05/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
3º Bimestre	Mural	17/07/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	17/07/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
4º Bimestre	Mural	13/09/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	13/09/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	24/02/2017	CAMARA DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2017	16/05/2017	CAMARA DE VEREADORES
2º Quadrimestre/2017	28/09/2017	CAMARA DE VEREADORES

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
24/05/2013	http://192.168.20.10:8082/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.249.886,68	2.343.287,00
2º Bimestre	2.249.886,68	2.192.264,60
3º Bimestre	2.249.886,68	2.474.725,24
4º Bimestre	2.249.886,68	2.342.890,82
5º Bimestre	2.249.886,68	0,00
6º Bimestre	2.249.886,60	0,00
TOTAL	13.499.320,00	9.353.167,66



RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	30.333,34	30.000,00
2º Bimestre	30.333,34	193.535,58
3º Bimestre	30.333,34	117.074,50
4º Bimestre	30.333,34	0,00
5º Bimestre	30.333,34	0,00
6º Bimestre	30.333,30	0,00
TOTAL	182.000,00	340.610,08
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-310.886,65	-353.463,13
2º Bimestre	-310.886,65	-308.759,37
3º Bimestre	-310.886,65	-353.023,27
4º Bimestre	-310.886,65	-289.098,93
5º Bimestre	-310.886,65	0,00
6º Bimestre	-310.886,75	0,00
TOTAL	-1.865.320,00	-1.304.344,70
TOTAL DA RECEITA	11.816.000,00	8.389.433,04

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador



41701030389791368

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



13/09/2017 - 10:39:00

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/08/2017

Nome: Rodrigo Locatelli Tisott

CPF: 77573447000

Cargo/Função: PREFEITO MUNICIPAL

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.1

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



41701030389791368

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



13/09/2017 - 10:39:00

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/08/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

BARRA DO GUARITA, 13 de Setembro de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Contabilista

RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Prefeito Municipal

Página
108

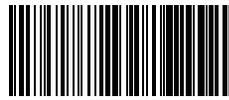
Processo
04929-0200/17-5

Página da
peça
16

Peça
716811

DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N00EBA93



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia Fundação	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94727898000148

Período: 01/01/2017 a 31/08/2017 - 4º Bimestre

Município: BARRA DO GUARITA

Autarquia: FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage:

E-Mail: fundofabs@bol.com.br

Responsável: CLAUDERI ROQUE PREUSS

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Dados Iniciais

A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA

ORÇADA

REALIZADA



RECEITAS CORRENTES		
RECEITA DE CONTRIBUICOES	666.000,00	517.084,68
RECEITA PATRIMONIAL	1.274.000,00	711.425,89
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	1.940.000,00	1.228.510,57
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	1.941.000,00	1.228.510,57

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.941.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.941.000,00
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	169.970,55
Liquidado	169.970,55
Pago	148.317,90
SALDO A LIQUIDAR	0,00
SALDO A PAGAR	21.652,65
DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	
VALOR	
Empenhado	0,00
Liquidado	0,00
Pago	0,00
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais



ORIGEM DO RECURSO

TOTAL **0,00**

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	10.656.128,78D	11.736.321,45D
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.748,00D	3.748,00D
PASSIVO CIRCULANTE	384,21C	22.036,86C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	3.408.223,18C	3.408.223,18C
PATRIMONIO LIQUIDO	7.251.269,39C	7.251.269,39C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	169.970,55D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	517.084,68C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	711.425,89C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	0,00	0,00

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	1.024,80D
Bancos Conta Movimento	652.626,92D	1.025.261,82D
Bancos Conta Aplicação	9.529.640,34D	10.236.173,31D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	10.182.267,26D	11.262.459,93D

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00



41701033149821386

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



26/09/2017 - 09:43:52

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/08/2017

TOTAL 10.182.267,26D 11.262.459,93D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	29.439,96	29.439,96	29.094,72
2º Bimestre	35.276,27	35.276,27	35.621,51
3º Bimestre	46.446,54	46.446,54	39.504,80
4º Bimestre	45.035,23	45.035,23	40.661,54
5º Bimestre	40.612,22	40.612,22	31.695,52
6º Bimestre	75.944,38	75.944,38	96.176,51
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		1.482.000,00	2.183.701,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	45.431,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA		1.482.000,00	2.229.133,00

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NÃO POSSUI TITULOS EXECUTIVOS

3. Índices Constitucionais



41701033149821386

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



26/09/2017 - 09:43:52

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/08/2017

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)				0,00

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)				0,00

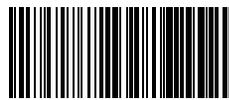
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530,



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: A SUBFUNÇÃO FOI RESOVIDA NO ORÇAMENTO 2018

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

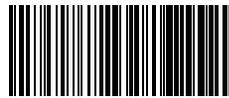
RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	323.333,35	773.069,10
2º Bimestre	323.333,35	160.843,41
3º Bimestre	323.333,35	146.945,02
4º Bimestre	323.333,35	147.653,04
5º Bimestre	323.333,35	0,00
6º Bimestre	323.333,25	0,00
TOTAL	1.940.000,00	1.228.510,57
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	166,67	0,00
2º Bimestre	166,67	0,00
3º Bimestre	166,67	0,00
4º Bimestre	166,67	0,00
5º Bimestre	166,67	0,00
6º Bimestre	166,65	0,00
TOTAL	1.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	1.941.000,00	1.228.510,57

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.



Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Clauderi Roque Preuss

CPF: 49497545053

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2017

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

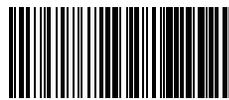
Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



41701033149821386

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



26/09/2017 - 09:43:52

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 31/08/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

BARRA DO GUARITA, 26 de Setembro de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Contabilista

CLAUDERI ROQUE PREUSS

Responsável



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94726312000120

Período: 01/01/2017 a 31/10/2017 - 5º Bimestre

Prefeitura: PM DE BARRA DO GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage: www.barradogarita-rs.com.br

E-Mail: pmguarita@gmail.com

Prefeito Municipal: RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

O Município não faz parte de nenhum Consórcio Público regido pela lei federal 11.107/2005

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

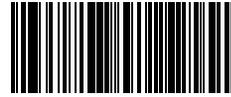
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



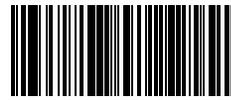
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	384.050,00	334.479,94
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	56.199,36
RECEITA PATRIMONIAL	121.600,00	140.002,67
RECEITA DE SERVICOS	44.500,00	21.509,81
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.781.200,00	10.704.390,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.970,00	50.826,37
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.499.320,00	11.307.408,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	150.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	389.780,08
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	182.000,00	389.780,08
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.865.320,00	-1.586.199,24
TOTAL DAS RECEITAS	11.816.000,00	10.110.989,77

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.086.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.678.048,65
Créditos Especiais	508.871,08
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.016.010,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	12.256.909,73
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	8.072.176,07
Liquidado	7.860.730,25
Pago	7.718.988,12
SALDO A LIQUIDAR	211.445,82
SALDO A PAGAR	141.742,13



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	2.551.108,40
Liquidado	2.195.159,92
Pago	2.185.227,89
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	355.948,48
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	9.932,03

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	428.871,08
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.016.010,00
Superávit Financeiro	742.038,65
TOTAL	2.186.919,73

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	2.381.179,80D	5.161.241,86D
ATIVO NAO CIRCULANTE	14.895.396,41D	15.685.856,77D
PASSIVO CIRCULANTE	515.771,69C	598.628,11C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	645.097,36C	645.101,58C
PATRIMONIO LIQUIDO	16.115.707,16C	16.084.749,94C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.729.621,90D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.171.970,73D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	698.517,47D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	93.454,10D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	10.947,89D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	409.362,02C
CONTRIBUICOES	0,00	56.199,36C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	19.509,81C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	151.165,41C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	9.483.738,28C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	2.330,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	100.826,21C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

Saldo Inicial

Saldo Final

Caixa	0,07D	1.108,19D
Bancos Conta Movimento	1.510.251,10D	2.827.429,85D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.510.251,17D	2.828.538,04D



51701032779338014

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/11/2017 - 10:32:19

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/10/2017

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	1.510.251,17D	2.828.538,04D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.298.412,17	1.068.864,46	976.973,64
2º Bimestre	1.796.635,52	1.714.936,49	1.655.472,94
3º Bimestre	1.843.746,13	1.855.040,76	1.810.839,57
4º Bimestre	2.084.476,13	1.926.139,71	1.957.968,64
5º Bimestre	1.690.532,28	1.798.640,61	1.779.349,63
6º Bimestre	3.253.649,35	3.439.540,01	3.607.401,96

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	13.026.900,00	14.252.499,34
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	83.000,00	1.638.618,44
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.744.700,00	-1.961.235,71
TOTAL CONTAS DE RECEITA	11.365.200,00	13.929.882,07

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	1.892.901,19	0,00	1.892.901,19
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		1.892.901,19	0,00	1.892.901,19



Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

OS TITULOS EXECUTIVOS ESTÃO NA ASSESSORIA JURIDICA PARA COBRANÇA.

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	39.368,87	0,00	39.368,87
11120200020000000000	IPTU - MDE	16.406,14	0,00	16.406,14
11120200030000000000	IPTU - ASPS	9.843,13	0,00	9.843,13
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	5.511,59	0,00	5.511,59
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.296,50	0,00	2.296,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.377,89	0,00	1.377,89
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	70.147,41	0,00	70.147,41
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	29.228,38	0,00	29.228,38
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	17.536,96	0,00	17.536,96
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	20.581,34	0,00	20.581,34
11120800020000000000	ITBI - MDE	9.115,75	0,00	9.115,75
11120800030000000000	ITBI - ASPS	5.544,56	0,00	5.544,56
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	41.497,45	0,00	41.497,45
11130501020000000000	ISS - MDE	17.291,13	0,00	17.291,13
11130501030000000000	ISS - ASPS	10.374,73	0,00	10.374,73
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.415.908,99	0,00	3.415.908,99
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	284.701,15	0,00	284.701,15
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	853.986,57	0,00	853.986,57
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.138.648,84	0,00	1.138.648,84
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,54	0,00	190.410,54
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,64	0,00	47.602,64
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	612,33	0,00	612,33



51701032779338014

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/11/2017 - 10:32:19

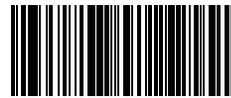
PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/10/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	50,98	0,00	50,98
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	153,01	0,00	153,01
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	204,02	0,00	204,02
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	7.558,76	0,00	7.558,76
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	629,83	0,00	629,83
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.889,60	0,00	1.889,60
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.519,51	0,00	2.519,51
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.208.629,66	0,00	1.208.629,66
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	100.721,58	0,00	100.721,58
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	302.174,03	0,00	302.174,03
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	402.883,83	0,00	402.883,83
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	61.056,65	0,00	61.056,65
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.798,57	0,00	4.798,57
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	15.188,87	0,00	15.188,87
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	20.215,05	0,00	20.215,05
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	18.010,82	0,00	18.010,82
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.499,24	0,00	1.499,24
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.515,52	0,00	4.515,52
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.961,33	0,00	5.961,33
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	99,89	0,00	99,89
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	41,81	0,00	41,81
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	25,06	0,00	25,06
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	129,23	0,00	129,23
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	54,07	0,00	54,07
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	32,49	0,00	32,49
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.011,22	0,00	2.011,22
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	838,92	0,00	838,92
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	503,01	0,00	503,01
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	106,26	0,00	106,26
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	44,71	0,00	44,71
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	27,04	0,00	27,04
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.130,03	0,00	8.130,03
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.388,36	0,00	3.388,36
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.032,88	0,00	2.032,88
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	918,96	0,00	918,96
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	383,05	0,00	383,05
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	229,80	0,00	229,80
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-7.224,79	0,00	-7.224,79
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-3.012,87	0,00	-3.012,87
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.807,31	0,00	-1.807,31
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-0,23	0,00	-0,23
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-0,10	0,00	-0,10
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-0,06	0,00	-0,06
91721010206000000000	Deducao - COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	-11.308,33	0,00	-11.308,33



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-84,63	0,00	-84,63
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-35,32	0,00	-35,32
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-21,18	0,00	-21,18
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-910,83	0,00	-910,83
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-390,00	0,00	-390,00
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-234,00	0,00	-234,00
SUBTOTAL		8.459.958,62	0,00	8.459.958,62
TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada				2.114.989,66

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	74.337,90	0,00	74.337,90
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	471.739,08	0,00	471.739,08
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.750,92	0,00	4.750,92
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3.012,97	0,00	-3.012,97
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-425,32	0,00	-425,32
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.570.432,58	0,00	1.570.432,58
31	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-11.308,33	0,00	-11.308,33
TOTAL II		2.106.513,86	0,00	2.106.513,86

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

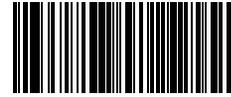
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	613.568,07	0,00	613.568,07
20	Educação Infantil	214.583,14	0,00	214.583,14
31	Ensino Fundamental	866.270,14	0,00	866.270,14
31	Educação Infantil	434.811,10	0,00	434.811,10
SUBTOTAL I		2.129.232,45	0,00	2.129.232,45

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		56.163,89	0,00	56.163,89
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		19.138,66	0,00	19.138,66
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		25,61		2.166.257,68

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
--------------------	---------	------------------------	----------------	-----------------	----------------



51701032779338014

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/11/2017 - 10:32:19

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/10/2017

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.415.908,99	0,00	3.415.908,99
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	284.701,15	0,00	284.701,15
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	853.986,57	0,00	853.986,57
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.138.648,84	0,00	1.138.648,84
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	612,33	0,00	612,33
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	50,98	0,00	50,98
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	153,01	0,00	153,01
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	204,02	0,00	204,02
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	7.558,76	0,00	7.558,76
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	629,83	0,00	629,83
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.889,60	0,00	1.889,60
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.519,51	0,00	2.519,51
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.208.629,66	0,00	1.208.629,66
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	100.721,58	0,00	100.721,58
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	302.174,03	0,00	302.174,03
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	402.883,83	0,00	402.883,83
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	61.056,65	0,00	61.056,65
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.798,57	0,00	4.798,57
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	15.188,87	0,00	15.188,87
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	20.215,05	0,00	20.215,05
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	18.010,82	0,00	18.010,82
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.499,24	0,00	1.499,24
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.515,52	0,00	4.515,52
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.961,33	0,00	5.961,33
91721010206000000000	Deducao - COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	-11.308,33	0,00	-11.308,33
SUBTOTAL		7.841.210,41	0,00	7.841.210,41

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.568.242,08**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.570.432,58	0,00	1.570.432,58
31	DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-11.308,33	0,00	-11.308,33
TOTAL II		1.559.124,25	0,00	1.559.124,25

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	866.270,14	0,00	866.270,14
31	Educação Infantil	434.811,10	0,00	434.811,10
SUBTOTAL I		1.301.081,24	0,00	1.301.081,24
(+) Perda com o FUNDEB		56.163,89	0,00	56.163,89
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		17.936,43	0,00	17.936,43
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		17,08		1.339.308,70

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	17.936,43	0,00	17.936,43
17240100020000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	1.502.960,36	0,00	1.502.960,36
Total		1.520.896,79	0,00	1.520.896,79

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 912.538,07

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	731.986,52	0,00	731.986,52
31	Educação Infantil	384.991,15	0,00	384.991,15
TOTAL		1.116.977,67	0,00	1.116.977,67

% de Aplicação 73,44

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	38.415,62	0,00	38.415,62
TOTAL	38.415,62	0,00	38.415,62

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 1.920,78

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	39.368,87	0,00	39.368,87
11120200020000000000	IPTU - MDE	16.406,14	0,00	16.406,14



51701032779338014

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/11/2017 - 10:32:19

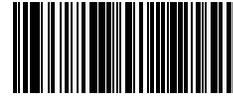
PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/10/2017

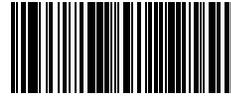
Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120200030000000000	IPTU - ASPS	9.843,13	0,00	9.843,13
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	5.511,59	0,00	5.511,59
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.296,50	0,00	2.296,50
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.377,89	0,00	1.377,89
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	70.147,41	0,00	70.147,41
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	29.228,38	0,00	29.228,38
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	17.536,96	0,00	17.536,96
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	20.581,34	0,00	20.581,34
11120800020000000000	ITBI - MDE	9.115,75	0,00	9.115,75
11120800030000000000	ITBI - ASPS	5.544,56	0,00	5.544,56
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	41.497,45	0,00	41.497,45
11130501020000000000	ISS - MDE	17.291,13	0,00	17.291,13
11130501030000000000	ISS - ASPS	10.374,73	0,00	10.374,73
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.415.908,99	0,00	3.415.908,99
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	284.701,15	0,00	284.701,15
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	853.986,57	0,00	853.986,57
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.138.648,84	0,00	1.138.648,84
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,54	0,00	190.410,54
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,64	0,00	47.602,64
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	612,33	0,00	612,33
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	50,98	0,00	50,98
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	153,01	0,00	153,01
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	204,02	0,00	204,02
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	7.558,76	0,00	7.558,76
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	629,83	0,00	629,83
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.889,60	0,00	1.889,60
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.519,51	0,00	2.519,51
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.208.629,66	0,00	1.208.629,66
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	100.721,58	0,00	100.721,58
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	302.174,03	0,00	302.174,03
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	402.883,83	0,00	402.883,83
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	61.056,65	0,00	61.056,65
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.798,57	0,00	4.798,57
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	15.188,87	0,00	15.188,87
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	20.215,05	0,00	20.215,05
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	18.010,82	0,00	18.010,82
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.499,24	0,00	1.499,24
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.515,52	0,00	4.515,52
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.961,33	0,00	5.961,33



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	99,89	0,00	99,89
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	41,81	0,00	41,81
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	25,06	0,00	25,06
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	129,23	0,00	129,23
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	54,07	0,00	54,07
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	32,49	0,00	32,49
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.011,22	0,00	2.011,22
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	838,92	0,00	838,92
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	503,01	0,00	503,01
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	106,26	0,00	106,26
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	44,71	0,00	44,71
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	27,04	0,00	27,04
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.130,03	0,00	8.130,03
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.388,36	0,00	3.388,36
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.032,88	0,00	2.032,88
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	918,96	0,00	918,96
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	383,05	0,00	383,05
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	229,80	0,00	229,80
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-7.224,79	0,00	-7.224,79
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-3.012,87	0,00	-3.012,87
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.807,31	0,00	-1.807,31
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-0,23	0,00	-0,23
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-0,10	0,00	-0,10
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-0,06	0,00	-0,06
91721010206000000000	Deducao - COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	-11.308,33	0,00	-11.308,33
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-84,63	0,00	-84,63
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-35,32	0,00	-35,32
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-21,18	0,00	-21,18
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-910,83	0,00	-910,83
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-390,00	0,00	-390,00
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-234,00	0,00	-234,00
SUBTOTAL I		8.459.958,62	0,00	8.459.958,62
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				1.268.993,79

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	44.677,27	0,00	44.677,27
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.225.510,24	0,00	1.225.510,24
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.850,28	0,00	2.850,28
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-1.807,37	0,00	-1.807,37
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-255,18	0,00	-255,18



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL II		1.270.975,24	0,00	1.270.975,24

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.729.174,66	0,00	1.729.174,66
SUBTOTAL I		1.729.174,66	0,00	1.729.174,66

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS

		10.653,26	0,00	10.653,26
SUBTOTAL III		10.653,26	0,00	10.653,26

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	20,31	1.718.521,40

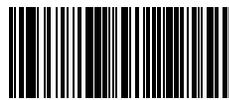
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	4 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: AS FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES FORAM ACERTADAS PARA O PROXIMO ORÇAMENTO

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: ESTE FATO OCORREU PELA UNIFICAÇÃO DA CONTA BANCARIA DOS RECURSOS DA SAUDE.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	27/03/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
2º Bimestre	Mural	16/05/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	16/05/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
3º Bimestre	Mural	17/07/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	17/07/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
4º Bimestre	Mural	13/09/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	13/09/2017	p://www.barradoguarita.rs.gov.br/
5º Bimestre	Mural	21/11/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	21/11/2017	p://www.barradoguarita.rs.gov.br/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

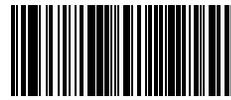
Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	24/02/2017	CAMARA DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2017	16/05/2017	CAMARA DE VEREADORES
2º Quadrimestre/2017	29/09/2017	CAMARA DE VEREADORES

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
24/05/2013	http://192.168.20.10:8082/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR



O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.249.886,68	2.343.287,00
2º Bimestre	2.249.886,68	2.192.264,60
3º Bimestre	2.249.886,68	2.473.409,01
4º Bimestre	2.249.886,68	2.350.712,67
5º Bimestre	2.249.886,68	1.947.735,65
6º Bimestre	2.249.886,60	0,00
TOTAL	13.499.320,00	11.307.408,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	30.333,34	30.000,00
2º Bimestre	30.333,34	193.535,58
3º Bimestre	30.333,34	117.074,50
4º Bimestre	30.333,34	0,00
5º Bimestre	30.333,34	49.170,00
6º Bimestre	30.333,30	0,00
TOTAL	182.000,00	389.780,08
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-310.886,65	-353.463,13
2º Bimestre	-310.886,65	-308.759,37
3º Bimestre	-310.886,65	-353.023,27
4º Bimestre	-310.886,65	-289.098,93
5º Bimestre	-310.886,65	-281.854,54
6º Bimestre	-310.886,75	0,00
TOTAL	-1.865.320,00	-1.586.199,24
TOTAL DA RECEITA	11.816.000,00	10.110.989,77

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

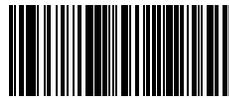
Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.



51701032779338014

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/11/2017 - 10:32:19

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/10/2017

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Rodrigo Locatelli Tisott

CPF: 77573447000

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.2

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



51701032779338014

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/11/2017 - 10:32:19

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/10/2017

Página
132

Processo
04929-0200/17-5

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

Página da
peça
16

Peça
786016

BARRA DO GUARITA, 21 de Novembro de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Contabilista

RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Prefeito Municipal

DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N00DAC3E



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia Fundação	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94727898000148

Período: 01/01/2017 a 31/10/2017 - 5º Bimestre

Município: BARRA DO GUARITA

Autarquia: FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage:

E-Mail: fundofabs@bol.com.br

Responsável: CLAUDERI ROQUE PREUSS

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Dados Iniciais

A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA

ORÇADA

REALIZADA



RECEITAS CORRENTES		
RECEITA DE CONTRIBUICOES	666.000,00	664.112,61
RECEITA PATRIMONIAL	1.274.000,00	711.425,89
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	1.940.000,00	1.375.538,50
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	1.941.000,00	1.375.538,50

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.941.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.941.000,00
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	214.828,84
Liquidado	192.648,00
Pago	192.648,00
SALDO A LIQUIDAR	22.180,84
SALDO A PAGAR	0,00
DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	
VALOR	
Empenhado	0,00
Liquidado	0,00
Pago	0,00
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais



ORIGEM DO RECURSO

TOTAL **0,00**

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	10.656.128,78D	11.839.019,28D
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.748,00D	3.748,00D
PASSIVO CIRCULANTE	384,21C	384,21C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	3.408.223,18C	3.408.223,18C
PATRIMONIO LIQUIDO	7.251.269,39C	7.251.269,39C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	192.648,00D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	664.112,61C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	711.425,89C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	0,00	0,00

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	528,19D
Bancos Conta Movimento	652.626,92D	1.140.456,26D
Bancos Conta Aplicação	9.529.640,34D	10.224.173,31D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	10.182.267,26D	11.365.157,76D

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00



51701031388309254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 11:16:11

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/10/2017

TOTAL 10.182.267,26D 11.365.157,76D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	29.439,96	29.439,96	29.094,72
2º Bimestre	35.276,27	35.276,27	35.621,51
3º Bimestre	46.446,54	46.446,54	39.504,80
4º Bimestre	45.035,23	45.035,23	40.661,54
5º Bimestre	40.612,22	40.612,22	31.695,52
6º Bimestre	75.944,38	75.944,38	96.176,51

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	1.482.000,00	2.183.701,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	45.431,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00

TOTAL CONTAS DE RECEITA 1.482.000,00 2.229.133,00

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

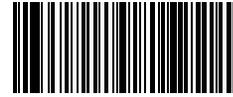
Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NÃO POSSUI TITULOS EXECUTIVOS.

3. Índices Constitucionais



51701031388309254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 11:16:11

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/10/2017

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)				0,00

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)				0,00

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530,



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0	AVISO	Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641, 1642 e outras difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: AS SUB FUNÇÕES FORAM CORRIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	323.333,35	773.069,10
2º Bimestre	323.333,35	160.843,41
3º Bimestre	323.333,35	146.945,02
4º Bimestre	323.333,35	147.653,04
5º Bimestre	323.333,35	147.027,93
6º Bimestre	323.333,25	0,00
TOTAL	1.940.000,00	1.375.538,50
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	166,67	0,00
2º Bimestre	166,67	0,00
3º Bimestre	166,67	0,00
4º Bimestre	166,67	0,00
5º Bimestre	166,67	0,00
6º Bimestre	166,65	0,00
TOTAL	1.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	1.941.000,00	1.375.538,50

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.



Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Clauderi Roque Preuss

CPF: 49497545053

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2017

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.2

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



51701031388309254

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/11/2017 - 11:16:11

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/10/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

BARRA DO GUARITA, 27 de Novembro de 2017

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
Contabilista

CLAUDERI ROQUE PREUSS
Responsável

Página
140

Processo
04929-0200/17-5

Página da
peça
8

Peça
791157

DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N00D9829



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia Fundação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94727898000148
 Período: 01/01/2017 a 31/12/2017 - 6º Bimestre
 Município: BARRA DO GUARITA
 Autarquia: FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA
 Logradouro: Rua Sobradinho
 HomePage:
 Responsável: CLAUDERI ROQUE PREUSS
 Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Tipo de entrega: Semestral
 nr: 9 compl: Telefone: (55) 3616-1010
 E-Mail: fundofabs@bol.com.br
 Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
 Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA
 CNPJ: 04311157000199
 Responsável: RICARDO KERWALD

Telefone: (55)35132277
 E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Dados Iniciais

A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
-------------------------------------	--------	-----------



RECEITAS CORRENTES

RECEITA DE CONTRIBUICOES	666.000,00	956.540,76
RECEITA PATRIMONIAL	1.274.000,00	1.674.027,09
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	1.940.000,00	2.630.567,85

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
--	-------------	-------------

RECEITAS DE CAPITAL

AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	47.590,54
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	47.590,54

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
---	-------------	-------------

DEDUÇÕES DE RECEITA

	0,00	0,00
--	-------------	-------------

TOTAL DAS RECEITAS	1.941.000,00	2.678.158,39
---------------------------	---------------------	---------------------

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.941.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.941.000,00

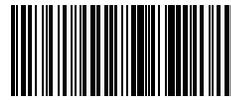
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

PODER EXECUTIVO	VALOR
Empenhado	286.046,35
Liquidado	286.046,35
Pago	286.046,35
SALDO A LIQUIDAR	0,00
SALDO A PAGAR	0,00

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	0,00
Liquidado	0,00
Pago	0,00
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais



ORIGEM DO RECURSO

TOTAL **0,00**

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	10.656.128,78D	12.979.014,26D
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.748,00D	3.748,00D
PASSIVO CIRCULANTE	384,21C	962,48C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	3.408.223,18C	3.408.223,18C
PATRIMONIO LIQUIDO	7.251.269,39C	7.229.055,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	286.046,35D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	956.540,76C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.674.027,09C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	0,00	0,00

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	652.626,92D	358.383,45D
Bancos Conta Aplicação	9.529.640,34D	12.208.823,07D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	10.182.267,26D	12.567.206,52D

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00



61701143321160699

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



12/01/2018 - 13:08:14

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/12/2017

TOTAL **10.182.267,26D** **12.567.206,52D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	29.439,96	29.439,96	29.094,72
2º Bimestre	35.276,27	35.276,27	35.621,51
3º Bimestre	46.446,54	46.446,54	39.504,80
4º Bimestre	45.035,23	45.035,23	40.661,54
5º Bimestre	40.612,22	40.612,22	31.695,52
6º Bimestre	75.944,38	75.944,38	96.176,51
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		1.482.000,00	2.183.701,04
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	45.431,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA		1.482.000,00	2.229.133,00

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NÃO POSSUI TITULOS EXECUTIVOS.

3. Índices Constitucionais



61701143321160699

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



12/01/2018 - 13:08:14

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA ORGÃO Nº: 73802 CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/12/2017

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)				0,00

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		0,00	0,00	0,00

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)				0,00

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BAL_VER.TXT	BAV_59	0	0		Saldo Atual Credor (-) Saldo Atual Devedor da conta 2.3.7.1.x.01.00 com saldo (R\$ 2.460.295,48) quando deveria estar zerada.
BVER_ENC.TXT	BAV_60	0	0		O Superávit/Déficit Financeiro (quadro d. do Balanço Patrimonial, 34.211.330,07) não fecha com a diferença do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro (12.566.244,04).
CTA_DISP.TXT	CTV_32	1	0	AVISO	Linha: 1 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	1	0	AVISO	Linha: 1 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 000000002018 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	6	0	AVISO	Linha: 6 - Validação da conta 000000002018 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0		Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_59 - Saldo Atual Credor (-) Saldo Atual Devedor da conta 2.3.7.1.x.01.00 com saldo (R\$ 2.460.295,48) quando deveria estar zerada.

Justificativa: ENTRAMOS EN CONTATO COM A EMPRESA DE INFORMATCA PARA SOLUCIONAR A SITUAÇÃO PARA O EXERCICIO DE 2018.

Descrição: BAV_60 - O Superávit/Déficit Financeiro (quadro d. do Balanço Patrimonial, 34.211.330,07) não fecha com a diferença do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro (12.566.244,04).

Justificativa: ESTA SITUAÇÃO OCORREU POR QUE ESTA CONTA APRESENTA MOVIMENTO NO EXERCICIO DE 2016. ENTRAMOS EN CONTATO COM A EMPRESA DE INFORMATCA PARA SOLUCIONAR A SITUAÇÃO PARA O EXERCICIO DE 2018.

Descrição: CTV_17 - Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)

Justificativa: A AUTARQUIA POSSUI UM UNICO VINCULO QUE É O RPPS POR ISSO NÃO FOI ABERTO CONTA COM O VINCULO 8000.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	2.630.567,85	0,00	2.630.567,85
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12102901000000000000	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	635.386,23	0,00	635.386,23
12102907000000000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	321.154,53	0,00	321.154,53
13281000000000000000	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	1.674.027,09	0,00	1.674.027,09
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		-0,00	0,00	-0,00

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	286.046,35	0,00	286.046,35
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	198.601,05	0,00	198.601,05



CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	78.633,84	0,00	78.633,84
319005000101	AUXILIO-DOENCA - PESSOAL ATIVO	515,00	0,00	515,00
319005000105	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	3.554,13	0,00	3.554,13
319005000106	ABONO ANUAL - 13 SALARIO	4.742,33	0,00	4.742,33
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		-0,00	0,00	-0,00

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa com Pessoal		-0,00	0,00	-0,00
-------------------------------------	--	--------------	-------------	--------------

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
			0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00



5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
50	111110601010000	BANRISUL	41.223,14	0,00	41.223,14
TOTAL			41.223,14	0,00	41.223,14

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111903020000	CX.ECON.FEDERAL - FABS PREVIDENCIA	159.749,73	0,00	159.749,73
111111999010000	BANCO DO BRASIL - FABS - PREVIDENCIA - 8027-6	157.410,58	0,00	157.410,58
111115001000000	TITULOS PUBLICOS	2.657.720,57	0,00	2.657.720,57
111115099010000	CEF FAB APLICACAO FINANCEIRA	3.729.966,18	0,00	3.729.966,18
111115099020000	B.BRASIL APLICACAO FABS	5.821.136,32	0,00	5.821.136,32
TOTAL		12.525.983,38	0,00	12.525.983,38

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112410101000000	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	411.807,74	0,00	411.807,74
TOTAL		411.807,74	0,00	411.807,74
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				12.937.791,12
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
227210201000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	7.013.005,22	0,00	7.013.005,22
227210202000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO	-1.757.102,65	0,00	-1.757.102,65



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	FINANCEIRO DO RPPS			
227210203000000	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-1.757.102,65	0,00	-1.757.102,65
227210598000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-430.445,47	0,00	-430.445,47
TOTAL		3.068.354,45	0,00	3.068.354,45

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

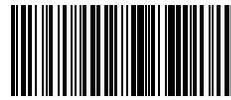
5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00



5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
50		41.223,14	0,00	41.223,14	
TOTAL		41.223,14	0,00	41.223,14	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

- 50 RPPS
- 400 Recurso Livre (FABS)

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	0,00	0,00	0,00		0,00

5.3 Metas de Arrecadação



RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	323.333,35	773.069,10
2º Bimestre	323.333,35	160.843,41
3º Bimestre	323.333,35	146.945,02
4º Bimestre	323.333,35	147.653,04
5º Bimestre	323.333,35	147.027,93
6º Bimestre	323.333,25	1.255.029,35
TOTAL	1.940.000,00	2.630.567,85
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	166,67	0,00
2º Bimestre	166,67	0,00
3º Bimestre	166,67	0,00
4º Bimestre	166,67	0,00
5º Bimestre	166,67	0,00
6º Bimestre	166,65	47.590,54
TOTAL	1.000,00	47.590,54
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	1.941.000,00	2.678.158,39

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

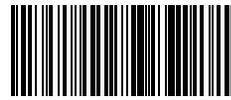
Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Deduções			
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA			
		0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA	0,00	0,00	0,00
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA			
		0,00	0,00	0,00
	TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito que excederam as despesas de capital			0,00

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Clauderi Roque Preuss

CPF: 49497545053

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2017

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

Não houve substituições formais no 6º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

BARRA DO GUARITA, 12 de Janeiro de 2018

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Contabilista

CLAUDERI ROQUE PREUSS

Responsável



Balanco Patrimonial

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 31/12/2017

Processo
04929-0200/17-5

a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	12.979.014,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.567.206,52
CREDITOS A CURTO PRAZO	411.807,74
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.748,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	3.748,00
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	12.982.762,26

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	962,48
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	962,48
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	3.408.223,18
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	339.868,73
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	3.068.354,45
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	3.409.185,66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	1.836.356,19
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	7.737.220,41
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.573.576,60
TOTAL	12.982.762,26

Página da
peça
1Peça
831171DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00CFBD



61708143321160699

12 / 01 / 2018 - 13 : 08 : 14

Balço Patrimonial

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 31/12/2017

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
2Peça
831171DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
NOCFBD

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	12.567.206,52
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	12.567.206,52
ATIVO PERMANENTE	415.555,74
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	415.555,74
TOTAL	12.982.762,26

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	962,48
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	962,48
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	0,00
PASSIVO PERMANENTE	3.408.223,18
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	3.408.223,18
TOTAL	3.409.185,66
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	9.573.576,60

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre	29.862.839,63
50	RPPS	4.348.490,44
Total		34.211.330,07



61708143321160699

12 / 01 / 2018 - 13 : 08 : 14



Balanco Patrimonial

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 31/12/2017

e. Notas Explicativas

NÃO OCORRERAM FATOS RELEVANTES NO EXERCICIO DE 2017.

BARRA DO GUARITA , 12 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - **Clauderi Roque Preuss - Responsável**

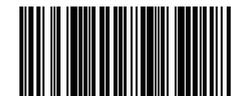
Responsáveis pela entrega dos documentos

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
Contabilista

CLAUDERI ROQUE PREUSS
Responsável



Balço Orçamentário



61709143321160699

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 31/12/2017

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.940.000,00	1.940.000,00	2.630.567,85	690.567,85
RECEITA DE CONTRIBUICOES	666.000,00	666.000,00	956.540,76	290.540,76
RECEITA PATRIMONIAL	1.274.000,00	1.274.000,00	1.674.027,09	400.027,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.000,00	1.000,00	47.590,54	46.590,54
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	1.000,00	47.590,54	46.590,54
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	1.941.000,00	1.941.000,00	2.678.158,39	737.158,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	1.941.000,00	1.941.000,00	2.678.158,39	737.158,39
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	1.941.000,00	1.941.000,00	2.678.158,39	737.158,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superavit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Creditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
1Peça
831170DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00CFBD



61709143321160699

12 / 01 / 2018 - 13 : 08 : 14



Balço Orçamentário

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

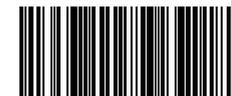
ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 31/12/2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	523.000,00	523.000,00	286.046,35	286.046,35	286.046,35	236.953,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	480.000,00	480.000,00	286.046,35	286.046,35	286.046,35	193.953,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.000,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	523.000,00	523.000,00	286.046,35	286.046,35	286.046,35	236.953,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	523.000,00	523.000,00	286.046,35	286.046,35	286.046,35	236.953,65
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	2.392.112,04	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	523.000,00	523.000,00	2.678.158,39	286.046,35	286.046,35	236.953,65

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
2Peça
831170DOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N00CFBD



61709143321160699

12 / 01 / 2018 - 13 : 08 : 14

Balço Orçamentário

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148

01/01/2017 a 31/12/2017

Processo
04929-0200/17-5

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página da
peça
3

c. Notas Explicativas

NÃO OCORRERAM FATOS RELEVANTES NO EXERCÍCIO DE 2017.

Peça
831170

BARRA DO GUARITA , 12 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - Clauderi Roque Preuss - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
ContabilistaCLAUDERI ROQUE PREUSS
ResponsávelDOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N00CFBD



61710143321160699

Demonstração das Variações Patrimoniais

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/12/2017

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2.630.567,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
IMPOSTOS	0,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	956.540,76
CONTRIBUICOES SOCIAIS	956.540,76
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.674.027,09
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	1.674.027,09
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	286.046,35
PESSOAL E ENCARGOS	0,00
REMUNERACAO A PESSOAL	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	0,00
BENEFICIOS A PESSOAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	286.046,35
APOSENTADORIAS E REFORMAS	198.601,05
PENSOES	78.633,84



61710143321160699

Demonstração das Variações Patrimoniais

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/12/2017

Conta	Valor
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	8.811,46
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00
SERVICOS	0,00
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTARIAS	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
PREMIACOES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.344.521,50



61710143321160699

Demonstração das Variações Patrimoniais

FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

ORGÃO Nº: 73802

CNPJ: 94727898000148 01/01/2017 a 31/12/2017

b. Notas Explicativas

NÃO OCORRERAM FATOS RELEVANTES NO EXERCÍCIO DE 2017.

BARRA DO GUARITA , 12 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - **Clauderí Roque Preuss - Responsável****Responsáveis pela entrega dos documentos**INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
ContabilistaCLAUDERI ROQUE PREUSS
Responsável



61708123027994751

Balanco Patrimonial

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	3.740.670,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.628.940,55
CREDITOS A CURTO PRAZO	85.223,97
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.014.735,91
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	11.770,00
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	15.773.053,77
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.074.194,28
CREDITOS A LONGO PRAZO	147.102,23
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.927.092,05
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	4,00
IMOBILIZADO	13.698.855,49
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	19.513.724,20

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	419.774,77
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.206,54
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	264.512,16
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	120.476,75
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	33.579,32
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	630.638,34
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	459.398,28
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	171.220,17
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	19,89
TOTAL DO PASSIVO	1.050.413,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	18.463.311,09
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.463.311,09
TOTAL	19.513.724,20

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
1Peça
829674DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00D01B4



61708123027994751



Balanco Patrimonial

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	2.629.214,70
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	2.629.214,70
ATIVO PERMANENTE	16.884.509,50
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	16.884.509,50
TOTAL	19.513.724,20

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	-489.780,49
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	-928.823,80
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	-9.642,13
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	303.821,04
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	144.864,40
PASSIVO PERMANENTE	1.988.879,04
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	1.348.598,57
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	640.280,47
TOTAL	1.499.098,55
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	18.014.625,65

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre	32.371.512,24
20	Recurso MDE	-740.172,80
31	FUNDEB	-88.331,33
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	-911.233,12
1001	Fundo Especial do Petroleo	23.060,20
1002	Transporte Escolar-Recurso Estado	29.783,87
1004	Merenda Escolar-PNAE Uniao	3.602,93



61708123027994751

Balanco Patrimonial

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Código do Recurso	Descrição	Valor
1034	Salario Educacao - Recurso Federal	72.414,89
1049	Convenio Acordo Pradem	1.954,84
1062	Cide-CotaParte Contrib.Intervencao Dominio Economico	29.002,96
1071	PROGRAMA CRAS	18.494,74
1072	PETI - PSO VARIAVEL MEDIA COMPLEXIDADE	640,00
1097	RECURSOS IGD	40.787,51
1117	PISO BASICO VARIAVEL II	0,39
1118	QUADRA ESPORTES ESC. NOVO HORIZONTE	30.000,00
1119	QUADRA POLIESPORTIVA ESC. GENERAL AMERICO DE MOURA	36.828,73
1125	CONV. ASFALTO CEF 0366442-77/2011	65.258,42
1152	PDDE	2,06
1170	MEC/FNDE PAR 201400031	377,61
1179	DEFESA CIVIL PROC. 59050.000976/2011.09	1.712,87
1215	CONVENIO FEAS	3.030,23
1229	PISO BASICO VARIAVEL SCFV PSB	119.085,14
1237	QUADRA ESPORTES T.C. PAC 204415/2013	118.120,74
1278	BRASIL CARINHOSO	13.038,91
1282	REMODO. PRACA CONV. 804.575/2014	279.087,62
1283	CONST. PASSEIOS CONT. 809.144/2014	250.619,19
1284	PATRULHA AGRIC. CONT. 809.981/2014	100.218,42
1286	ASFALTO CONT. REPASSE 10887106/2013	425.382,40
1287	ASFALTO C. REPASSE 10993199/2013	137.139,41
1288	PATRULHA AGRIC. MAPA 101314456/2013	-8.550,00
1290	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA TC 789788/2013	503.576,06
1292	MEC/FNDE PRO-INFANCIA	-12.535,91
1294	MEC/FNDE NOVAS TURMAS	15.475,53
4010	GESTAO BASICA	127.620,02
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA	-14.053,66
4050	FARMACIA BASICA	6.914,66
4090	PSF	-48.557,88
4160	PRIMEIRA INFANCIA MELHOR	1.167,80
4190	EPIDEMIOLOGIA E VACINACAO	4.000,00
4505	BLOCO INVESTIMENTOS EMENDA PARLAMENTAR	-69.130,47
4510	PAB - FIXO	5.149,04
4520	PSF - SAUDE DA FAMILIA	-228.026,68
4521	PAB - PMAQ	22.714,00

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
3Peça
829674DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00D01B4



61708123027994751

11 / 01 / 2018 - 09 : 17 : 36

Balanco Patrimonial

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Código do Recurso	Descrição	Valor
4530	PACS - AGENTES COM.DE SAUDE	219.024,00
4540	SAUDE BUCAL	53.520,00
4710	VIGILANCIA EM SAUDE	5.728,57
4760	VIGILANCIA SANITARIA	39.556,49
4770	FARMACIA BASICA FIXA	-2.263,57
Total		33.052.747,07

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
4Peça
829674DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00D01B4



61708123027994751

11 / 01 / 2018 - 09 : 17 : 36

Balanco Patrimonial

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

e. Notas Explicativas

- NAO FOI REGISTRADO O VALOR DAS DEPRECIACOES DOS BENS PATRIMONIAIS, DEVIDO O SETOR DE CONTROLE PATRIMONIAL AINDA NAO ESTAR TOTALMENTE ESTRUTURADO E EM CONDICOES DE FORNECER OS RELATORIOS NECESSARIOS.
- COM RELACAO AOS ESTOQUES, O MUNICIPIO REALIZA AS COMPRAS DE ACORDO AS NECESSIDADES DE CONSUMO IMEDIATO, POR ISSO APRESENTA ESTOQUE MINIMO.

Página da
peça
5

BARRA DO GUARITA , 11 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - Rodrigo Locatelli Tisott - Prefeito Municipal**Responsáveis pela entrega dos documentos**INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
ContabilistaRODRIGO LOCATELLI TISOTT
Prefeito MunicipalPeça
829674DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00D01B4



61710123027994751

Demonstração das Variações Patrimoniais

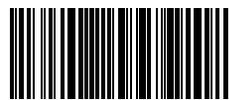
PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120 01/01/2017 a 31/12/2017

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	13.860.815,29
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	485.622,00
IMPOSTOS	384.677,27
TAXAS	100.944,73
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	80.962,09
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	80.962,09
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	24.748,68
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	24.748,68
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	195.459,88
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	23.346,37
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	159.989,15
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	12.124,36
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	12.793.061,80
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	132.840,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	12.660.221,80
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.330,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.330,00
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	278.630,84
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	14.668,10
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	263.962,74
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	10.755.681,62
PESSOAL E ENCARGOS	6.210.437,57
REMUNERACAO A PESSOAL	5.128.349,80
ENCARGOS PATRONAIS	1.007.965,70
BENEFICIOS A PESSOAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	74.122,07
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	15.160,50
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00
PENSOES	0,00



61710123027994751



Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120 01/01/2017 a 31/12/2017

Conta	Valor
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	15.160,50
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.544.655,55
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.001.974,23
SERVICOS	1.542.681,32
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	795.119,92
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	706.290,63
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	39.506,93
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	49.322,36
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,08
REAVALIACAO, REDUCCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,08
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTARIAS	120.262,38
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	120.262,38
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	70.045,62
PREMIACOES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	70.045,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.105.133,67



61710123027994751

11 / 01 / 2018 -
09 : 17 : 36

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

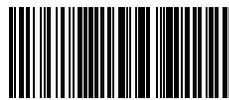
CNPJ: 94726312000120 01/01/2017 a 31/12/2017

b. Notas Explicativas

NAO HOUVE FATOS RELEVANTES NO DECORRER DO EXERCICIO.

BARRA DO GUARITA , 11 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - Rodrigo Locatelli Tisott - Prefeito Municipal**Responsáveis pela entrega dos documentos**INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
ContabilistaRODRIGO LOCATELLI TISOTT
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94726312000120

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017 - 6º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE BARRA DO GUARITA

Logradouro: Rua Sobradinho

nr: 9 compl:

Telefone: (55) 3616-1010

HomePage: www.barradogarita.rs.gov.br

E-Mail: pmguarita@gmail.com

Prefeito Municipal: RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Contabilista: INACIO VUNIBALDO SCHOLZ

Número do CRC: 15426-O-2

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (55)35132277

Responsável: RICARDO KERWALD

E-Mail: ricardo@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

O Município não faz parte de nenhum Consórcio Público regido pela lei federal 11.107/2005

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	Sim

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



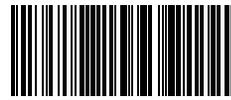
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	384.050,00	405.254,81
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	80.962,09
RECEITA PATRIMONIAL	121.600,00	159.989,15
RECEITA DE SERVICOS	44.500,00	26.748,68
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.781.200,00	13.312.306,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.970,00	101.495,19
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.499.320,00	14.086.756,13
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	150.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	523.698,46
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	182.000,00	523.698,46
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.865.320,00	-1.920.615,91
TOTAL DAS RECEITAS	11.816.000,00	12.689.838,68

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.086.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	3.385.148,65
Créditos Especiais	646.621,08
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	2.428.910,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	12.688.859,73
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	10.668.108,09
Liquidado	10.523.243,69
Pago	10.440.276,24
SALDO A LIQUIDAR	144.864,40
SALDO A PAGAR	82.967,45



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	2.551.108,40
Liquidado	2.247.287,36
Pago	2.246.296,13
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	303.821,04
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	991,23

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	860.821,08
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.428.910,00
Superávit Financeiro	742.038,65
TOTAL	4.031.769,73

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	2.381.179,80D	3.740.670,43D
ATIVO NAO CIRCULANTE	14.895.396,41D	15.773.053,77D
PASSIVO CIRCULANTE	515.771,69C	419.774,77C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	645.097,36C	630.638,34C
PATRIMONIO LIQUIDO	16.115.707,16C	15.358.177,42C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	6.210.437,57D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	15.160,50D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.544.655,55D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	795.119,92D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,08D
TRIBUTARIAS	0,00	120.262,38D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	70.045,62D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	485.622,00C
CONTRIBUICOES	0,00	80.962,09C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	24.748,68C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	195.459,88C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	12.793.061,80C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	2.330,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	278.630,84C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,07D	20,22D
Bancos Conta Movimento	1.510.251,10D	2.628.920,33D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.510.251,17D	2.628.940,55D



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	0,00	0,00
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	1.510.251,17D	2.628.940,55D

2.5 Valores do Exercício Anterior

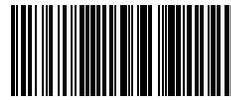
CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.298.412,17	1.068.864,46	976.973,64
2º Bimestre	1.796.635,52	1.714.936,49	1.655.472,94
3º Bimestre	1.843.746,13	1.855.040,76	1.810.839,57
4º Bimestre	2.084.476,13	1.926.139,71	1.957.968,64
5º Bimestre	1.690.532,28	1.798.640,61	1.779.349,63
6º Bimestre	3.253.649,35	3.439.540,01	3.607.401,96

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	13.026.900,00	14.252.499,34
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	83.000,00	1.638.618,44
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.744.700,00	-1.961.235,71
TOTAL CONTAS DE RECEITA	11.365.200,00	13.929.882,07

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121219899010000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	1.927.092,05	0,00	1.927.092,05
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		1.927.092,05	0,00	1.927.092,05



Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

OS TITULOS EXECUTIVOS ESTÃO NA ASSESSORIA JURIDICA PARA MEDIDAS CABIVEIS.

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000000000	RECEITAS CORRENTES	14.086.756,13	0,00	14.086.756,13
20000000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	523.698,46	0,00	523.698,46
91000000000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.920.615,91	0,00	-1.920.615,91
SELEÇÃO AUTOMÁTICA DEDUÇÕES DA RECEITA				
17213300990900000000	SAUDE BUCAL	28.990,00	0,00	28.990,00
17213300991400000000	PROGR. NACIONAL VIG.IPEDEMOL.CONTR. D N	6.928,00	0,00	6.928,00
17213300992000000000	PROGRAMA DE MELHORIA QUALIDADE - PMAQ	22.594,00	0,00	22.594,00
17213301000000000000	Piso de Atencao Basica - PAB-Fixo	86.940,00	0,00	86.940,00
17213302010000000000	Acoes Basicas de Vigilancia Sanitaria	29.444,48	0,00	29.444,48
17213302030000000000	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	16.565,56	0,00	16.565,56
17213302050000000000	Programa de Saude da Familia - PSF	92.690,00	0,00	92.690,00
17213302060000000000	Programa de Agentes Comunitarios da Saude - PACS	105.456,00	0,00	105.456,00
17213302080000000000	SAUDE DO ESCOLAR	6.676,00	0,00	6.676,00
17213400150000000000	TRANSFERENCIA IGD	20.020,00	0,00	20.020,00
17213400180000000000	PISO BASICO FIXO - CRAS	23.157,99	0,00	23.157,99
17213400210000000000	PISO BASICO VARIAVEL SCFV - PSB	168.000,00	0,00	168.000,00
17213501000000000000	TRANSFERENCIA DO SALARIO-EDUCACAO	142.686,66	0,00	142.686,66
17213503000000000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE	62.522,00	0,00	62.522,00
17223300010000000000	PROGRAMA PACS - AGENTES DE SAUDE	8.112,00	0,00	8.112,00
17223300140000000000	PIM - PRIMEIRA INFANCIA MELHOR	31.000,00	0,00	31.000,00
17223300190000000000	EPASSE PIES - IAB	70.578,98	0,00	70.578,98
17223300200000000000	PROGRAMA SAUDE BUCAL	15.000,00	0,00	15.000,00
17223300220000000000	PROGRAMA PAB/TAC	93.000,00	0,00	93.000,00
17223300240000000000	PROGRAMA FARMACIA BASICA	7.947,14	0,00	7.947,14
17223300260000000000	NAAB	84.000,00	0,00	84.000,00
17620200010000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	89.495,50	0,00	89.495,50
Subtotal		11.478.034,37	0,00	11.478.034,37
	(+) Perda com o FUNDEB	105.885,41	0,00	105.885,41
TOTAL		11.583.919,78	0,00	11.583.919,78

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	40.671,82	0,00	40.671,82
11120200020000000000	IPTU - MDE	16.949,21	0,00	16.949,21
11120200030000000000	IPTU - ASPS	10.168,94	0,00	10.168,94
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	16.197,51	0,00	16.197,51
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	6.748,97	0,00	6.748,97
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	4.049,37	0,00	4.049,37
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	90.901,49	0,00	90.901,49
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	37.876,03	0,00	37.876,03
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	22.725,53	0,00	22.725,53
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	22.193,27	0,00	22.193,27
11120800020000000000	ITBI - MDE	9.787,37	0,00	9.787,37
11120800030000000000	ITBI - ASPS	5.947,53	0,00	5.947,53
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	48.582,30	0,00	48.582,30
11130501020000000000	ISS - MDE	20.243,29	0,00	20.243,29
11130501030000000000	ISS - ASPS	12.146,05	0,00	12.146,05
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.151.358,18	0,00	4.151.358,18
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	345.988,55	0,00	345.988,55
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.037.848,77	0,00	1.037.848,77
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.383.798,46	0,00	1.383.798,46
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	184.553,89	0,00	184.553,89
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	76.897,46	0,00	76.897,46
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	46.138,47	0,00	46.138,47
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	190.410,54	0,00	190.410,54
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,64	0,00	47.602,64
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	665,83	0,00	665,83
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	55,43	0,00	55,43
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	166,37	0,00	166,37
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	221,84	0,00	221,84
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	9.070,28	0,00	9.070,28
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	755,79	0,00	755,79
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.267,52	0,00	2.267,52
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	3.023,41	0,00	3.023,41



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.464.853,97	0,00	1.464.853,97
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	122.071,15	0,00	122.071,15
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	366.222,52	0,00	366.222,52
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	488.281,86	0,00	488.281,86
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	67.005,28	0,00	67.005,28
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	5.294,27	0,00	5.294,27
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	16.676,00	0,00	16.676,00
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	22.197,90	0,00	22.197,90
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	22.138,68	0,00	22.138,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.840,19	0,00	1.840,19
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.538,43	0,00	5.538,43
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	7.325,24	0,00	7.325,24
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	203,27	0,00	203,27
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	85,05	0,00	85,05
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	50,97	0,00	50,97
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	142,42	0,00	142,42
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	59,67	0,00	59,67
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	35,81	0,00	35,81
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.775,17	0,00	2.775,17
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.157,37	0,00	1.157,37
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	693,95	0,00	693,95
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	177,79	0,00	177,79
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	74,49	0,00	74,49
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	44,87	0,00	44,87
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	10.221,47	0,00	10.221,47
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	4.259,91	0,00	4.259,91
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.555,76	0,00	2.555,76
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	1.024,83	0,00	1.024,83
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	427,23	0,00	427,23
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	256,30	0,00	256,30
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-7.224,79	0,00	-7.224,79
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-3.012,87	0,00	-3.012,87
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.807,31	0,00	-1.807,31
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-0,25	0,00	-0,25
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-0,11	0,00	-0,11
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-0,06	0,00	-0,06
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-84,92	0,00	-84,92
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-35,46	0,00	-35,46
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-21,26	0,00	-21,26
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-910,83	0,00	-910,83
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-390,00	0,00	-390,00
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-234,00	0,00	-234,00



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL				
		10.525.319,80	0,00	10.525.319,80

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.631.329,95**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	91.604,87	0,00	91.604,87
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	632.240,57	0,00	632.240,57
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.063,72	0,00	6.063,72
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3.012,98	0,00	-3.012,98
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-425,46	0,00	-425,46
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.904.848,71	0,00	1.904.848,71
TOTAL II		2.631.319,43	0,00	2.631.319,43

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	715.646,72	0,00	715.646,72
20	Educação Infantil	249.251,19	0,00	249.251,19
31	Ensino Fundamental	1.257.320,49	0,00	1.257.320,49
31	Educação Infantil	570.100,55	0,00	570.100,55
SUBTOTAL I		2.792.318,95	0,00	2.792.318,95

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
	(+) Perda com o FUNDEB	105.885,41	0,00	105.885,41
	(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	23.129,21	0,00	23.129,21
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		27,32		2.875.075,15

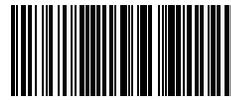
3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.151.358,18	0,00	4.151.358,18
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS	345.988,55	0,00	345.988,55



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE			
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.037.848,77	0,00	1.037.848,77
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.383.798,46	0,00	1.383.798,46
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	665,83	0,00	665,83
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	55,43	0,00	55,43
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	166,37	0,00	166,37
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	221,84	0,00	221,84
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	9.070,28	0,00	9.070,28
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	755,79	0,00	755,79
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.267,52	0,00	2.267,52
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	3.023,41	0,00	3.023,41
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.464.853,97	0,00	1.464.853,97
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	122.071,15	0,00	122.071,15
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	366.222,52	0,00	366.222,52
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	488.281,86	0,00	488.281,86
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	67.005,28	0,00	67.005,28
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	5.294,27	0,00	5.294,27
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	16.676,00	0,00	16.676,00
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	22.197,90	0,00	22.197,90
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	22.138,68	0,00	22.138,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.840,19	0,00	1.840,19
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.538,43	0,00	5.538,43
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	7.325,24	0,00	7.325,24
SUBTOTAL		9.524.665,92	0,00	9.524.665,92

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.904.933,18**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.904.848,71	0,00	1.904.848,71
TOTAL II		1.904.848,71	0,00	1.904.848,71

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.257.320,49	0,00	1.257.320,49
31	Educação Infantil	570.100,55	0,00	570.100,55
SUBTOTAL I		1.827.421,04	0,00	1.827.421,04

(+) Perda com o FUNDEB 105.885,41

(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB 21.804,67

% de Aplicação Valor Aplicado

TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB **20,07** **1.911.501,78**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)



3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2017

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	21.804,67	0,00	21.804,67
17240100020000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	1.798.963,30	0,00	1.798.963,30
Total		1.820.767,97	0,00	1.820.767,97

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB

1.092.460,78

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2017

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.000.852,20	0,00	1.000.852,20
31	Educação Infantil	508.574,04	0,00	508.574,04
TOTAL		1.509.426,24	0,00	1.509.426,24

% de Aplicação

82,90

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2016	38.415,62	0,00	38.415,62
TOTAL	38.415,62	0,00	38.415,62

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%

1.920,78

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2017 (Janeiro - Dezembro)

TOTAL	0,00	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------	-------------

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	40.671,82	0,00	40.671,82
11120200020000000000	IPTU - MDE	16.949,21	0,00	16.949,21
11120200030000000000	IPTU - ASPS	10.168,94	0,00	10.168,94
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	16.197,51	0,00	16.197,51
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	6.748,97	0,00	6.748,97
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	4.049,37	0,00	4.049,37
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	90.901,49	0,00	90.901,49
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	37.876,03	0,00	37.876,03
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	22.725,53	0,00	22.725,53
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	22.193,27	0,00	22.193,27
11120800020000000000	ITBI - MDE	9.787,37	0,00	9.787,37
11120800030000000000	ITBI - ASPS	5.947,53	0,00	5.947,53



61701123027994751



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130501010000000000	ISS - PRÓPRIO	48.582,30	0,00	48.582,30
11130501020000000000	ISS - MDE	20.243,29	0,00	20.243,29
11130501030000000000	ISS - ASPS	12.146,05	0,00	12.146,05
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PRÓPRIO	4.151.358,18	0,00	4.151.358,18
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	345.988,55	0,00	345.988,55
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.037.848,77	0,00	1.037.848,77
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.383.798,46	0,00	1.383.798,46
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PRÓPRIO	184.553,89	0,00	184.553,89
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	76.897,46	0,00	76.897,46
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	46.138,47	0,00	46.138,47
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PRÓPRIO	190.410,54	0,00	190.410,54
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	79.337,73	0,00	79.337,73
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	47.602,64	0,00	47.602,64
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PRÓPRIO	665,83	0,00	665,83
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	55,43	0,00	55,43
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	166,37	0,00	166,37
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	221,84	0,00	221,84
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PRÓPRIO	9.070,28	0,00	9.070,28
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	755,79	0,00	755,79
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.267,52	0,00	2.267,52
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	3.023,41	0,00	3.023,41
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PRÓPRIO	1.464.853,97	0,00	1.464.853,97
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	122.071,15	0,00	122.071,15
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	366.222,52	0,00	366.222,52
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	488.281,86	0,00	488.281,86
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PRÓPRIO	67.005,28	0,00	67.005,28
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	5.294,27	0,00	5.294,27
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	16.676,00	0,00	16.676,00
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	22.197,90	0,00	22.197,90
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PRÓPRIO	22.138,68	0,00	22.138,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.840,19	0,00	1.840,19
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.538,43	0,00	5.538,43
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	7.325,24	0,00	7.325,24
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PRÓPRIO	203,27	0,00	203,27
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	85,05	0,00	85,05
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	50,97	0,00	50,97
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PRÓPRIO	142,42	0,00	142,42
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	59,67	0,00	59,67



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
191140003000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	35,81	0,00	35,81
191311000100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.775,17	0,00	2.775,17
191311000200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.157,37	0,00	1.157,37
191311000300000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	693,95	0,00	693,95
191313000100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	177,79	0,00	177,79
191313000200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	74,49	0,00	74,49
191313000300000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	44,87	0,00	44,87
193111000100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	10.221,47	0,00	10.221,47
193111000200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	4.259,91	0,00	4.259,91
193111000300000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.555,76	0,00	2.555,76
193113000100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	1.024,83	0,00	1.024,83
193113000200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	427,23	0,00	427,23
193113000300000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	256,30	0,00	256,30
911120200010000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-7.224,79	0,00	-7.224,79
911120200020000000	Deducao - IPTU - MDE	-3.012,87	0,00	-3.012,87
911120200030000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.807,31	0,00	-1.807,31
911130501010000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-0,25	0,00	-0,25
911130501020000000	Deducao - ISS - MDE	-0,11	0,00	-0,11
911130501030000000	Deducao - ISS - ASPS	-0,06	0,00	-0,06
919114000010000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-84,92	0,00	-84,92
919114000020000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-35,46	0,00	-35,46
919114000030000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-21,26	0,00	-21,26
919131100010000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-910,83	0,00	-910,83
919131100020000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-390,00	0,00	-390,00
919131100030000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-234,00	0,00	-234,00
SUBTOTAL I		10.525.319,80	0,00	10.525.319,80

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.578.797,97**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	55.037,42	0,00	55.037,42
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.522.460,72	0,00	1.522.460,72
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.637,66	0,00	3.637,66
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-1.807,37	0,00	-1.807,37
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-255,26	0,00	-255,26
TOTAL II		1.579.073,17	0,00	1.579.073,17

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.220.545,01	0,00	2.220.545,01
SUBTOTAL I		2.220.545,01	0,00	2.220.545,01



3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		11.578,27	0,00	11.578,27
SUBTOTAL III		11.578,27	0,00	11.578,27
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		20,99		2.208.966,74

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 3%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
BAL_VER.TXT	BAV_59	0	0		Saldo Atual Credor (-) Saldo Atual Devedor da conta 2.3.7.1.x.01.00 com saldo (R\$ 3.280.087,48) quando deveria estar zerada.
BVER_ENC.TXT	BAV_60	0	0		O Superávit/Déficit Financeiro (quadro d. do Balanço Patrimonial, 33.052.747,07) não fecha com a diferença do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro (3.118.995,19).
CTA_DISP.TXT	CTV_32	1	0	AVISO	Linha: 1 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	1	0	AVISO	Linha: 1 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_33	2	0	AVISO	Linha: 2 - Validação do prefixo da agência 0877x inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	4	0	AVISO	Linha: 4 - Validação do prefixo da agência 0877x inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	5	0	AVISO	Linha: 5 - Validação do prefixo da agência 0877x inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	6	0	AVISO	Linha: 6 - Validação do prefixo da agência 0877x inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	6	0	AVISO	Linha: 6 - Validação da conta 00008056x inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	63	0	AVISO	Linha: 63 - Validação da conta 00032132x inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	68	0	AVISO	Linha: 68 - Validação da conta 000000111 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	73	0	AVISO	Linha: 73 - Validação da conta 000000002344 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	74	0	AVISO	Linha: 74 - Validação da conta 000000002751 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	75	0	AVISO	Linha: 75 - Validação da conta 000000002646 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	76	0	AVISO	Linha: 76 - Validação da conta 000000002573 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	77	0	AVISO	Linha: 77 - Validação da conta 000006471435 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	78	0	AVISO	Linha: 78 - Validação da conta 000006471494 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 000006472059 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação da conta 000006472245 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação da conta 000006471796 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	82	0	AVISO	Linha: 82 - Validação da conta 000000002786 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	83	0	AVISO	Linha: 83 - Validação da conta 000000003197 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação da conta 000130110000 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação da conta 013000114900 inconsistente para o código do banco 104



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_34	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação da conta 000006472083 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	87	0	AVISO	Linha: 87 - Validação da conta 200066472113 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	88	0	AVISO	Linha: 88 - Validação da conta 000000000018 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina CTV_34
CTA_DISP.TXT	CTV_32	140	0	AVISO	Linha: 140 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	141	0	AVISO	Linha: 141 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	142	0	AVISO	Linha: 142 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	143	0	AVISO	Linha: 143 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	144	0	AVISO	Linha: 144 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	145	0	AVISO	Linha: 145 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_17	0	0		Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	4,16% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 12000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_59 - Saldo Atual Credor (-) Saldo Atual Devedor da conta 2.3.7.1.x.01.00 com saldo (R\$ 3.280.087,48) quando deveria estar zerada.

Justificativa: POR SE TRATAR DE CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO ENTRA NA REGRA DE EXCESSÕES.

Descrição: BAV_60 - O Superávit/Déficit Financeiro (quadro d. do Balanço Patrimonial, 33.052.747,07) não fecha com a diferença do Ativo Financeiro e Passivo Financeiro (3.118.995,19).

Justificativa: POR SE TRATAR DE CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO ENTRA NA REGRA DE EXCESSÕES.

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 4760, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: ESTE FATO OCORRE DEVIDO A CONTA UNICA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE.

Descrição: CTV_17 - Não existe nenhuma conta do disponível com Recurso Vinculado entre 8001 e 9999 (Extra-Orçamentário)

Justificativa: TODOS OS VALORES RESTITUIVEIS DEVEM SER CONSIDERADOS COMO FONTE DE RECURSO LIVRE.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF



Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	27/03/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	27/03/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
2º Bimestre	Mural	16/05/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	16/05/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
3º Bimestre	Mural	17/07/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	17/07/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
4º Bimestre	Mural	13/09/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	13/09/2017	p://www.barradoguarita.rs.gov.br/
5º Bimestre	Mural	21/11/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	21/11/2017	p://www.barradoguarita.rs.gov.br/
6º Bimestre	Mural	11/01/2018	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	11/01/2018	p://www.barradoguarita.rs.gov.br/

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	17/07/2017	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	17/07/2017	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
2º Semestre	Mural	11/01/2018	CENTRO ADMINISTRATIVO
	Jornal		Não Publicado
	Internet	11/01/2018	http://www.barradoguarita.rs.gov.br/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2016	24/02/2017	CAMARA DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2017	16/05/2017	CAMARA DE VEREADORES
2º Quadrimestre/2017	29/09/2017	CAMARA DE VEREADORES

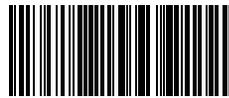
5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
24/05/2013	http://192.168.20.10:8082/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.



5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	14.086.756,13	0,00	14.086.756,13
910000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.920.615,91	0,00	-1.920.615,91
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	16.197,51	0,00	16.197,51
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	6.748,97	0,00	6.748,97
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	4.049,37	0,00	4.049,37
Subtotal		12.139.144,37	0,00	12.139.144,37
	(+) Perda com o FUNDEB	105.885,41	0,00	105.885,41
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		12.245.029,78	0,00	12.245.029,78

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

CONTAS DE DESPESA				
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.210.437,57	0,00	6.210.437,57
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		6.210.437,57	0,00	6.210.437,57
CONTAS DE RECEITA				
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
CONTAS PATRIMONIAIS				
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Total da Despesa com Pessoal		6.210.437,57	0,00	6.210.437,57

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	111110101000000	CAIXA - Executivo	20,22	0,00	20,22
1	111111902010000	BB Cta Movimento	232.681,28	0,00	232.681,28
1	111111902020000	BB FPM-FUNDO PARTIC.MUNICIPIOS	337.687,15	0,00	337.687,15
1	111111902040000	BB FEX-Auxilio Financeira Esforco Exportador	14.193,54	0,00	14.193,54
1	111111902120000	BB SALARIO (13)	12.701,88	0,00	12.701,88
1	111111902150000	BB - ICMS DESONERACAO EXPORTACAO	2.357,65	0,00	2.357,65
1	111111902190000	BB - SIMPLES NACIONAL	5.720,46	0,00	5.720,46
1	111111902440000	B.BRASIL AFM	55,66	0,00	55,66
1	111111902580000	B.BRASIL FOLHA DE PGTO	211.331,37	0,00	211.331,37
1	111111903030000	CAIXA ECONOMICA MOVIMENTO	22.961,05	0,00	22.961,05
1	111111903110000	CEF MOVIMENTO APLIC. FINANCEIRA	1.306,15	0,00	1.306,15
1	111111903220000	CEF FOLHA DE PAGAMENTO	88.556,03	0,00	88.556,03
1	111111912010000	Banr. Cta Movimento	184.875,26	0,00	184.875,26
1	111111912090000	BANRISUL CTA FOLHA DE PGTO	123.996,27	0,00	123.996,27
1	111111912260000	BANRISUL CONCURSO PUBLICO	2,48	0,00	2,48
1	111111912310000	BANRISUL ALIENACAO BENS	1.749,40	0,00	1.749,40
1	111111912350000	BANRISUL DPTO TRANSITO	1.220,18	0,00	1.220,18
1	111111912360000	BANRISUL FUNDO MEIO AMBIENTE	2.872,33	0,00	2.872,33
1	111113001000000	ARRECADACAO DIRETA	11.544,97	0,00	11.544,97
20	111111902130000	BB MDE-EDUCACAO	11.226,89	0,00	11.226,89
31	111111902160000	BB FUNDEB	20.084,22	0,00	20.084,22
40	111111902080000	BB ASPS - FUNDO MUNIC.SAUDE	93.099,13	0,00	93.099,13
1001	111111902050000	BB Fundo Especial	46.969,19	0,00	46.969,19
1002	111111912030000	BANR.TRANSF.ESCOLAR-ESTADO	54.827,62	0,00	54.827,62
1004	111111902280000	B.B.ALIMENTACAO ESCOLAR	0,15	0,00	0,15



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1034	11111902090000	BB SALARIO EDUCACAO FNDE	88.542,08	0,00	88.542,08
1059	11111902100000	BB PNAT-TRANSPORTE ESCOLAR	0,39	0,00	0,39
1062	11111902110000	BB CIDE-CONTR.INTERV.DOM.ECONOMICO	54,45	0,00	54,45
1064	11111912060000	BANR.SALARIO EDUCACAO-ESTADO	78,07	0,00	78,07
1071	11111902690000	B.BRASIL CRAS	19.501,03	0,00	19.501,03
1072	11111902260000	B. BRASIL PETI PVMC	438,47	0,00	438,47
1097	11111902680000	B.BRASIL IGD	39.274,02	0,00	39.274,02
1144	11111902300000	B. BRASIL CONST. CRECHE CONV. FNDE 700061/2010	96.767,79	0,00	96.767,79
1215	11111912080000	BANRISUL CONVENIO FEAS	2.648,73	0,00	2.648,73
1215	11111912330000	BANRISUL FMAS - FEAS	32.054,96	0,00	32.054,96
1227	11111902530000	B.BRASIL APOIO A CRECHES	404,26	0,00	404,26
1229	11111902700000	B.BRASIL SCFV	125.582,61	0,00	125.582,61
1237	11111902540000	B.BRASIL IMP. ESTRUTURAS ESPORTIVAS	7.896,22	0,00	7.896,22
1278	11111902620000	B.BRASIL BRASIL CARINHOSO	11.947,75	0,00	11.947,75
1282	11111903320000	CEF REMOD. PRACA CONT. 1018601-12/2014 CONV. 804575/2014	58.071,30	0,00	58.071,30
1283	11111903270000	CEF M. CIDADE C. 1016491-39/2014	42.320,30	0,00	42.320,30
1286	11111903290000	CEF ASFALTO CT 1008871-06/2013	100.588,73	0,00	100.588,73
1287	11111903230000	CEF ASFALTO CONV. 10093199/2013	39.068,95	0,00	39.068,95
1290	11111903310000	CEF INF. ESPORTIVA CEF 789788/2013	41.608,28	0,00	41.608,28
1292	11111902640000	B.BRASIL PRO - INFANCIA	37,09	0,00	37,09
1294	11111902730000	B.BRASIL MEC/FNDE NOVAS TURMAS	15.475,53	0,00	15.475,53
4010	11111912050000	BANR.MUNICIPIO RESOLVE	0,88	0,00	0,88
4011	11111912180000	BANRISUL FMS PIES IAB	14.054,86	0,00	14.054,86
4011	11111912320000	BANRISUL NAAB	149.371,88	0,00	149.371,88
4050	11111912140000	BANRISUL FMS DIABETES MELITUS	1.696,96	0,00	1.696,96
4050	11111912170000	BANRISUL FMS FARMACIA BASICA	6.274,00	0,00	6.274,00
4050	11111912300000	BANRISUL FMS AQUIS. FRALDAS	360,00	0,00	360,00
4090	11111912150000	BANRISUL FMS SAUDE BUCAL	5.000,00	0,00	5.000,00
4090	11111912160000	BANRISUL FMS PSF	4.382,04	0,00	4.382,04
4090	11111912200000	BANRISUL PACS	1.424,26	0,00	1.424,26
4160	11111912130000	BANRISUL FMS PIM	20.024,20	0,00	20.024,20
4190	11111912340000	BANRISUL VIGILANCIA EM SAUDE	4.000,00	0,00	4.000,00
4232	11111912270000	BANRISUL AQUIS. EQUIP UBS CONS. POPULAR	71,58	0,00	71,58
4293	11111912250000	BANRISUL FMS EQUIP. PORT. 337/13	21,00	0,00	21,00
4505	11111902660000	B.BRASIL EQUIPAMENTOS SAUDE	5.071,52	0,00	5.071,52
4505	11111903340000	CEF EQUIP SAUDE EMENDA PARLAMENTAR	65.079,31	0,00	65.079,31
4510	11111902210000	B.BRASIL PAB FIXO	13.433,16	0,00	13.433,16
4520	11111902340000	B.BRASIL PSF	220,55	0,00	220,55



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4520	111111902520000	B.BRASIL SAUDE DO ESCOLAR	7.476,00	0,00	7.476,00
4521	111111902370000	B.BRASIL PMAQ	22.117,36	0,00	22.117,36
4530	111111902320000	B.BRASIL PACS	15.208,29	0,00	15.208,29
4540	111111902330000	B.BRASIL SAUDE BUCAL	3.097,72	0,00	3.097,72
4580	111111902410000	B.BRASIL FMS COMP. REGIONAIS	2,14	0,00	2,14
4710	111111902140000	BB - TETO FINANCEIRO VIGILANCIA SAUDE - TFVS	0,35	0,00	0,35
4710	111111902220000	B.BRASIL VIGILANCIA FIXA	71.613,95	0,00	71.613,95
4770	111111902170000	BB - GRUPO DE HIPERTENCOS	0,74	0,00	0,74
4770	111111902200000	B.BRASIL FARMACIA BASICA	10.138,85	0,00	10.138,85
4911	111111902590000	B.BRASIL TELESAUDE	1.783,04	0,00	1.783,04
4932	111111902510000	B.BRASIL REFORMA UBS	2.614,37	0,00	2.614,37
TOTAL			2.628.940,55	0,00	2.628.940,55

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA			0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
212130198000000	OUTROS TITULOS - EMPRESTIMOS INTERNOS	8.881,98	0,00	8.881,98
212130201000000	CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS	23.850,00	0,00	23.850,00
212130298000000	OUTROS CONTRATOS - EMPRESTIMOS INTERNOS	194.183,96	0,00	194.183,96
212410200000000	FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO A CURTO PRAZO	37.596,22	0,00	37.596,22
213110102000000	FORNECEDORES FINANCIADOS A PAGAR	53.237,07	0,00	53.237,07
223110102000000	FORNECEDORES FINANCIADOS A PAGAR	171.220,17	0,00	171.220,17
TOTAL		488.969,40	0,00	488.969,40

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010000	BB Cta Movimento	232.681,28	0,00	232.681,28
111111902020000	BB FPM-FUNDO PARTIC.MUNICIPIOS	337.687,15	0,00	337.687,15



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902040000	BB FEX-Auxilio Financeira Esforco Exportador	14.193,54	0,00	14.193,54
111111902050000	BB Fundo Especial	46.969,19	0,00	46.969,19
111111902080000	BB ASPS - FUNDO MUNIC.SAUDE	93.099,13	0,00	93.099,13
111111902090000	BB SALARIO EDUCACAO FNDE	88.542,08	0,00	88.542,08
111111902100000	BB PNAT-TRANSPORTE ESCOLAR	0,39	0,00	0,39
111111902110000	BB CIDE-CONTR.INTERV.DOM.ECONOMICO	54,45	0,00	54,45
111111902120000	BB SALARIO (13)	12.701,88	0,00	12.701,88
111111902130000	BB MDE-EDUCACAO	11.226,89	0,00	11.226,89
111111902140000	BB - TETO FINANCEIRO VIGILANCIA SAUDE - TFVS	0,35	0,00	0,35
111111902150000	BB - ICMS DESONERACAO EXPORTACAO	2.357,65	0,00	2.357,65
111111902160000	BB FUNDEB	20.084,22	0,00	20.084,22
111111902170000	BB - GRUPO DE HIPERTENCOS	0,74	0,00	0,74
111111902190000	BB - SIMPLES NACIONAL	5.720,46	0,00	5.720,46
111111902200000	B.BRASIL FARMACIA BASICA	10.138,85	0,00	10.138,85
111111902210000	B.BRASIL PAB FIXO	13.433,16	0,00	13.433,16
111111902220000	B.BRASIL VIGILANCIA FIXA	71.613,95	0,00	71.613,95
111111902260000	B. BRASIL PETI PVMC	438,47	0,00	438,47
111111902280000	B.B.ALIMENTACAO ESCOLAR	0,15	0,00	0,15
111111902300000	B. BRASIL CONST. CRECHE CONV. FNDE 700061/2010	96.767,79	0,00	96.767,79
111111902320000	B.BRASIL PACS	15.208,29	0,00	15.208,29
111111902330000	B.BRASIL SAUDE BUCAL	3.097,72	0,00	3.097,72
111111902340000	B.BRASIL PSF	220,55	0,00	220,55
111111902370000	B.BRASIL PMAQ	22.117,36	0,00	22.117,36
111111902410000	B.BRASIL FMS COMP. REGIONAIS	2,14	0,00	2,14
111111902440000	B.BRASIL AFM	55,66	0,00	55,66
111111902510000	B.BRASIL REFORMA UBS	2.614,37	0,00	2.614,37
111111902520000	B.BRASIL SAUDE DO ESCOLAR	7.476,00	0,00	7.476,00
111111902530000	B.BRASIL APOIO A CRECHES	404,26	0,00	404,26
111111902540000	B.BRASIL IMP. ESTRUTURAS ESPORTIVAS	7.896,22	0,00	7.896,22
111111902580000	B.BRASIL FOLHA DE PGTO	211.331,37	0,00	211.331,37
111111902590000	B.BRASIL TELESAUDE	1.783,04	0,00	1.783,04
111111902620000	B.BRASIL BRASIL CARINHOSO	11.947,75	0,00	11.947,75
111111902640000	B.BRASIL PRO - INFANCIA	37,09	0,00	37,09
111111902660000	B.BRASIL EQUIPAMENTOS SAUDE	5.071,52	0,00	5.071,52
111111902680000	B.BRASIL IGD	39.274,02	0,00	39.274,02
111111902690000	B.BRASIL CRAS	19.501,03	0,00	19.501,03
111111902700000	B.BRASIL SCFV	125.582,61	0,00	125.582,61
111111902730000	B.BRASIL MEC/FNDE NOVAS TURMAS	15.475,53	0,00	15.475,53
111111903030000	CAIXA ECONOMICA MOVIMENTO	22.961,05	0,00	22.961,05
111111903110000	CEF MOVIMENTO APLIC. FINANCEIRA	1.306,15	0,00	1.306,15
111111903220000	CEF FOLHA DE PAGAMENTO	88.556,03	0,00	88.556,03



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

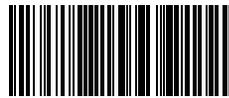
CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903230000	CEF ASFALTO CONV. 10093199/2013	39.068,95	0,00	39.068,95
111111903270000	CEF M. CIDADE C. 1016491-39/2014	42.320,30	0,00	42.320,30
111111903290000	CEF ASFALTO CT 1008871-06/2013	100.588,73	0,00	100.588,73
111111903310000	CEF INF. ESPORTIVA CEF 789788/2013	41.608,28	0,00	41.608,28
111111903320000	CEF REMOD. PRACA CONT. 1018601-12/2014 CONV. 804575/2014	58.071,30	0,00	58.071,30
111111903340000	CEF EQUIP SAUDE EMENDA PARLAMENTAR	65.079,31	0,00	65.079,31
111111912010000	Banr. Cta Movimento	184.875,26	0,00	184.875,26
111111912030000	BANR.TRANSP.ESCOLAR-ESTADO	54.827,62	0,00	54.827,62
111111912050000	BANR.MUNICIPIO RESOLVE	0,88	0,00	0,88
111111912060000	BANR.SALARIO EDUCACAO-ESTADO	78,07	0,00	78,07
111111912080000	BANRISUL CONVENIO FEAS	2.648,73	0,00	2.648,73
111111912090000	BANRISUL CTA FOLHA DE PGTO	123.996,27	0,00	123.996,27
111111912130000	BANRISUL FMS PIM	20.024,20	0,00	20.024,20
111111912140000	BANRISUL FMS DIABETES MELITUS	1.696,96	0,00	1.696,96
111111912150000	BANRISUL FMS SAUDE BUCAL	5.000,00	0,00	5.000,00
111111912160000	BANRISUL FMS PSF	4.382,04	0,00	4.382,04
111111912170000	BANRISUL FMS FARMACIA BASICA	6.274,00	0,00	6.274,00
111111912180000	BANRISUL FMS PIES IAB	14.054,86	0,00	14.054,86
111111912200000	BANRISUL PACS	1.424,26	0,00	1.424,26
111111912250000	BANRISUL FMS EQUIP. PORT. 337/13	21,00	0,00	21,00
111111912260000	BANRISUL CONCURSO PUBLICO	2,48	0,00	2,48
111111912270000	BANRISUL AQUIS. EQUIP UBS CONS. POPULAR	71,58	0,00	71,58
111111912300000	BANRISUL FMS AQUIS. FRALDAS	360,00	0,00	360,00
111111912310000	BANRISUL ALIENACAO BENS	1.749,40	0,00	1.749,40
111111912320000	BANRISUL NAAB	149.371,88	0,00	149.371,88
111111912330000	BANRISUL FMAS - FEAS	32.054,96	0,00	32.054,96
111111912340000	BANRISUL VIGILANCIA EM SAUDE	4.000,00	0,00	4.000,00
111111912350000	BANRISUL DPTO TRANSITO	1.220,18	0,00	1.220,18
111111912360000	BANRISUL FUNDO MEIO AMBIENTE	2.872,33	0,00	2.872,33
111113001000000	ARRECADACAO DIRETA	11.544,97	0,00	11.544,97
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-991,23	0,00	-991,23
TOTAL		2.627.929,10	0,00	2.627.929,10

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110301000000	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	33.975,94	0,00	33.975,94
TOTAL		33.975,94	0,00	33.975,94
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				2.661.905,04



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
6311000000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	303.821,04	0,00	303.821,04
TOTAL		303.821,04	0,00	303.821,04

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

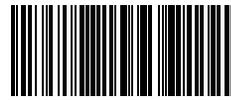
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	64.485,59	0,00	64.485,59	64.485,59
20	384,05	0,00	0,00	0,00	384,05
31	0,00	1.070,39	0,00	1.070,39	1.070,39
40	607,18	1.534,00	0,00	1.534,00	2.141,18
1002	0,00	10.254,00	0,00	10.254,00	10.254,00
1034	0,00	224,67	0,00	224,67	224,67
4505	0,00	5.398,80	0,00	5.398,80	5.398,80
TOTAL	991,23	82.967,45	0,00	82.967,45	83.958,68

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	4.289,54	57.449,13	0,00	57.449,13	61.738,67
20	0,00	2.593,00	0,00	2.593,00	2.593,00
40	0,00	16.473,25	0,00	16.473,25	16.473,25
1002	0,00	16.470,08	0,00	16.470,08	16.470,08
1034	0,00	120,00	0,00	120,00	120,00
1229	0,00	6.400,00	0,00	6.400,00	6.400,00
1282	50.215,94	0,00	0,00	0,00	50.215,94



RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1283	30.826,90	0,00	0,00	0,00	30.826,90
1286	169.500,00	0,00	0,00	0,00	169.500,00
1287	24.585,00	0,00	0,00	0,00	24.585,00
1290	24.403,66	0,00	0,00	0,00	24.403,66
4050	0,00	4.300,00	0,00	4.300,00	4.300,00
4505	0,00	33.882,50	0,00	33.882,50	33.882,50
4510	0,00	5.801,25	0,00	5.801,25	5.801,25
4770	0,00	1.375,19	0,00	1.375,19	1.375,19
TOTAL	303.821,04	144.864,40	0,00	144.864,40	448.685,44

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		1.255.833,33	0,00	1.255.833,33	
20		11.226,89	0,00	11.226,89	
31		20.084,22	0,00	20.084,22	
40		93.099,13	0,00	93.099,13	
1001		46.969,19	0,00	46.969,19	
1002		54.827,62	0,00	54.827,62	
1004		0,15	0,00	0,15	
1034		88.542,08	0,00	88.542,08	
1059		0,39	0,00	0,39	
1062		54,45	0,00	54,45	
1064		78,07	0,00	78,07	
1071		19.501,03	0,00	19.501,03	
1072		438,47	0,00	438,47	
1097		39.274,02	0,00	39.274,02	
1144		96.767,79	0,00	96.767,79	
1215		34.703,69	0,00	34.703,69	
1227		404,26	0,00	404,26	
1229		125.582,61	0,00	125.582,61	
1237		7.896,22	0,00	7.896,22	
1278		11.947,75	0,00	11.947,75	
1282		58.071,30	0,00	58.071,30	
1283		42.320,30	0,00	42.320,30	
1286		100.588,73	68.911,27	169.500,00	
1287		39.068,95	0,00	39.068,95	
1290		41.608,28	0,00	41.608,28	
1292		37,09	0,00	37,09	
1294		15.475,53	0,00	15.475,53	
4010		0,88	0,00	0,88	
4011		163.426,74	0,00	163.426,74	
4050		8.330,96	0,00	8.330,96	



DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4090		10.806,30	0,00	10.806,30	
4160		20.024,20	0,00	20.024,20	
4190		4.000,00	0,00	4.000,00	
4232		71,58	0,00	71,58	
4293		21,00	0,00	21,00	
4505		70.150,83	0,00	70.150,83	
4510		13.433,16	0,00	13.433,16	
4520		7.696,55	0,00	7.696,55	
4521		22.117,36	0,00	22.117,36	
4530		15.208,29	0,00	15.208,29	
4540		3.097,72	0,00	3.097,72	
4580		2,14	0,00	2,14	
4710		71.614,30	0,00	71.614,30	
4770		10.139,59	0,00	10.139,59	
4911		1.783,04	0,00	1.783,04	
4932		2.614,37	0,00	2.614,37	
TOTAL		2.628.940,55	68.911,27	2.697.851,82	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recurso Livre
20	Recurso MDE
31	FUNDEB
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS
1001	Fundo Especial do Petroleo
1002	Transporte Escolar-Recurso Estado
1004	Merenda Escolar-PNAE Uniao
1020	ASFALTO CONT. 0330520-69/2010
1025	Implant.Rede Eletrif.Rural-Prodesa
1034	Salario Educacao - Recurso Federal
1049	Convenio Acordo Pradem
1055	Programa Campanha de Vacinacao-Estado
1059	PNAT-Transporte Escolar-Fonte Federal
1062	Cide-CotaParte Contrib.Intervencao Dominio Economico
1064	Salario Educacao - Recurso Estado
1069	CONV. CEF PNH
1071	PROGRAMA CRAS
1072	PETI - PSO VARIAVEL MEDIA COMPLEXIDADE
1073	FNDE CAMINHO DA ESCOLA
1078	CONS. POPULAR AQUIS. EQUIPAMENTOS AGRICOLAS
1082	CONVENIO PET - EMPB
1097	RECURSOS IGD
1100	CONSULTA POP. ARRANJO LEITEIRO
1101	CONSULTA POP. PASTOREIO
1117	PISO BASICO VARIAVEL II
1118	QUADRA ESPORTES ESC. NOVO HORIZONTE



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1119	QUADRA POLIESPORTIVA ESC. GENERAL AMERICO DE MOURA
1122	CONV. ASFALTO CEF 302.283-07/2009
1123	CONV. ASFALTO CEF 306.685-72/2009
1125	CONV. ASFALTO CEF 0366442-77/2011
1144	CONV. FNDE CONST. CRECHE - C. 7.00061/2010
1152	PDDE
1170	MEC/FNDE PAR 201400031
1178	AGUA JABURITI 1555/2012
1179	DEFESA CIVIL PROC. 59050.000976/2011.09
1183	CONV. CEF PNHR APF 384106-78
1184	QUADRA ESCOLAR PAC2 004415/2013
1215	CONVENIO FEAS
1217	CONV. ASFALTO CONT. 313429/88
1218	REC. SOLO CONV. MAPA 759608/2011
1221	CONV. ASFALTO CEF CR 364888-18/2011
1222	PATRULHA AGRICOLA C.772328/2012/MAPA/CEF
1223	PATRULHA AGRICOLA C.1000983-93/MAPA/PRODESA
1224	RESOLUCAO CD/FNDE 29
1226	CONSULTA POP. EQUIP AGRICOLAS
1227	REPASSE APOIO A CRECHES
1229	PISO BASICO VARIABEL SCFV PSB
1232	MAPA CONT. 100408859 - CEF
1236	QUADRA ESP. CONT. 1008390-93 MIN. ESPORTES
1237	QUADRA ESPORTES T.C. PAC 204415/2013
1238	MEC/FNDE PAR EQUIP. ESCOLARES
1278	BRASIL CARINHOSO
1280	CONSULTA POPULAR 13/14 INSUMOS
1281	CONSULTA POPULAR 12/13 - BOTIJOES DE SEMEN
1282	REMOD. PRACA CONV. 804.575/2014
1283	CONST. PASSEIOS CONT. 809.144/2014
1284	PATRULHA AGRIC. CONT. 809.981/2014
1285	TRATOR AGRICOLA TERMO 788.731/2013
1286	ASFALTO CONT. REPASSE 10887106/2013
1287	ASFALTO C. REPASSE 10993199/2013
1288	PATRULHA AGRIC. MAPA 101314456/2013
1290	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA TC 789788/2013
1291	MEC/FNDE PAR 20140031
1292	MEC/FNDE PRO-INFANCIA
1294	MEC/FNDE NOVAS TURMAS
4010	GESTAO BASICA
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA
4050	FARMACIA BASICA
4090	PSF
4160	PRIMEIRA INFANCIA MELHOR
4190	EPIDEMIOLOGIA E VACINACAO
4232	AQUISICAO EQUIP. UBS CONS. POPULAR
4292	AQUISICAO DE AMBULANCIAS, CARROS, UNIDADES MOVEIS, ETC



LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

4293	EQUIPAMENTOS PORTARIA 337/2013
4505	BLOCO INVESTIMENTOS EMENDA PARLAMENTAR
4510	PAB - FIXO
4520	PSF - SAUDE DA FAMILIA
4521	PAB - PMAQ
4530	PACS - AGENTES COM.DE SAUDE
4540	SAUDE BUCAL
4580	PAB COMPENSACCOES REGIONAIS
4710	VIGILANCIA EM SAUDE
4720	VIGILANCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
4770	FARMACIA BASICA FIXA
4911	INFORMATIZACAO E TELESAUDE
4932	MANUTENCAO UBS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120101010000000000	ITR - MDE	25.273,23	0,00	25.273,23
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	36.849,89	0,00	36.849,89
11120200020000000000	IPTU - MDE	15.356,42	0,00	15.356,42
11120200030000000000	IPTU - ASPS	9.213,27	0,00	9.213,27
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	10.815,66	0,00	10.815,66
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	4.506,54	0,00	4.506,54
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	2.703,91	0,00	2.703,91
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	77.465,00	0,00	77.465,00
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	32.277,63	0,00	32.277,63
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	19.366,48	0,00	19.366,48
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	14.267,00	0,00	14.267,00
11120800020000000000	ITBI - MDE	5.780,57	0,00	5.780,57
11120800030000000000	ITBI - ASPS	3.730,74	0,00	3.730,74
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	43.127,40	0,00	43.127,40
11130501020000000000	ISS - MDE	18.925,72	0,00	18.925,72
11130501030000000000	ISS - ASPS	9.826,31	0,00	9.826,31
11211700000000000000	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	20.402,17	0,00	20.402,17
11212100000000000000	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	1.725,00	0,00	1.725,00
11212500000000000000	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORA DE SERVICOS	900,28	0,00	900,28
11222100000000000000	TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	5.265,34	0,00	5.265,34
11229000000000000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	5.460,41	0,00	5.460,41



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
12300000000000000000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	104.024,07	0,00	104.024,07
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.381.072,35	0,00	4.381.072,35
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	358.396,59	0,00	358.396,59
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.089.394,35	0,00	1.089.394,35
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.452.525,13	0,00	1.452.525,13
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	181.415,63	0,00	181.415,63
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	75.589,84	0,00	75.589,84
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	45.353,92	0,00	45.353,92
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	128.926,48	0,00	128.926,48
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.719,37	0,00	53.719,37
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.231,63	0,00	32.231,63
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	448,19	0,00	448,19
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	37,36	0,00	37,36
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	112,01	0,00	112,01
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	149,38	0,00	149,38
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	9.055,78	0,00	9.055,78
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	754,64	0,00	754,64
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.263,84	0,00	2.263,84
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	3.018,50	0,00	3.018,50
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.393.554,99	0,00	1.393.554,99
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	115.981,82	0,00	115.981,82
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	348.455,49	0,00	348.455,49
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	464.704,80	0,00	464.704,80
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	72.679,31	0,00	72.679,31
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	5.884,97	0,00	5.884,97
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	17.986,74	0,00	17.986,74
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	24.137,74	0,00	24.137,74
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17.399,28	0,00	17.399,28
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.455,10	0,00	1.455,10
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.364,26	0,00	4.364,26
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.804,66	0,00	5.804,66
17220113000000000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	11.792,50	0,00	11.792,50



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	308,05	0,00	308,05
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	129,26	0,00	129,26
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	77,17	0,00	77,17
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	25,74	0,00	25,74
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	10,91	0,00	10,91
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	6,55	0,00	6,55
19119901010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	474,50	0,00	474,50
19119901010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	79,30	0,00	79,30
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.859,95	0,00	2.859,95
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.275,40	0,00	1.275,40
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	764,92	0,00	764,92
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	162,77	0,00	162,77
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	68,19	0,00	68,19
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	40,50	0,00	40,50
19139900010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	769,32	0,00	769,32
19139900010200000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	507,01	0,00	507,01
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	10.729,22	0,00	10.729,22
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	4.472,02	0,00	4.472,02
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.682,80	0,00	2.682,80
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	1.089,50	0,00	1.089,50
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	372,15	0,00	372,15
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	223,46	0,00	223,46
19319901010100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	3.102,05	0,00	3.102,05
19319901010200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.852,54	0,00	1.852,54
91112010101000000000	Deducao - ITR - MDE	-14,10	0,00	-14,10
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-5.747,98	0,00	-5.747,98
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-2.397,01	0,00	-2.397,01
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-1.437,53	0,00	-1.437,53
91122210000000000000	Deducao - TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	-467,10	0,00	-467,10
91122900000000000000	Deducao - TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	-818,96	0,00	-818,96
91721010504000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	-4,75	0,00	-4,75
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-7,69	0,00	-7,69
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-3,21	0,00	-3,21
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-1,92	0,00	-1,92



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		10.787.112,72	0,00	10.787.112,72

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	757.332,81	0,00	757.332,81	1,0757	814.662,90
Fevereiro	897.801,42	0,00	897.801,42	1,0597	951.400,16
Março	700.403,94	0,00	700.403,94	1,0512	736.264,62
Abril	765.632,08	0,00	765.632,08	1,0467	801.387,10
Mai	1.002.890,78	0,00	1.002.890,78	1,0430	1.046.015,08
Junho	730.383,74	0,00	730.383,74	1,0313	753.244,75
Julho	867.984,89	0,00	867.984,89	1,0148	880.831,07
Agosto	798.035,96	0,00	798.035,96	1,0148	809.846,89
Setembro	614.132,07	0,00	614.132,07	1,0104	620.519,04
Outubro	743.581,68	0,00	743.581,68	1,0101	751.091,85
Novembro	1.164.178,00	0,00	1.164.178,00	1,0088	1.174.422,77
Dezembro	1.744.755,35	0,00	1.744.755,35	1,0083	1.759.236,82
TOTAL	10.787.112,72	0,00	10.787.112,72		11.098.923,07

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão

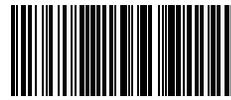
Justificativa: FOI ADICIONADO AS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS NO VINCULO 1286 O VALOR DE R\$ 68.911.27 RELATIVO PARA SUPRIR DESPESA EMPENHADA CUJO VALOR DE REPASSE NÃO OCORREU.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.249.886,68	2.343.287,00
2º Bimestre	2.249.886,68	2.192.264,60
3º Bimestre	2.249.886,68	2.473.409,01
4º Bimestre	2.249.886,68	2.350.712,47
5º Bimestre	2.249.886,68	1.951.796,28
6º Bimestre	2.249.886,60	2.775.286,77
TOTAL	13.499.320,00	14.086.756,13

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	30.333,34	30.000,00
2º Bimestre	30.333,34	193.535,58
3º Bimestre	30.333,34	117.074,50
4º Bimestre	30.333,34	0,00
5º Bimestre	30.333,34	49.170,00
6º Bimestre	30.333,30	133.918,38
TOTAL	182.000,00	523.698,46



RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		
	META	REALIZADA
1º Bimestre	-310.886,65	-353.463,13
2º Bimestre	-310.886,65	-308.759,37
3º Bimestre	-310.886,65	-353.023,27
4º Bimestre	-310.886,65	-289.098,93
5º Bimestre	-310.886,65	-282.079,13
6º Bimestre	-310.886,75	-334.192,08
TOTAL	-1.865.320,00	-1.920.615,91
TOTAL DA RECEITA	11.816.000,00	12.689.838,68

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2017.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2017.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2017.

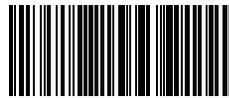
Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2017.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2017 - 01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000	DESPESAS DE CAPITAL	431.150,57	0,00	431.150,57
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		431.150,57	0,00	431.150,57
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				0,00



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Rodrigo Locatelli Tisott

CPF: 77573447000

Cargo/Função: Prefeito Municipal

Mandato - Início e Término: 01/01/2017 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

Não houve substituições formais no 6º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

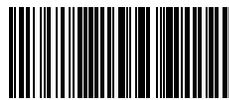
NADA A DECLARAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 17.0.0.3

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



61701123027994751

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



11/01/2018 - 09:17:36

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

BARRA DO GUARITA, 11 de Janeiro de 2018

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
Contabilista

RODRIGO LOCATELLI TISOTT
Prefeito Municipal

Página
203

Processo
04929-0200/17-5

Página da
peça
33

Peça
829672

DOCUMENTO
PUBLICO

ACESSO
N00D01B6



Balanco Orçamentário



61709123027994751

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	11.634.000,00	11.634.000,00	12.166.140,22	532.140,22
RECEITA TRIBUTARIA	384.050,00	384.050,00	391.629,35	7.579,35
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00	80.962,09	80.962,09
RECEITA PATRIMONIAL	121.600,00	121.600,00	159.989,15	38.389,15
RECEITA DE SERVICOS	44.500,00	44.500,00	26.748,68	-17.751,32
TRANSFERENCIAS CORRENTES	10.915.880,00	10.915.880,00	11.407.457,50	491.577,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.970,00	167.970,00	99.353,45	-68.616,55
RECEITAS DE CAPITAL (II)	182.000,00	182.000,00	523.698,46	341.698,46
ALIENACAO DE BENS	150.000,00	150.000,00	0,00	-150.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	523.698,46	523.698,46
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.000,00	31.000,00	0,00	-31.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	11.816.000,00	11.816.000,00	12.689.838,68	873.838,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	11.816.000,00	11.816.000,00	12.689.838,68	873.838,68
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	11.816.000,00	11.816.000,00	12.689.838,68	873.838,68
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	822.038,65	822.038,65	-
Superavit Financeiro	0,00	822.038,65	822.038,65	0,00
Reabertura de Creditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
1Peça
829673DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00D01B5



61709123027994751

11 / 01 / 2018 - 09 : 17 : 36

Balço Orçamentário

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	10.037.600,00	11.462.071,25	10.201.935,02	10.092.093,12	10.014.524,47	1.260.136,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.543.500,00	6.591.808,23	6.210.437,57	6.210.437,57	6.209.344,67	381.370,66
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	120.000,00	60.100,00	60.045,62	60.045,62	4.277,54	54,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.374.100,00	4.810.163,02	3.931.451,83	3.821.609,93	3.800.902,26	878.711,19
DESPESAS DE CAPITAL (X)	997.800,00	1.226.188,48	466.173,07	431.150,57	425.751,77	760.015,41
INVESTIMENTOS	795.800,00	1.045.188,48	294.375,95	259.353,45	253.954,65	750.812,53
INVERSOES FINANCEIRAS	22.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	180.000,00	180.000,00	171.797,12	171.797,12	171.797,12	8.202,88
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	50.600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	11.086.000,00	12.688.859,73	10.668.108,09	10.523.243,69	10.440.276,24	2.020.751,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	11.086.000,00	12.688.859,73	10.668.108,09	10.523.243,69	10.440.276,24	2.020.751,64
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	2.021.730,59	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	11.086.000,00	12.688.859,73	12.689.838,68	10.523.243,69	10.440.276,24	2.020.751,64

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
2Peça
829673DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00D01B5



61709123027994751

11 / 01 / 2018 - 09 : 17 : 36

Balço Orçamentário

PM DE BARRA DO GUARITA

ORGÃO Nº: 73800

CNPJ: 94726312000120

01/01/2017 a 31/12/2017

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	493,50	8.305,24	-2.330,00	5.477,51	2.330,00	991,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	768,10	0,00	384,05	0,00	384,05
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	493,50	7.537,14	-2.330,00	5.093,46	2.330,00	607,18
DESPESAS DE CAPITAL	692.116,68	164.289,54	15.279,12	6.850,42	552.585,18	574.714,72	0,00	303.821,04
INVESTIMENTOS	692.116,68	164.289,54	15.279,12	6.850,42	552.585,18	574.714,72	0,00	303.821,04
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	692.116,68	164.289,54	15.772,62	15.155,66	550.255,18	580.192,23	2.330,00	304.812,27

c. Notas Explicativas

NAO OCORRERAM FATOS RELEVANTES.

BARRA DO GUARITA , 11 de Janeiro de 2018

Gestor responsável pelo período de 01/01/2017 a 31/12/2017 - Rodrigo Locatelli Tisott - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

INACIO VUNIBALDO SCHOLZ
ContabilistaRODRIGO LOCATELLI TISOTT
Prefeito MunicipalACESSO
N00D01B5Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
3Peça
829673DOCUMENTO
PUBLICO



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2017 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE BARRA DO GUARITA
2º Semestre



61702120765196501

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.3
17/01/2018
08:05:41
Pág.: 1/5

Nome da Entidade: PM DE BARRA DO GUARITA
CNPJ: 94726312000120
ORGÃO Nº: 73800
Cód. Barras do RVE Vinculado: 61701123027994751

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

CNPJ	Nome da Entidade	Tipo	É RPPS ?	Cód. Barras do RVE
94727898000148	FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA	Autarquia	SIM	61701143321160699

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	12.245.029,78

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	6.210.437,57	50,72%
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60%
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30%
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00%

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00%
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00%

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80%
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00%

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40%
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00%
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30%
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00%

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2017 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE BARRA DO GUARITA
2º Semestre



61702120765196501

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.3
17/01/2018
08:05:41
Pág.: 2/5

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

Valores expressos em reais

CNPJ: 94726312000120

Entidade: PM DE BARRA DO GUARITA

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	Recurso Livre	64.485,59	61.738,67
20	Recurso MDE	384,05	2.593,00
31	FUNDEB	1.070,39	0,00
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	2.141,18	16.473,25
1002	Transporte Escolar-Recurso Estado	10.254,00	16.470,08
1034	Salario Educacao - Recurso Federal	224,67	120,00
1229	PISO BASICO VARIAVEL SCFV PSB	0,00	6.400,00
1282	REMOD. PRACA CONV. 804.575/2014	0,00	50.215,94
1283	CONST. PASSEIOS CONT. 809.144/2014	0,00	30.826,90
1286	ASFALTO CONT. REPASSE 10887106/2013	0,00	169.500,00
1287	ASFALTO C. REPASSE 10993199/2013	0,00	24.585,00
1290	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA TC 789788/2013	0,00	24.403,66
4050	FARMACIA BASICA	0,00	4.300,00
4505	BLOCO INVESTIMENTOS EMENDA PARLAMENTAR	5.398,80	33.882,50
4510	PAB - FIXO	0,00	5.801,25
4770	FARMACIA BASICA FIXA	0,00	1.375,19
SUBTOTAL		83.958,68	448.685,44
TOTAL			532.644,12

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual 0,00



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2017 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE BARRA DO GUARITA
2º Semestre



61702120765196501

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.3
17/01/2018
08:05:41
Pág.: 3/5

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

Valores expressos em reais

CNPJ: 94727898000148

Entidade: FUNDO APOS. E DE MAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
SUBTOTAL		0,00	0,00
TOTAL		0,00	

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00		0,00	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual 0,00

DOS ALERTAS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 - Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

DESPESA COM PESSOAL



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2017 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE BARRA DO GUARITA
2º Semestre



61702120765196501

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.3
17/01/2018
08:05:41
Pág.: 4/5

O **ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL** de 50,72 % está situado no intervalo de 48,61% a 51,30%, sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 48,60%, (percentual este equivalente a 90,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no Inciso II do § 1º do Art. 59 c/c alínea "b" do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF).

Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA**.

DA CIÊNCIA

EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientificado do referido alerta.



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2017 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE BARRA DO GUARITA
2º Semestre



61702120765196501

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17.0.0.3
17/01/2018
08:05:41
Pág.: 5/5

BARRA DO GUARITA, 17 de Janeiro de 2018 .

RODRIGO LOCATELLI TISOTT
Prefeito Municipal

JOSE GETULIO WINGERT
Responsável pela Administração Financeira

LUANA CRISTINA DA CRUZ
Responsável pelo Controle Interno



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 2º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



51704120805211261

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/01/2018

08:26:23

3.0.0.8

Pág.: 1/5

Nome da Entidade: PM DE BARRA DO GUARITA

CNPJ: 94726312000120

ORGÃO Nº: 73800

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 61702120765196501 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Autarquia/Fundação

Lei de Instituição do Controle Interno: 454/2002

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 07/05/2002

(Não houve alteração da Lei de Instituição do Controle Interno)

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
563303085	Luana Cristina da Cruz	Auxiliar De Tesouraria	luccz2@yahoo.com.br	(55) 3616-1010

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada CAMARA DE VEREADORES dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 15/10/2017, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2017, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
 EXERCÍCIO DE 2017
 Período: 2º Semestre
 PM DE BARRA DO GUARITA



51704120805211261

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/01/2018

08:26:23

3.0.0.8

Pág.: 2/5

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Semestre de 2017 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 2º Semestre de 2017 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Executivo.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2017 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 2º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



51704120805211261

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/01/2018

08:26:23

3.0.0.8

Pág.: 3/5

o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2017, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2017.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2017.

Não foram inseridas observações para este item.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 2º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



51704120805211261

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/01/2018

08:26:23

3.0.0.8

Pág.: 4/5

O Município não paga complementação de aposentadorias.

Não foram inseridas observações para este item.

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2017.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 30/04/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

NADA A DECLARAR



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2017
Período: 2º Semestre
PM DE BARRA DO GUARITA



51704120805211261

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.8

17/01/2018

08:26:23

Pág.: 5/5

PM DE BARRA DO GUARITA, 17/01/2018

RODRIGO LOCATELLI TISOTT
Prefeito Municipal

Luana Cristina da Cruz
Responsável pelo Controle Interno

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000,
art.53, inciso I

Fl.

Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: BARRA DO GUARITA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida,
apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61702120765196501), foi
ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

TÍTULO DA CONTA (2017)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 94726312000120		
Receita Corrente Líquida		
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	9100000000000000	-1.920.615,91
(+) Perda com o FUNDEB	1	105.885,41
RECEITAS CORRENTES	1000000000000000	14.086.756,13
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	11120431020300000000	4.049,37
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	11120431020200000000	6.748,97
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	11120431020100000000	16.197,51
		0,00
Despesas com Pessoal		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3100000000000000	6.358.681,71 *
		6.358.681,71
CNPJ: 94727898000148 - FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA		
Receita Corrente Líquida		
REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	13281000000000000000	1.674.027,09
CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	12102901000000000000	635.386,23
RECEITAS CORRENTES	1000000000000000	2.630.567,85
CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PROPRIO	12102907000000000000	321.154,53
		0,00
Despesas com Pessoal		
ABONO ANUAL - 13 SALARIO	319005000106	4.742,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3100000000000000	286.046,35
SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	319005000105	3.554,13
AUXILIO-DOENCA - PESSOAL ATIVO	319005000101	515,00
PENSOES - PESSOAL CIVIL	319003010000	78.633,84
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	319001010000	198.601,05
		0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		6.358.681,71
TOTAL ACUMULADO DA DESPESA COM PESSOAL		6.358.681,71
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (p/TCE)		12.245.029,78
% DESPESA COM PESSOAL / RCL		51,93

Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000,
art.53, inciso I

Fl.

Rubr.

SIA1280

Processo
04929-0200/17-5

*

Observações finais:

- Foi adicionado às despesas com pessoal o valor de R\$ 148.244,14, referente a Terceirização Irregular conforme apontado em Relatório de Auditoria (itens 1.1 - Processo de Contas de Gestão nº 1261-0200/16-3) e informações consultadas no Sistema de Análise de Dados do SIAPC.

SICM/SAG, em 23/02/2018

ANDRÉA PEREIRA DE SOUZA

Auditor Público Externo.

Página da
peça
2Peça
931594DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
N00B7394



Processo nº 04929-02.00/17-5
Poder Executivo: BARRA DO GUARITA
Administração: Rodrigo Locatelli Tisott

Instrução Técnica nº 2 - Acompanhamento da Gestão Fiscal
Período: 2º Semestre de 2017

Senhor Coordenador:

Em atendimento ao § 1º do art. 59 da LC Federal nº 101/2000, que dispõe sobre a fiscalização dos limites de alerta, examinamos a documentação apresentada referente ao 2º Semestre do exercício de 2017 e constatamos que o percentual de comprometimento da Despesa Total com Pessoal, após os ajustes realizados pelo TCE, é superior ao apresentado no RGF, alterando o enquadramento do alerta gerado automaticamente por meio dos sistemas informatizados do TCE, conforme o disposto no inciso IX do art. 12, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado – RITCE, motivando a presente Instrução Técnica de Acompanhamento.

Os dados relativos ao exercício de 2016 foram extraídos da Instrução Técnica da Gestão Fiscal do respectivo exercício, constantes no Processo nº 01262-02.00/16-6, os quais serão utilizados para a verificação pretendida nesta análise.

O exame foi realizado com base nos documentos de códigos de barras nºs 61701123027994751 e 51704120805211261, tendo sido levadas em conta, também, as informações da contabilidade disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas - SIAPC e as observações existentes no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, sendo efetuados os respectivos ajustes, quando necessários.

1 - DESPESA COM PESSOAL

Exercício de 2016

Na tabela a seguir estão apresentados os dados, ajustados, relativos ao exercício de 2016.

Período	R C L	D P	%
1ºS/2016	10.882.593,39	5.210.972,43	47,88
2ºS/2016	12.398.340,23	5.883.407,46	47,45

RCL = Receita Corrente Líquida
DP = Despesa com Pessoal



Exercício de 2017

O Executivo apresentou os valores referentes à Receita Corrente Líquida - Modelo 1 e Despesa com Pessoal - Modelo 2, do 1º e 2º Semestres (peças 658773 e 835054), os quais, após a realização de ajuste (peça 931594), foram inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Período	2ºS/2017	Mês Referência	Dez/17
Envios em 2017			
			Em R\$
Período	R C L	D P	%
1ºS/17	12.905.585,91	5.879.135,75	45,55
2ºS/17	12.245.029,78	6.358.681,71	51,93

RCL = Receita Corrente Líquida
DP = Despesa com Pessoal

Tendo em vista que o percentual apurado pelo Poder no 2º Semestre ultrapassou 90% do limite de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II da LC Federal nº 101/2000, o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC gerou automaticamente alerta (peça 835054, pág. 4).

A análise da documentação apresentada, subsidiada pelos dados disponibilizados no SIAPC, ratifica a situação de alerta. **Todavia, o percentual ultrapassou o Limite Prudencial de 51,30%**, após o ajuste realizado por este Tribunal (peça 931594).

O Executivo fica sujeito às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do artigo 22, da lei supracitada, visto que o percentual é superior a 95% do limite. O cumprimento das normas de vedações será verificado pelo Tribunal, in loco, em procedimentos de auditoria.

Ressalta-se que não foi encaminhada a informação acerca da repercussão financeira no gasto total com pessoal, decorrente da Revisão Anual de Salários de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Conclui-se, na análise da tabela, que o percentual apurado é inferior ao limite máximo previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da LC Federal nº 101/2000.



CONCLUSÃO

Com o exame realizado, **ratifica-se** a situação de alerta automático apresentada no Modelo 9, no tocante à DESPESA TOTAL COM PESSOAL.

Entretanto, com o ajuste realizado por este Tribunal, o percentual, no 2º Semestre de 2017, ultrapassou o Limite Prudencial de 51,30%, ficando o Executivo sujeito às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do artigo 22, da LC Federal nº 101/2000.

Em atendimento ao inciso IX do artigo 12 da Resolução nº 1028/2015, encaminhamos a matéria para deliberação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **sugerindo comunicação à Origem do ajuste realizado na Despesa Total com Pessoal do 2º Semestre, com a consequente alteração no enquadramento do alerta gerado automaticamente.**

É a Instrução Técnica de Acompanhamento de Gestão.



Senhor(a) Supervisor(a):
Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta
Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 27/03/2018.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 27/03/2018.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



Processo: 004929-0200/17-5
Órgão: PM DE BARRA DO GUARITA
Matéria: Contas de Governo
Interessado(s): Rodrigo Locatelli Tisott

Vistos em Gabinete.

Considerando o que dispõe o art. 59, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, **ratifica-se o alerta** ao referido Poder, nos termos do art. 12, incs. III e IX, do Regimento Interno deste Tribunal, dando-lhe **ciência** dos fatos apurados no Relatório de Acompanhamento da Gestão Fiscal, **em especial ao ajuste realizado na Despesa Total com Pessoal do 2º Semestre**, com a conseqüente alteração no enquadramento do referido alerta gerado automaticamente.

Porto Alegre, 28 de março de 2018.

Assinado digitalmente pelo Relator.



Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Rodrigo Locatelli Tisott

Processo: 004929-0200/17-5

Órgão: PM DE BARRA DO GUARITA

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Algir Lorenzon

Data decisão: 28/03/2018

Decisão: Tomar conhecimento das conclusões técnicas e emissão de alerta ao gestor sobre o conteúdo do relatório.

peças 1167324 e 948781

Prazo: 0 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 10/04/2018, no Boletim nº 506/2018, considera-se publicado na data de 11/04/2018.

Porto Alegre, 10 de abril de 2018.

FABIANE LUZ PACHECO
Oficial de Controle Externo

**Exmo. Sr.
Presidente do Tribunal de Contas
Do Estado do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - RS.**

Senhor Presidente:

Tenho a satisfação de apresentar a Vossa Excelência, o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Guarita, relativo ao Exercício de 2017.

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Orçamento:

A Lei do Orçamento para o exercício de 2017, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 11.816.000,00 (onze milhões, oitocentos e dezesseis mil reais).

A abertura de Créditos adicionais no decorrer do Exercício foi a seguinte:

- Despesa Fixada	R\$	11.816.000,00
- Créditos Suplementares	R\$	2.655.148,65
- Créditos Especiais	R\$	646.621,08
- Reduções	R\$	2.428.910,00
Orçamentárias		
- Despesa Autorizada	R\$	12.688.859,73

Os atos de abertura dos créditos adicionais relativo ao exercício de 2017, estão no BLM, a disposição do TCE.

ANÁLISE DA RECEITA:

A receita orçamentária arrecadada foi de R\$ 12.689.838,68 verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 873.838,68.

O comportamento da receita no Exercício considerando, traduz-se no quadro abaixo:

Título	Prevista	Arrecadada	Diferença
Receita Tributária	384.050,00	405.254,81	21.204,81
Receita De Contribuições	0,00	80.962,09	80.962,09
Receita Patrimonial	121.600,00	159.989,15	38.389,15
Receita de Serviços	44.500,00	26.748,68	(-) 17.751,32
Transferências Correntes	12.781.200,00	13.312.306,21	531.106,21
Outras Receitas Correntes	167.970,00	101.495,19	(-) 66.474,81
Amortização Empréstimos	1.000,00	0,00	(-) 1.000,00
Alienação de Bens	150.000,00	0,00	(-) 150.000,00
Transferências de Capital	0,00	523.698,46	523.698,46
Deduções da Receita	1.865.320,00	1.920.615,91	55.295,91
TOTAL	11.816.000,00	12.689.838,68	873.838,68

As transferências Correntes no montante de R\$ 11.407.457,50 correspondem a 89,89 % do total arrecadado.

ANÁLISE DA DESPESA:

A despesa inicialmente autorizada em R\$ 11.816.000,00 alterou em funções dos créditos adicionais, que estão no BLM, a disposição do TCE..

A Despesa realizada alcançou R\$ 10.668.108,09 importância que se distribuiu da seguinte forma:

Título	Autorizada	Realizada	Diferença
Pessoal e Encargos Sociais	6.591.808,23	6.210.437,57	381.370,66
Juros e Encargos da Dívida	60.100,00	60.045,62	54,38
Outras Despesas Correntes	4.810.163,02	3.931.451,83	878.711,19
Investimentos	1.045.188,48	294.375,95	750.812,53
Inversão Financeira	1.000,00	0,00	1.000,00
Amortização da Dívida	180.000,00	171.797,12	8.202,88
Reserva de Contingência	600,00	0,00	600,00
TOTAL	12.688.859,73	10.668.108,09	2.020.751,64

A maior concentração de dispêndios se deu em despesas correntes R\$ 10.201.935,02 que representa 95,63 % do total.

Gestão Financeira e Econômica:

Balanço Financeiro:

O Balanço financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão financeira desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquele que, por sua natureza independem da Lei de Orçamento.

As operações financeiras se processam no demonstrativo a seguir:

- Saldo do início do exercício:	R\$	1.510.251,10
- Receita Realizada:	R\$	12.689.838,68
- Extra- Orçamentária:	R\$	1.372.895,49
- Transf. Financeiras	R\$	132.840,00
- Soma	R\$	15.705.825,27

Menos:

Despesa Realizada:

Orçamentária:	R\$	10.668.108,09
Extra-Orçamentária:	R\$	1.702.506,22
Transf. Financ. Camara	R\$	706.290,63
Soma:	R\$	13.076.904,94
Saldo em 31/12/2017	R\$	2.628.920,33

O saldo acima confere com o constante nos relatórios do Balanço.

Balanço Patrimonial:

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação dos bens direitos e Obrigações em determinado momento considerando as origens e aplicações dos recursos a disposição do Poder Público Municipal.

A situação do Patrimônio financeiro do Município, segundo este Balanço é a seguinte:

Ativo

Ativo Circulante..... R\$ 3.740.670,43

Passivo

Passivo Circulante.. R\$ 419.774,77

A representação do Patrimônio, resume-se em:

Ativo Não Circulante:

Bens Imobilizado.....	R\$	13.698.855,49
Bens Industriais	R\$	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo.....	R\$	2.074.194,28
Valores	R\$	4,00
SOMA	R\$	15.773.053,77

Passivo Não Circulante:

Dívida Fundada Interna..... R\$ 630.638,34

Os valores do Ativo Permanente e do Passivo Financeiro Líquido, conduzem ao resultado Patrimonial do Exercício.

Soma do Ativo.....	R\$ 19.513.724,20
Soma do Passivo.....	R\$ 1.050.413,11
Ativo Real Líquido.....	R\$ 18.463.311,09

Dívida Pública:

Dívida Fundada:

A dívida fundada compreende a dívida com exigibilidade superior a 12 meses, contraída para atender financiamento e parcelamento de encargos Sociais, que importa em R\$ 895.150,50.

O saldo da dívida apresenta a seguinte situação:

Saldo do exercício anterior	R\$ 645.097,36
Emissão do Período	R\$ 481.895,88
Amortização do Período	R\$ 231.842,74
Saldo para exercício seguinte	R\$ 895.150,50

Dívida Flutuante:

A dívida flutuante da Prefeitura no montante de R\$ 419.774,77 encontra-se assim discriminada:

Restos a pagar.....	R\$ 386.195,45
Depósitos.....	R\$ 33.579,32

O saldo desta dívida apresenta a seguinte situação:

Saldo exercício anterior	R\$ 515.771,69
Amortização exercício	R\$ 12.934.792,04
Nova formação Dívida	R\$ 13.030.788,96
Saldo	R\$ 419.774,77

Demonstração das Variações Patrimoniais:

As alterações experimentadas pelo Patrimônio da Prefeitura, estão demonstradas no balanço econômico, que analisadas podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.860.815,29
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.755.681,62
RESULTADO PATRIMONIAL	3.105.133,67

RELATÓRIO FÍSICO, FINANCEIRO e GERENCIAL DO MDE/FUNDEB EXERCÍCIO DE 2017

Rodrigo Locatelli Tisott, Prefeito Municipal, de Barra do Guarita RS, Gestão 2017 a 2020, apresenta a Vossa Excelência o Relatório Físico, Financeiro e Gerencial, firmado pela Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Guarita, referente ao **exercício de 2017**, sobre as ações, projetos e atividades executados no decorrer do exercício, relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com elucidação dos projetos e atividades previstos e aqueles efetivamente executados.



EXECUÇÃO – EDUCAÇÃO/FUNDEB/MDE**RECEITA****ORÇAMENTO:**

A Lei de meios estimou a receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária de R\$ 10.158.650,00 e que, de acordo com artigo 212 da Constituição Federal e artigo 69 da Lei 9394, os 25 % da receita estimada através da Lei Orgânica Municipal Equivalem a R\$ 2.539.662,50.

Durante o Exercício de 2017 a Receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa foi de R\$ 10.525.319,80 sendo que os 25% representam R\$ 2.631.329,95.

A receita relativa ao retorno do FUNDEB referente ao exercício de 2017 é de R\$ 1.798.963,30.

DESPESAS**FUNDEB**

O quadro a seguir demonstra o comparativo entre a contribuição e o retorno do FUNDEB no exercício de 2017.

Retenção ao Fundeb	1.904.848,71
Recebimento de quotas do Fundeb	1.798.963,30
Diferença – Déficit	105.885,41

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MDE

Fontes de Receita – Base de Cálculo	Valor – R\$	Percentual (%)
Receita de Impostos e Transferências.	10.525.319,80	
Total das Receitas (Base de Cálculo)	10.525.319,80	100 %
Cálculo do Valor Mínimo a ser Aplicado na MDE	Valor – R\$	Percentual (%)
Total das Receitas (Base de Cálculo) x 25 % =	2.631.329,95	25 %

Valor Efetivamente Aplicado:	Valor – R\$	Percentual (%)
Total das Despesas Contabilizadas – Sec. Educação	2.792.318,95	
Ajustes		
(-) Despesas com Rendimentos FUNDEB/MDE	23.129,21	
(+) Perdas do FUNDEB	105.885,41	
Valor Aplicado na MDE - Após Ajuste	2.875.075,15	27,32%
(=) Valor Aplicado à Maior	243.745,20	2,32%

APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

	Valor – R\$
Valor Mínimo à aplicar: 60 % do retorno do fundeb	1.092.460,78
Valor aplicado	1.509.426,24
(=) DIFERENÇA valor aplicado à maior	416.965,46

Ressalta-se que o valor apurado levou em conta a orientação do TCE, em seu parecer nº 22/2003, que passou a permitir os gastos com remuneração dos Professores no cargo de diretor, supervisor e orientador Educacional, e que representou 82,90%.

Após a análise dos valores investidos na manutenção e Desenvolvimento do Ensino, ficou evidenciado que o Município de Barra do Guarita, no exercício de 2017, aplicou na Educação 27,32%, dos recursos provenientes de impostos.

**RELATÓRIO FÍSICO, FINANCEIRO E GERENCIAL RECURSOS
APLICADOS EM SAÚDE / 2017.**

Rodrigo Locatelli Tisott, Prefeito Municipal, Gestão 2017 a 2020, apresenta o relatório bem como as informações físico, financeiras e gerencial, sobre recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do disposto na Emenda Constitucional Nº 29/2000, relativo ao exercício de 2017, com os projetos e as atividades realizadas relativos a aplicações em Saúde em vista dos recursos previstos e os efetivamente executados.

PREVISÃO

ORÇAMENTO

A Lei de meios estimou que para o exercício de 2017 a receita proveniente da arrecadação de impostos, compreendidas as transferências, seria de R\$ 10.158.650,00, sendo que o valor efetivamente arrecadado foi de R\$ 10.525.319,80.

Assim, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional Nº 29/2000 , o valor mínimo a ser aplicado na saúde (15 %) conforme valor efetivamente arrecadado é de R\$ 1.578.797,97.

DA DESPESA

Execução das Despesas
As despesas aplicadas na execução das diversas atividades e projetos com os recursos alocados à Secretaria Municipal da Saúde, no exercício de 2017, foram no valor de R\$ 2.208.966,74.

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fontes de Receita – Base de Cálculo	Valor – R\$	Percentual (%)
Receita de Impostos e Transferência	10.525.319,80	
Total das Receitas (Base de Cálculo)	10.525.319,80	100 %

Cálculo do Valor Mínimo a ser Aplicado na Saúde	Valor – R\$	Percentual (%)
Total das Receitas (Base de Cálculo) x 15 % =	1.578.797,97	15 %

Valor Efetivamente Aplicado:	Valor – R\$	Percentual (%)
Total das Despesas Contabilizadas – Sec. Saúde	2.208.966,74	20,99%
(=) Valor Aplicado à Maior	630.168,77	5,99%

Após a análise dos valores investidos na Secretaria Municipal da Saúde, ficou evidenciado que o Município de Barra do Guarita, no exercício de 2.017, aplicou na Saúde 20,99%, dos recursos provenientes de impostos.



Considerações Finais:

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão financeira e econômica do exercício de 2017. Colocamo-nos a disposição através da Contadoria Geral do Município, para quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais que se fizerem necessários.

Barra do Guarita, 22 de janeiro de 2018.


Rodrigo Locatelli Tisott
Prefeito Municipal Gestão

RELATÓRIO E PARECER DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, que abrange os Poderes Executivos e Legislativos, ATESTA que os registros contábeis atendem aos princípios contábeis geralmente aceitos e que os sistemas de controle interno mantidos na Prefeitura Municipal são consistentes e atendem às necessidades gerenciais e de controle da Administração.

DO CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

A Central do Sistema de Controle Interno cumpriu com as suas atribuições, estabelecidas na Lei Municipal, pelo que atesta :

I - A Execução orçamentária atendeu ao estabelecido na legislação vigente, pois seguiu as Diretrizes, Objetivos e Metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

II - As operações de crédito e a inscrição dos Réstos a Pagar obedeceu aos limites estabelecidos na Lei Complementar 101/00.

III - As despesas de pessoal do Poder Executivo representaram 50,72% da Receita Corrente Líquida, portanto, se mantiveram dentro dos limites estabelecidos nos artigos 20 e 71 da LRF - LC 101/00.

IV - A Administração cumpriu com a vinculação da aplicação dos recursos decorrentes de alienação de bens.

V - A Dívida Consolidada representou, ao final do ano 0,00% da Receita Corrente Líquida, portanto a dívida pública está enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 43/2001.

VI - A Despesa do Poder Legislativo representou 5,38% da Receita Tributária, do exercício anterior, incluídas as transferências. Portanto, manteve-se dentro dos limites estabelecidos no artigo 29/A da Constituição Federal, com a redação dada pela EC 25/04.

VII - A despesa de Pessoal do Poder Legislativo Municipal representou 4,11% da Receita Corrente Líquida no exercício de 2017. Portanto, manteve-se dentro dos limites estabelecidos nos artigos 20 e 71 da LRF.

VIII - Os procedimentos adotados para a realização das receitas e as despesas públicas atenderam às prescrições legais estabelecidas na Lei 4320/64 e demais normativos pertinentes.

IX - As transferências voluntárias recebidas da União e do Estado foram aplicadas de acordo com os planos de trabalho.

X - A escrituração dos fatos e das contas públicas atende às disposições contidas na Lei 4320/64.

XI - Existe sistema *software* de Controle Patrimonial, onde está sendo registrado o controle do Patrimônio Municipal. Foi realizado o levantamento patrimonial, onde os bens foram devidamente localizados, e posteriormente foi confrontado com o sistema de contabilidade, onde não foi encontrado nenhuma divergência.

XII - A Central do Sistema de Controle Interno avaliou os Relatórios de Acompanhamento da Gestão Fiscal, especialmente os Relatórios Semestrais de Gestão Fiscal.

XIII - A Central do Sistema de Controle Interno avaliou os Relatórios Contábeis e Gerenciais mantidos pela Secretaria Municipal de Educação, apurando que a Administração aplicou 27,32% da receita de Impostos na Manutenção do Ensino Fundamental e Infantil, alcançando assim, o limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal.

XV - A Central do Sistema de Controle Interno avaliou os Relatórios Contábeis e Gerenciais mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde, apurando que a Administração aplicou 20,99% da receita de Impostos na Manutenção das Ações de Saúde Pública - ASPS, observando assim, o limite mínimo estabelecido no artigo 77, III, do ADCT da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela EC 29, que, fixou o mínimo de 15% para o exercício de 2017.

DA VERACIDADE DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PODER EXECUTIVO

Com base na avaliação feita nos demonstrativos das gestões orçamentária, financeira e patrimonial do Município, apurou a veracidade das informações apresentadas pelo Prefeito Municipal no Relatório Circunstanciado que foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Com base nas análises feitas, considerando-se que não foi detectada qualquer irregularidade que possa constituir óbice à sua aprovação, é de **PARECER PELA REGULARIDADE** das peças constantes da Prestação de Contas, bem como da Gestão Fiscal, Orçamentária, Financeira e Patrimonial do exercício de 2017 .

Pela fé, afirma o presente.

Barra do Guarita, 18 de janeiro de 2018.



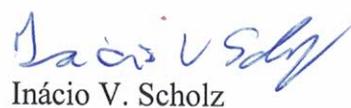
LUANA CRISTINA DA CRUZ PATZLAFF
Agente de Controle Interno

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO DE BENS

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de levantamento e Avaliação Patrimonial do Município de Barra do Guarita, instituída pelo Decreto Executivo nº 041/2011, para a deliberar sobre inventário de bens patrimoniais. Foram efetuados as conferências dos bens móveis de propriedade do Município, e confrontados com os registros do Sistema Patrimonial, onde constatou-se que todos os bens foram localizados nos seus respectivos centros de custo. Após o levantamento físico, confrontou-se os registros do Sistema Patrimonial com o Sistema Contábil e verificou-se que os dois sistemas estavam fechados entre si, não havendo nenhuma divergência. Com relação ao bens imóveis, estes não foram conferidos, pois os registros no Sistema Patrimonial ainda não está totalmente atualizado, tendo em vista que alguns imóveis estão em fase de regularização das escrituras públicas e averbação das edificações, sendo em seguida lançados e controlados pelo sistema próprio. Não havendo mais nada a tratar, lavrou-se a presente ata, que será assinada pela comissão .

Barra do Guarita/RS, 29 de janeiro de 2018.


Claudiomiro Nascimento


Inácio V. Scholz

DECLARAÇÃO DO OPERADOR RESPONSÁVEL PELO BLM

O operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM declara para os devidos fins, e em especial ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, que foram devidamente encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operação de crédito. E por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Barra do Guarita – RS, 22 de janeiro de 2018.



Franciele Vargas

Responsável pelo BLM

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA

Rodrigo Locatelli Tisott, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, **DECLARA** para todos os fins, em especial para o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, que as Declarações de Bens e Renda dos agentes públicos que atuam no Poder Executivos, foram devidamente entregues e , se encontram arquivados no setor de Recursos Humanos do Município a disposição do Tribunal de Contas.

Barra do Guarita – RS, 22 de janeiro de 2018.



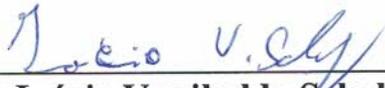
RODRIGO LOCATELLI TISOTT

Prefeito Municipal

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE
CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS**

Inácio Vunibaldo Scholz, Contador, CRC nº 15.426-O/2 – RS, da Prefeitura Municipal de Barra do Guarita, **DECLARA** para os devidos fins, em Especial para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que todas as contas Bancárias do exercício de 2017 foram devidamente conciliadas com os seus respectivos resultados e, se encontram arquivados no setor da contabilidade Geral do Município a disposição do Tribunal de Contas.

Barra do Guarita/RS, 18 de janeiro de 2018.



Inácio Vunibaldo Scholz
CRC/RS 15.426-S.9 – CONTAD



Rodrigo Locatelli Tisott
Prefeito Municipal

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE
APOSENTADORIA E DEMAIS BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE BARRA DO GUARITA – FABS**

ASSUNTO: Deliberar sobre a prestação de contas do Fundo de Aposentadoria e Demais Benefícios dos Servidores Municipais de Barra do Guarita – FABS, referente ao exercício de 2017.

Esta prestação de contas ocorreu junto ao Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Demais Benefícios dos Servidores – COADFABS, onde os membros do Conselho, certificamos haver examinado as contas do FABS, referente ao exercício de 2017, que demonstrou a situação financeira e patrimonial do Fundo de Aposentadoria e Demais Benefícios dos Servidores Municipais de Barra do Guarita – FABS, e que opinamos pela sua aprovação.

Tramita-se a auditoria externa.

Barra do Guarita/RS, 30 de janeiro de 2018.

Membros do Conselho:

- 1) 
- 2) 
- 3) 
- 4) _____
- 5) _____

Recibo de Informações Nº 20/2017
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

**Resultado da Transparência nos Portais de Internet 2017 - Executivo -
menos 10mil hab.**

Órgão: PM DE BARRA DO GUARITA
Site: www.barradoguarita.rs.gov.br
População: 3253
Período da pesquisa: 01/09/2017 a 20/10/2017
Período da análise dos recursos: 17/11/2017 a 19/12/2017

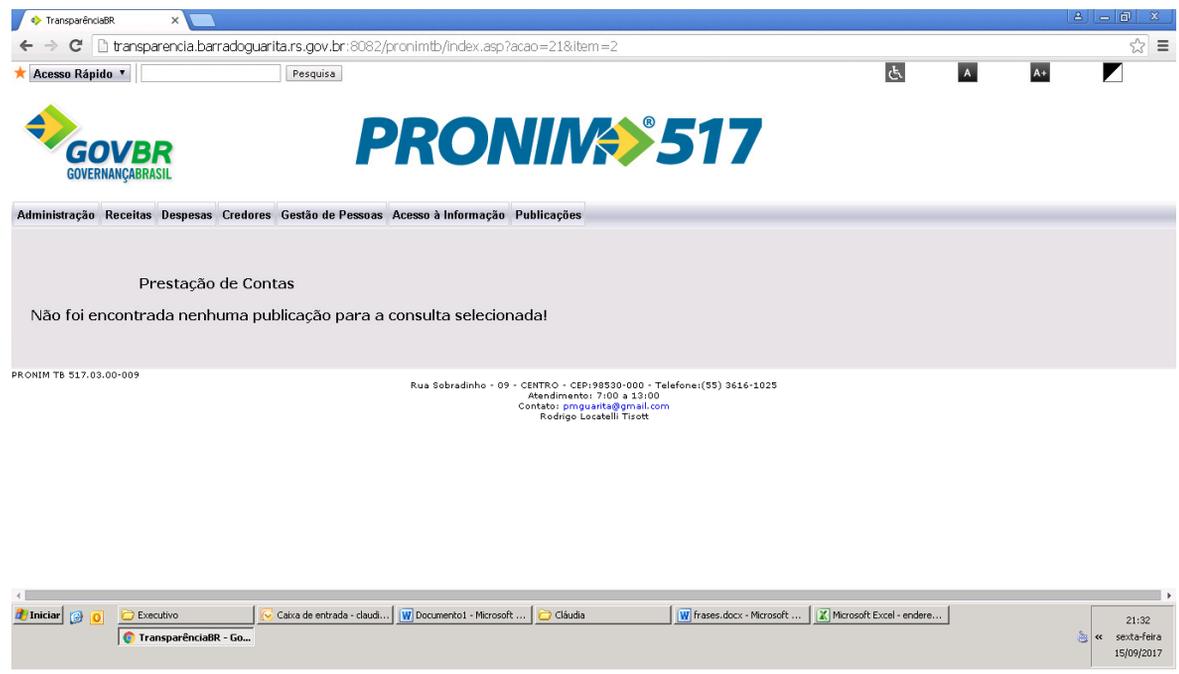
Justificativa/Observação:

Pergunta	Resposta
5) Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S
- Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
5.1) Justificativa pela negativa	
- Justificativa	
6) Registro de receitas (Artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009, e artigo 7º, inciso II, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Natureza da receita	S
- Previsão dos valores da receita	S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
6.1) Justificativa pela negativa	
- Justificativa	
7) Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)	
- A prestação de contas (Relatório Circunstanciado) do ano anterior	N
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	S
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
7.1) Justificativa pela negativa	Q7.1.pdf
- Justificativa	NAO ENVIOU JUSTIFICATIVA. PERMANECE A SITUAÇÃO DE "NÃO CONSTA NO SÍLIO".
23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)	

- Existência do PPA	S
- PPA - Lei nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017)	1227/2013
- PPA - Existência do anexo PPA	S
- Existência da LDO	S
- LDO - Lei nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017)	1401/2016
- LDO - Existência do anexo LDO	S
- Existência da LOA	S
- LOA - Lei nº e Ano (Preencha no formato NNNNN/AAAA Exemplo: 1234/2017)	1411/2016
- LOA - Existência do anexo LOA	S
23.1) Justificativa pela negativa	
- Justificativa	

Código de Autenticação
QUIM8-XGWV7-GUSL4

Questão 7.1 – Não tem a prestação de contas/relatório circunstanciado (2016)



Assinado digitalmente por: ANDREA PEREIRA DE SOUZA em 19/06/18.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A90.E20E.CB49.304F.E396.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: BARRA DO GUARITA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

O índice de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61701123027994751), fo

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Despesas por Recursos Vinculados		
Ensino Fundamental	20	715.646,72
Educação Infantil	31	570.100,55
Educação Infantil	20	249.251,19
Ensino Fundamental	31	1.257.320,49
(+) Perda com o FUNDEB	0	105.885,41
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	2	23.129,21
Contas da Receitas		
Deducao - IPTU - MDE	91112020002000000000	-3.012,87
Deducao - IPTU - ASPS	91112020003000000000	-1.807,31
Deducao - ISS - PROPRIO	91113050101000000000	-0,25
Deducao - ISS - MDE	91113050102000000000	-0,11
Deducao - ISS - ASPS	91113050103000000000	-0,06
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	91911400001000000000	-84,92
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	91911400002000000000	-35,46
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	91911400003000000000	-21,26
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	91913110001000000000	-910,83
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	91913110002000000000	-390,00
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	91913110003000000000	-234,00
IPTU - PROPRIO	11120200010000000000	40.671,82
IPTU - MDE	11120200020000000000	16.949,21
IPTU - ASPS	11120200030000000000	10.168,94
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	11120431020100000000	16.197,51
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	11120431020200000000	6.748,97
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	11120431020300000000	4.049,37
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	11120431060100000000	90.901,49
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	11120431060200000000	37.876,03
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	11120431060300000000	22.725,53
ITBI - PROPRIO	11120800010000000000	22.193,27
ITBI - MDE	11120800020000000000	9.787,37
ITBI - ASPS	11120800030000000000	5.947,53
ISS - PROPRIO	11130501010000000000	48.582,30

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: BARRA DO GUARITA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
2Peça
1305141DOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N005C069

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
ISS - MDE	11130501020000000000	20.243,29
ISS - ASPS	11130501030000000000	12.146,05
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	17210102010000000000	4.151.358,18
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	17210102020000000000	345.988,55
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	17210102040000000000	1.037.848,77
COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	17210102060000000000	1.383.798,46
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	17210103010000000000	184.553,89
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	17210103020000000000	76.897,46
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	17210103030000000000	46.138,47
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	17210104010000000000	190.410,54
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	17210104020000000000	79.337,73
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	17210104030000000000	47.602,64
COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	17210105010000000000	665,83
COTA-PARTE DO ITR - MDE	17210105020000000000	55,43
COTA-PARTE DO ITR - ASPS	17210105030000000000	166,37
COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	17210105040000000000	221,84
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	17213600010000000000	9.070,28
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	17213600020000000000	755,79
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	17213600040000000000	2.267,52
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	17213600050000000000	3.023,41
COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	17220101010000000000	1.464.853,97
COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17220101020000000000	122.071,15
COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	17220101040000000000	366.222,52
COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	17220101050000000000	488.281,86
COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	17220102010000000000	67.005,28
COTA-PARTE DO IPVA - MDE	17220102020000000000	5.294,27
COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	17220102030000000000	16.676,00

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: BARRA DO GUARITA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	17220102040000000000	22.197,90
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17220104010000000000	22.138,68
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	17220104020000000000	1.840,19
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	17220104040000000000	5.538,43
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	17220104050000000000	7.325,24
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	19113800010000000000	203,27
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	19113800020000000000	85,05
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	19113800030000000000	50,97
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	19114000010000000000	142,42
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	19114000020000000000	59,67
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	19114000030000000000	35,81
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19131100010000000000	2.775,17
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	19131100020000000000	1.157,37
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	19131100030000000000	693,95
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	19131300010000000000	177,79
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19131300020000000000	74,49
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19131300030000000000	44,87
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19311100010000000000	10.221,47
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	19311100020000000000	4.259,91
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	19311100030000000000	2.555,76
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	19311300010000000000	1.024,83
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19311300020000000000	427,23
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19311300030000000000	256,30
Deducao - IPTU - PROPRIO	91112020001000000000	-7.224,79
TOTAL DA APLICAÇÃO EM MDE		2.875.075,15
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)		10.525.319,80
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM MDE		27,32

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

SICM/SAG, em 23/02/2018

ANDRÉA PEREIRA DE SOUZA

Auditor Público Externo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.
Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: BARRA DO GUARITA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Demonstrativo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

O índice de aplicação em Ações e Serviços Públicos e Saúde (ASPS), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61701123027994751), foi ajustado d

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Despesas por Recursos Vinculados		
Atenção Básica	40	2.220.545,01
Rendimentos de Aplicações Financeiras		
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	2	11.578,27
Contas da Receitas		
Deducao - IPTU - MDE	91112020002000000000	-3.012,87
Deducao - IPTU - ASPS	91112020003000000000	-1.807,31
Deducao - ISS - PROPRIO	91113050101000000000	-0,25
Deducao - ISS - MDE	91113050102000000000	-0,11
Deducao - ISS - ASPS	91113050103000000000	-0,06
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	91911400001000000000	-84,92
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	91911400002000000000	-35,46
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	91911400003000000000	-21,26
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	91913110001000000000	-910,83
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	91913110002000000000	-390,00
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	91913110003000000000	-234,00
IPTU - PROPRIO	11120200010000000000	40.671,82
IPTU - MDE	11120200020000000000	16.949,21
IPTU - ASPS	11120200030000000000	10.168,94
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	11120431020100000000	16.197,51
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	11120431020200000000	6.748,97
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	11120431020300000000	4.049,37
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	11120431060100000000	90.901,49
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	11120431060200000000	37.876,03
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	11120431060300000000	22.725,53
ITBI - PROPRIO	11120800010000000000	22.193,27
ITBI - MDE	11120800020000000000	9.787,37
ITBI - ASPS	11120800030000000000	5.947,53
ISS - PROPRIO	11130501010000000000	48.582,30
ISS - MDE	11130501020000000000	20.243,29
ISS - ASPS	11130501030000000000	12.146,05
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	17210102010000000000	4.151.358,18

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.
Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: BARRA DO GUARITA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

Processo
04929-0200/17-5Página da
peça
2Peça
1305143DOCUMENTO
PÚBLICOACESSO
N005C067

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	17210102020000000000	345.988,55
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	17210102040000000000	1.037.848,77
COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	17210102060000000000	1.383.798,46
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	17210103010000000000	184.553,89
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	17210103020000000000	76.897,46
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	17210103030000000000	46.138,47
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	17210104010000000000	190.410,54
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	17210104020000000000	79.337,73
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	17210104030000000000	47.602,64
COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	17210105010000000000	665,83
COTA-PARTE DO ITR - MDE	17210105020000000000	55,43
COTA-PARTE DO ITR - ASPS	17210105030000000000	166,37
COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	17210105040000000000	221,84
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	17213600010000000000	9.070,28
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	17213600020000000000	755,79
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	17213600040000000000	2.267,52
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	17213600050000000000	3.023,41
COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	17220101010000000000	1.464.853,97
COTA-PARTE DO ICMS - MDE	17220101020000000000	122.071,15
COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	17220101040000000000	366.222,52
COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	17220101050000000000	488.281,86
COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	17220102010000000000	67.005,28
COTA-PARTE DO IPVA - MDE	17220102020000000000	5.294,27
COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	17220102030000000000	16.676,00
COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	17220102040000000000	22.197,90
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	17220104010000000000	22.138,68
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	17220104020000000000	1.840,19
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	17220104040000000000	5.538,43

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Fl.
Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: BARRA DO GUARITA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Contas da Receitas		
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	17220104050000000000	7.325,24
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	19113800010000000000	203,27
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	19113800020000000000	85,05
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	19113800030000000000	50,97
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	19114000010000000000	142,42
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	19114000020000000000	59,67
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	19114000030000000000	35,81
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19131100010000000000	2.775,17
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	19131100020000000000	1.157,37
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	19131100030000000000	693,95
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	19131300010000000000	177,79
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19131300020000000000	74,49
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19131300030000000000	44,87
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19311100010000000000	10.221,47
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	19311100020000000000	4.259,91
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	19311100030000000000	2.555,76
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	19311300010000000000	1.024,83
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19311300020000000000	427,23
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19311300030000000000	256,30
Deducao - IPTU - PROPRIO	91112020001000000000	-7.224,79
TOTAL DA APLICAÇÃO EM ASPS		2.208.966,74
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)		10.525.319,80
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM ASPS		20,99

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

SICM/SAG, em 23/02/2018

ANDRÉA PEREIRA DE SOUZA

Auditor Público Externo.

Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Indicador Superavit Financeiro	Saldo Final Debito 2016	Saldo Inicial Debito 2017	Diferença Debito	Saldo Final Credito 2016	Saldo Inicial Credito 2017	Diferença Crédito
11380100000000000000	SALARIO FAMILIA INSS	F	190,14	0,00	-190,14	0,00	0,00	0,00
11380200000000000000	ABONO FAMILIA - FABS	F	84,01	0,00	-84,01	0,00	0,00	0,00
11380300000000000000	AUXILIO DOENCA FABS	F	0,00	0,00	0,00	1.122,08	0,00	-1.122,08
11380400000000000000	ADIANTAMENTO MULTA TRANSITO	F	14.737,97	0,00	-14.737,97	0,00	0,00	0,00
11381070000000000000	CREDITOS A RECEBER DECORRENTES DE INFRACOES LEGAIS E CONTRATUAIS	P	0,00	14.737,97	14.737,97	0,00	0,00	0,00
11381080000000000000	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	F	0,00	190,14	190,14	0,00	0,00	0,00
11381320000000000000	ABONO FAMILIA FABS	F	0,00	84,01	84,01	0,00	0,00	0,00
21141060000000000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO	F	0,00	818,06	818,06	0,00	0,00	0,00
21141060000000000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO	P	0,00	0,00	0,00	0,00	818,06	818,06
21141080000000000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO	F	818,06	0,00	-818,06	0,00	0,00	0,00
21141080000000000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO	P	0,00	0,00	0,00	818,06	0,00	-818,06
21142010000000000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	F	0,00	0,00	0,00	0,00	106,56	106,56
21142040100000000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS) DO EXERCICIO	F	0,00	0,00	0,00	106,56	0,00	-106,56

21311020100000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCICIO	F	776,44	0,00	-776,44	0,00	0,00	0,00
21311020100000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCICIO	P	0,00	0,00	0,00	776,44	0,00	-776,44
21311020300000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCICIOS ANTERIORES - A PARTIR DE 05/5/2000	F	257,38	0,00	-257,38	0,00	0,00	0,00
21311020300000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCICIOS ANTERIORES - A PARTIR DE 05/5/2000	P	0,00	0,00	0,00	257,38	0,00	-257,38
21311050300000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NAO VENCIDOS	F	0,00	1.033,82	1.033,82	0,00	0,00	0,00
21311050300000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NAO VENCIDOS	P	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033,82	1.033,82
22311020100000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCICIO - A PARTIR DE 05/05/2000	F	9.642,13	0,00	-9.642,13	0,00	0,00	0,00
22311020100000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCICIO - A PARTIR DE 05/05/2000	P	0,00	0,00	0,00	9.642,13	0,00	-9.642,13
22311040300000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NAO VENCIDOS	F	0,00	9.642,13	9.642,13	0,00	0,00	0,00
22311040300000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NAO VENCIDOS	P	0,00	0,00	0,00	0,00	9.642,13	9.642,13
23711010000000000000	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	P	0,00	0,00	0,00	3.278.965,40	3.280.087,48	1.122,08

Status da Seleção:
 Origem_Verificacao: BVERENC
 Ano Remessa: 2017

Jurisdicionado: PM DE BARRA DO GUARITA
 Município: BARRA DO GUARITA

TROCA DE ATRIBUTO CONTÁBIL
 ALTERAÇÃO DO NÚMERO DA CONTA

Jurisdicionado	Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Atual Credito	Saldo Atual Debito	Tipo Nível Conta Verificação
PM DE BARRA DO GUARITA	21111010100000000000	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	1.070,39	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21141060000000000000	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO	0,00	429,21	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21143010100000000000	CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES	0,00	29.791,84	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21143060201000000000	RESTOS A PAGAR FGTS 2014	0,00	512,93	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21213019800000000000	OUTROS TITULOS - EMPRESTIMOS INTERNOS	0,00	4.691,49	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21213020100000000000	CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS	0,00	11.925,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21213029800000000000	OUTROS CONTRATOS - EMPRESTIMOS INTERNOS	293.343,31	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21214019800000000000	OUTROS TITULOS - EMPRESTIMOS INTERNOS	0,00	257.316,03	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21231019800000000000	OUTROS FINANCIAMENTOS INTERNOS	0,00	273.257,76	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21234019800000000000	OUTROS FINANCIAMENTOS INTERNOS	0,00	10.925,29	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21241020000000000000	FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO A CURTO PR	0,00	243.404,04	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21311010100000000000	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	39.790,62	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21311010200000000000	FORNECEDORES FINANCIADOS A PAGAR	0,00	51.959,19	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21311010300000000000	PARCELAMENTO DE FORNECEDORES A PAGAR	0,00	371.771,31	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21311019900000000000	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	37.739,88	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21311030300000000000	PARCELAMENTO DE CONTAS A PAGAR	2.251,83	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21311050300000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIF	0,00	1.033,82	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881010200000000000	INSS	12.757,72	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881010300000000000	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	1.256,37	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881010500000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.495,53	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881010600000000000	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSOS	1.237,36	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881011400000000000	RETENCOES - PLANOS DE SEGUROS	137,66	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881011501000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	4.565,95	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881011700000000000	RETENCAO RELATIVA A VALE ALIMENTACAO	8.844,10	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881019901000000000	IPERGS	1.538,42	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881019902000000000	FAP VISTA GAUCHA	120,82	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881019903000000000	ASSOCIACAO SERVIDORES	125,50	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881019906000000000	EMPRESTIMOS BANCARIOS	300,58	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21881019907000000000	ABONO FAMILIA - FABS	181,31	0,00	A
PM DE BARRA DO GUARITA	21891010100000000000	INDENIZACOES A SERVIDORES	18,00	0,00	A

Status da Seleção: **367.984,73** **-1.296.808,53**
Remessa: 61701123027994751 **-928.823,80**

Cod Conta Verificação: 21*
Indicador Superavit Financeiro: F
Origem_Verificacao: BVERENC
Ano Remessa: 2017

Ano Remessa	Bimestre	Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Atual Credito	Saldo Atual Debito	Tipo Nível Conta Verificação	Número Nível Conta Verificação
2017	6	22311040300000000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NAO VENCIDOS	0,00	9.642,13	A	07

Status da Seleção:

Remessa: 61701123027994751

Cod Conta Verificação: 22*

Indicador Superavit Financeiro: F

Origem_Verificacao: BVERENC

Ano Remessa: 2017

Jurisdicionado: PM DE BARRA DO GUARITA

Município: BARRA DO GUARITA

Cod Sistema Contábil	Conta Escriturável
	S

Assinado digitalmente por: ANDREA PEREIRA DE SOUZA em 13/07/18.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5686.95DB.6586.320E.898B.



RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

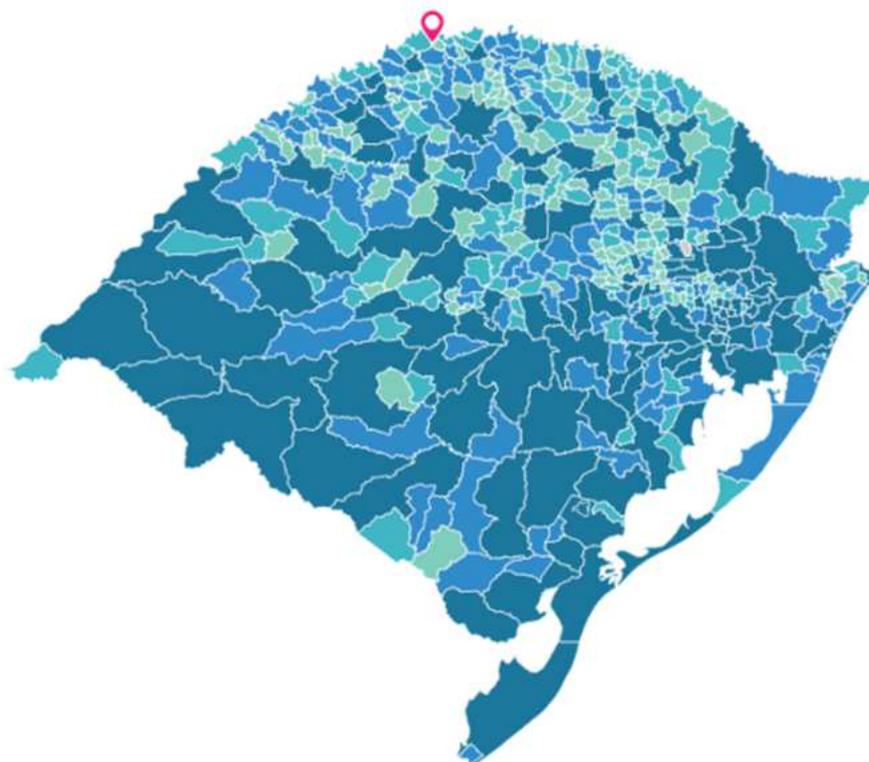
EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 04929-02.00/17-5

JURISDICIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

CNPJ: 94.726.312/0001-20

EXERCÍCIO: 2017





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

3. IDENTIFICAÇÃO

4. PERFIL DA ENTIDADE MUNICIPAL

5. DOS PRAZOS DE ENTREGA DE DADOS E DOCUMENTOS

5.1 DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

5.2 DO RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO E ENCAMINHAMENTO – RVE

5.3 DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – MCI

5.4 DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – BLM

6. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC FEDERAL Nº 12.527/2011

7. DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

7.1 DO PLANO PLURIANUAL – PPA

7.2 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

7.3 DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

8. DA GESTÃO FISCAL

8.1 DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

8.1.1 Da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF

8.1.2 Da Publicação Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

8.1.3 Das Audiências Públicas

8.1.4 Da Lei da Transparência

8.1.5 Do Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

8.2.1 Da Apuração da Receita Corrente Líquida – RCL

8.2.2 Da Despesa Total com Pessoal

8.2.3 Da Dívida Consolidada Líquida

8.2.4 Das Operações de Crédito

8.2.5 Dos Restos a Pagar e do Equilíbrio Financeiro

9. DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

9.1 DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

9.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPs

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 DOS DOCUMENTOS

11. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

12. CONCLUSÃO

13. INTIMAÇÕES



1. INTRODUÇÃO

A apreciação das Contas Anuais de Governo, prestadas pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes federativos, constitui uma das funções precípuas dos Tribunais de Contas do Brasil. Ocorre mediante a emissão de Parecer Prévio e tem caráter consultivo e opinativo, constituindo subsídio indispensável para o julgamento político exercido pelos respectivos Poderes Legislativos.

Nesse sentido, a Resolução TCE/RS nº 1028/2015 determina, em seu art. 9ª, inciso IV, que compete às Câmaras desta Corte de Contas a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas de Governo que os Prefeitos, anualmente, devem submeter ao Poder Legislativo Municipal.

Este Relatório Consolidado sobre as Contas de Governo tem como principal finalidade auxiliar na elaboração do referido parecer, pois, de acordo com o art. 71 da Resolução TCE/RS nº 1028/2015, serão consideradas para a elaboração do mesmo, as análises da gestão fiscal e da aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde, assim como os demais documentos indicados em resoluções próprias.

As análises apresentadas neste documento foram efetuadas a partir do conjunto de dados e informações encaminhados bimestralmente a este Tribunal de Contas pelos jurisdicionados da esfera municipal e colocados à disposição dos técnicos para consultas e pesquisas através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC. Esse sistema compreende dois programas, a saber: o Programa Autenticador de Dados – PAD e a Manifestação Conclusiva do Controle Interno – MCI, que são disponibilizados pelo TCE/RS e, de forma automática e eletrônica, geram os seguintes relatórios:

- **Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE:** contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO. Integra o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo;
- **Relatório de Gestão Fiscal – RGF:** apresenta o montante da Receita Corrente Líquida, a apuração dos percentuais de Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito, além dos Restos a Pagar inscritos com suficiência ou insuficiência financeira. Todos estes itens são detalhados no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE;
- **Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP:** Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais;
- **Manifestação da Unidade Central de Controle Interno - UCCI acerca do cumprimento da LRF:** deve obrigatoriamente acompanhar o RGF, nos termos da Instrução Normativa TCE nº



01/2016. Composta por dados cadastrais do sistema de controle interno do fiscalizado e por questionamentos objetivos, sendo utilizado como subsídio à análise.

Através desses relatórios, considerando os documentos de códigos de barra nºs 61701123027994751 e 51704120805211261, tendo por base o disposto nas Resoluções TCE/RS nº 766/2007 e nº 1052/2015 e nas Instruções Normativas TCE/RS nº 01/2016 e nº 19/2016, alterada pela IN TCE/RS nº 06/2017, e considerando ainda os ajustes que se fizeram necessários segundo entendimento desta Corte, foi efetuada a análise das Contas de Governo referente ao exercício de 2017.

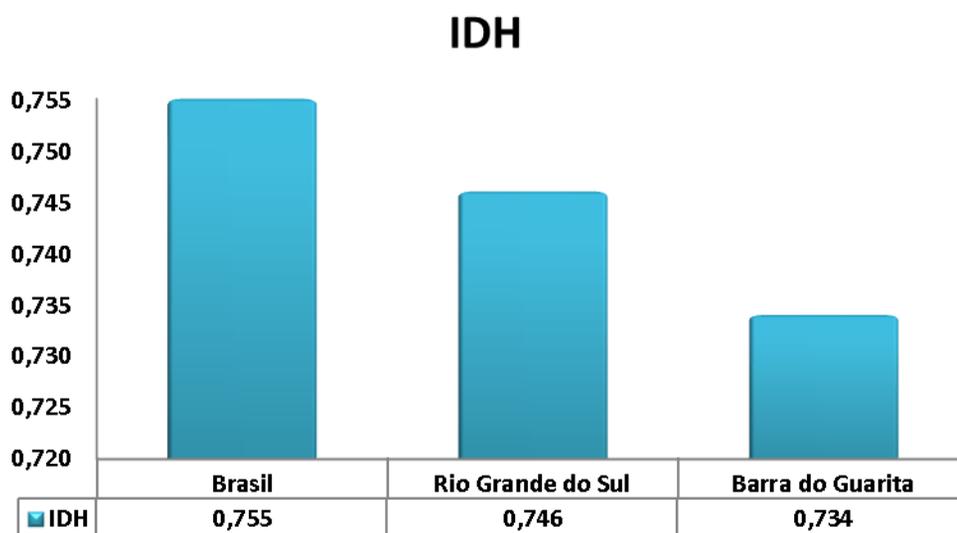
Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa TCE/RS nº 05/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame, tratando de matéria relativa às Contas de Governo.



2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

O Município de Barra do Guarita localiza-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/barra-do-guarita/panorama>), no último censo de 2010 o município possuía 3.089 habitantes. Para maiores informações sobre a cidade, recomenda-se o acesso ao site: www.barrado guarita.rs.gov.br.

Ainda com base nos dados do IBGE, o Município de Barra do Guarita apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de 0,734, em 2010, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), ocupando a 184ª posição no ranking estadual.



Em 2015, o município apresentava PIB per capita de R\$ 11.786,37. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era 494 de 497. Já na comparação com cidades de todo Brasil sua colocação era 3.317 de 5.570. Em 2015, tinha 83,3% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 190 de 497 e, quando comparado a cidades de todo o Brasil, ficava em 3.389 de 5.570.



2.1 IEGM – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

O IEGM/TCERS é um índice que busca avaliar a efetividade das políticas públicas dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul e é composto de 07 indicadores setoriais: Educação; Saúde; Planejamento; Meio Ambiente; Defesa Civil; Gestão de TI e Gestão Fiscal. Estes indicadores são consolidados em um único índice: IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal).

1 - Educação: Mede o resultado das ações da gestão pública municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à Educação Infantil e Ensino Fundamental, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar. Reúne informações sobre: avaliação escolar; planejamento de vagas; atuação do Conselho Municipal de Educação; problemas de infraestrutura; merenda escolar, situação e qualificação de professores; quantitativo de vagas; material; uniformes escolares;

2 - Saúde: Mede o resultado das ações da gestão pública municipal por meio de uma série de quesitos específicos. Possui ênfase em processos realizados pelas Prefeituras Municipais relacionados à atenção básica; cobertura e ação do Programa Saúde da Família; atuação do Conselho Municipal da Saúde; assiduidade dos médicos; atendimento à população para tratamento de doenças, como a tuberculose, e prevenção de doenças, como a dengue; controle de estoque de insumos; cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população;

3 - Planejamento: Verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis. Possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas. Os dados do i-Planejamento não foram cobrados dos municípios na aplicação do IEGM em 2016, por necessidade de terem mais tempo para se estruturarem nesse tema;

4 - Gestão Fiscal: Mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

5 - Meio Ambiente: Mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre: resíduos sólidos; saneamento básico; educação, estrutura e conselho ambiental;

6 - Cidade: Mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil;



7 - Gestão de TI: Mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre planejamento, políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Os maiores beneficiados com a apuração deste indicador são: (a) a sociedade, que obtém mais informações para acompanhar as gestões; (b) as Administrações municipais, que podem usar os dados para seu planejamento e ter contato com outras cidades para compartilhar boas práticas e (c) os demais órgãos públicos, que podem usar os dados para dar suporte a suas atividades.

O IEGM/TCERS possui 5 (cinco) faixas de resultado:

- Altamente Efetiva: IEGM maior ou igual a 90%;
- Muito Efetiva: IEGM entre 75% e 89,9%;
- Efetiva: IEGM entre 60% e 74,9%;
- Em fase de Adequação: IEGM entre 50% e 59,9%;
- Baixo nível de adequação: IEGM menor ou igual a 49,9%.

Os dados utilizados para o cálculo dos resultados foram extraídos das prestações de contas periódicas que os municípios enviam para o Tribunal de Contas e foram obtidos por meio de pesquisa preenchida diretamente pelos entes jurisdicionados da área municipal, no ano de 2016.

O Município de Barra do Guarita apresentou o seguinte resultado:

Critério	Nota
IEGM	Em fase de adequação
i-Educ	Baixo nível de adequação
i-Saude	Efetiva
i-Planejamento	Baixo nível de adequação
i-Fiscal	Efetiva
i-Amb	Baixo nível de adequação
i-Cidade	Muito Efetiva
i-Gov TI	Em fase de adequação

Importante destacar que o indicador setorial “I-Planejamento” não foi cobrado dos municípios nesta aplicação do IEGM em 2016, devido à complexidade das questões e a necessidade de os jurisdicionados estruturarem suas informações nesse tema.

As informações referentes ao IEGM podem ser acessadas no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (www.tce.rs.gov.br), no link “Fiscalize Cidadão”.



3. IDENTIFICAÇÃO

Abaixo constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Executivo, ora analisadas:

Gestores Municipais e Substitutos		
Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Prefeito Municipal	Rodrigo Locatelli Tisott	01-01-17 a 31-12-17

Abaixo informamos os profissionais técnicos responsáveis pela elaboração das informações do Poder Executivo ora analisadas por esta Corte de Contas:

Responsáveis Técnicos		
Cargo	Nome	Período
Contador	Inacio Vunibaldo Scholz	01-01-17 a 31-12-17
Controle Interno	Luana Cristina da Cruz	23-03-17 a 31-12-17
Controle Interno	Nadia Michele Brietzke	25-01-17 a 22-03-17



4. PERFIL DA ENTIDADE MUNICIPAL

Compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

PODER EXECUTIVO	
ADM. DIRETA:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
ADM. INDIRETA:	FABS - FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA



5. DOS PRAZOS DE ENTREGA DE DADOS E DOCUMENTOS

5.1 DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

O Relatório da Gestão Fiscal - RGF está previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e deve ser emitido pelos titulares dos Poderes, em regra ao final de cada quadrimestre.

A Lei de Responsabilidade Fiscal faculta em seu art. 63, aos municípios com menos de 50 mil habitantes, a emissão do RGF de forma semestral. Entretanto, esse prazo não se aplica aos municípios que estejam acima dos limites legais de despesa com pessoal ou da dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e aos prazos correspondentes, conforme disposto no §2º art. 63 da mesma lei.

O prazo de entrega do RGF está definido no art. 8º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral, a saber:

I – Municípios com cinquenta mil habitantes ou mais - exigibilidade quadrimestral, no primeiro, segundo e terceiro quadrimestres do exercício, encerrados nos meses de abril, agosto e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente; e

II – Municípios com menos de cinquenta mil habitantes - exigibilidade semestral, no primeiro e segundo semestres do exercício, encerrados no mês de junho e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente.

§ 1º O prazo referido no inciso II deste artigo não se aplica aos Municípios que estejam acima dos limites legais de despesa com pessoal ou da dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e sujeitos aos prazos estipulados no inciso I deste artigo.

§ 2º Para o fim do que dispõe este capítulo, a extrapolação dos limites definidos na legislação em um dos Poderes, Executivo ou Legislativo, compromete toda a esfera correspondente, não havendo, portanto, compensação entre ambos.

De acordo com o art. 55 da LRF, o Relatório de Gestão Fiscal deve conter comparativo dos limites de despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias, operações de crédito, indicação de medidas corretivas caso ultrapasse um dos limites, bem como, no último quadrimestre, demonstrativo do montante das disponibilidades e da inscrição em Restos a Pagar.

Nos termos do art. 3º, § 2º da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF corresponderá:

I – no Poder Executivo, ao Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites, o qual conterá o resultado da apuração da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito e dos



Restos a Pagar, detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE).

O referido relatório, conforme art. 2º, inciso II, da Resolução TCE nº 1052/2015, será acompanhado, obrigatoriamente, de Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno sobre o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As entregas dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
2ºS/2016*	31-01-17	30-01-17	0	510577
1ºS/2017	31-07-17	19-07-17	0	658773

* Processo de Contas de Governo nº01262-02.00/16-6

Verifica-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 1052/2015, na Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, e nos arts. 54 e 55 da LC Federal nº 101/2000 – LRF.

5.2 DO RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO E ENCAMINHAMENTO – RVE

O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) consiste em um termo formal de entrega dos arquivos digitais de dados e de informações para fins de exercício da fiscalização que compete a esta Corte de Contas. Os procedimentos para remessa destas informações estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017.

Os prazos para remessa destes dados e informações, a ser realizada bimestralmente de modo acumulado no período que se inicia em janeiro, é até o último dia útil do mês seguinte ao término dos bimestres que se encerram nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro conforme previsto no art. 6º da Instrução Normativa TCE nº 25/2007.

O Relatório de Validação e Encaminhamento contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO, e integrará o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo, de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017.

As entregas dos Relatórios de Validação e Encaminhamento (RVE), conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:



Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
6ºB/2016*	31-01-17	30-01-17	0	509535
1ºB/2017	31-03-17	28-03-17	0	555908
2ºB/2017	31-05-17	18-05-17	0	597375
3ºB/2017	31-07-17	19-07-17	0	658654
4ºB/2017	29-09-17	13-09-17	0	716811
5ºB/2017	30-11-17	28-11-17	0	786016

* Processo de Contas de Governo nº01262-02.00/16-6

Observa-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 766/2007 e na Instrução Normativa TCE/RS nº 25/2007.

5.3 DA MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – MCI

Nos termos dispostos no art. 2º, inciso II da Resolução TCE nº 1052/2015, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF deve, obrigatoriamente, ser acompanhado da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno. Já a Instrução Normativa TCE nº 01/2016 dispõe sobre os critérios para a elaboração do referido documento.

As Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno devem ser entregues a este Tribunal nos prazos previstos no artigo 8º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral.

As entregas da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno, conforme protocolos eletrônicos, relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
2ºS/2016*	31-01-17	30-01-17	0	512365
1ºS/2017	31-07-17	19-07-17	0	660536

* Processo de Contas de Governo nº01262-02.00/16-6

Em observância à Resolução TCE nº 1052/2015 e à Instrução Normativa TCE nº 01/2016, as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal **foram entregues nos prazos estabelecidos**.

5.4 DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Para fins de elaboração do parecer prévio conclusivo sobre as contas de governo que os Prefeitos Municipais devem prestar anualmente às respectivas Câmaras e avaliação do desempenho da Administração, serão consideradas as



análises da gestão fiscal e da documentação fixada na Resolução TCE/RS 1052/2015 que o Executivo Municipal deve, obrigatoriamente, entregar no Tribunal de Contas em formato eletrônico no prazo fixado pela mesma.

De acordo com o art. 2º, inciso III da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, deverão ser entregues até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte, os seguintes documentos:

Art. 2º Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos:

(...)

III – até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte:

a) relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS;

b) relatório e parecer do responsável pela UCCI sobre as contas de governo;

c) demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD;

d) cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências;

e) declaração firmada pelo operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM, informando terem sido devidamente encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito;

f) declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, nos termos do artigo 15 da Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012;

g) declaração firmada pelo contador e ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados; e

h) os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as contas dos fundos criados em face da eventual instituição de regime previdenciário próprio.

Com base no protocolo eletrônico, verifica-se que a entrega da Prestação de Contas foi efetuada **dentro do prazo** indicado no art. 2º, inciso III, da Resolução TCE/RS nº 1052/2015.



5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - BLM

A Base de Legislação Municipal – BLM foi desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para ser instrumento de suporte à execução das atribuições e competências desta Corte de Contas, bem como ser fonte de informações aos jurisdicionados e de consulta pública. O seu acesso para consulta externa é disponibilizado gratuitamente aos entes municipais, órgãos da administração pública e ao público em geral.

Os procedimentos para remessa das normas à Base de Legislação Municipal estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009 e na Resolução TCE/RS nº 843/2009.

Devem integrar a BLM todas aquelas normas expedidas pelos órgãos e entes jurisdicionados da esfera municipal que estão relacionadas no Anexo da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009. O encaminhamento destas normas assim como a responsabilidade pela validade, integridade e consistência das informações encaminhadas e disponibilizadas, é de responsabilidade do Administrador destes mesmos órgãos e entidades.

De acordo com o art. 6º da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009, as remessas à BLM deverão atender ao seguinte cronograma:

Art 6º (...)

I - normas editadas durante os meses de janeiro, fevereiro e março: envio até 10 de abril do mesmo ano;

II - normas editadas durante os meses de abril, maio e junho: envio até 10 de julho do mesmo ano;

III - normas editadas durante os meses de julho, agosto e setembro: envio até 10 de outubro do mesmo ano;

IV - normas editadas durante os meses de outubro, novembro e dezembro: envio até 10 de janeiro do exercício seguinte. (grifo nosso)

As entregas da Base de Legislação Municipal, conforme protocolos eletrônicos - relativas aos períodos relacionados na tabela abaixo, foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Data da Entrega	Dias de atraso
4º Trimestre/2016	10-01-17	09-01-17	0
1º Trimestre/2017	10-04-17	02-05-17	22
2º Trimestre/2017	10-07-17	03-07-17	0
3º Trimestre/2017	10-10-17	05-10-17	0

Tendo em vista as informações do quadro acima, verifica-se que as remessas de normas à Base de Legislação Municipal do Tribunal de Contas do Estado – BLM **não foram efetuadas, em sua totalidade**, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009.



6. DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LC Federal nº 12.527/2011

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XXXIII, prevê que todos têm direito a receber informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, de órgãos públicos, que serão prestadas no prazo da lei sob pena de responsabilidade. A Carta Magna estabelece ainda, em seu art. 37, §3º, inciso II que a lei disciplinará as formas de participação dos usuários na administração pública regulando o acesso dos usuários a registros administrativos sobre atos de governo.

Neste sentido, a Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação – LAI regulamentou este direito constitucional de acesso às informações públicas, criando mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas de órgãos e entidades.

O art. 8º, §1º da referida lei estabelece quais informações mínimas deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, em local de amplo acesso, independente de requerimento, quais sejam:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Ademais, a LAI, em seu art. 8º, § 3º, institui os requisitos que os sítios dos órgãos públicos deverão atender:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;



VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Cabe referir que constitui conduta ilícita, ensejando responsabilização do agente público, “recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa” (art. 32, III, Lei nº 12.527/2011).

O Município de Barra do Guarita por possuir menos de 10.000 habitantes e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 4º da Lei Federal nº 12.527/2011, fica dispensado da verificação do presente tópico.



7. DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 um processo integrado de alocação de recursos que compreende as atividades de planejamento e orçamento, mediante a definição de três instrumentos de iniciativa do Poder Executivo, a saber:

- Plano Plurianual – PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias –LDO e
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Tendo em vista seu caráter autorizativo, todos estes instrumentos são elaborados em forma de leis.

Independente do fato de a Carta Maior se referir à “administração pública federal”, importante destacar que todas as normativas referentes ao orçamento devem ser obrigatoriamente seguidas pelos Estados e Municípios. Competindo às Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais adaptarem as regras constitucionais às suas respectivas estruturas.

7.1 DO PLANO PLURIANUAL - PPA

De acordo com o § 1º do art. 165 da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA pode ser considerado um plano de médio prazo, que traz o planejamento da aplicação de recursos do ente governamental, de modo a suprir as necessidades da sociedade e a atenuar a desigualdade entre as sub-regiões existentes nos municípios.

O Plano Plurianual orienta as demais leis orçamentárias, pois serve de parâmetro para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

No Município de Barra do Guarita, o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 foi instituído pela Lei Municipal nº 1227/2013.

7.2 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

O § 2º do art. 165 da Constituição Federal dispõe que a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na



legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é um instrumento de planejamento de curto prazo (um ano). É a ferramenta que faz a ligação entre o PPA e a LOA, tendo em vista que deve ser elaborada em consonância com o PPA e também orienta a elaboração da LOA.

O art. 4º, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº101/2000, determinou ainda novas atribuições para a LDO, a saber:

- a) *equilíbrio entre receitas e despesas;*
- b) *critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;*
- (...)
- e) *normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;*
- f) *demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;*

Também na Lei de Responsabilidade Fiscal foi inserida a obrigatoriedade do envio, na LDO, do Anexo de Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º) e do Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º e § 2º).

No Município de Barra do Guarita, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017 foi instituída pela Lei Municipal nº 1401/2016.

7.3 DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, em seu art. 165, § 5º determina que a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que o ente direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A Lei Orçamentária Anual estabelece um conjunto de ações a serem realizadas durante um ano, estimando o total das receitas a serem arrecadadas pelos órgãos e entidades públicas e fixando as despesas a serem aplicadas na consecução dos programas de trabalho que tem por finalidade a manutenção ou ampliação dos serviços públicos, bem como o atendimento das necessidades da população. Portanto, a LOA compreende a programação das ações a serem executadas visando à viabilização das diretrizes, objetivos e metas compreendidas



no Plano Plurianual, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim como ocorreu com a LDO, a Lei de Responsabilidade Fiscal também trouxe novas demandas para a LOA, constantes no art. 5º, conforme segue:

- Demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas da LDO previstas no respectivo Anexo de Metas Fiscais;
- Demonstrativo previsto no art. 165, § 6º da CF/88 (demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia), devidamente acompanhado das medidas de compensação à renúncia de receitas e ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- Reserva de Contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na Receita Corrente Líquida, deverão estar assinalados na LDO.
- As despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual, e as receitas que as atenderão deverão constar na LOA e o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na LOA e nas leis de créditos adicionais.

No Município de Barra do Guarita, a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2017 foi instituída pela Lei Municipal nº 1411/2016.



8. DA GESTÃO FISCAL

O art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000) trata da fiscalização da lei em relação ao seu cumprimento. Prevê um mecanismo conjunto de controle, a ser realizado tanto pelo Poder Legislativo e pelo Tribunal de Contas, como pelos sistemas de controles internos de cada Poder e do Ministério Público.

Nesse sentido, o Regimento Interno desta Corte de Contas prevê, em seu art. 5º, inciso XVI, a competência do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades do Estado e dos Municípios, das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Visando exercer tal atribuição no âmbito municipal, o TCE/RS emitiu a Instrução Normativa nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, que dispõe sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório da Gestão Fiscal - RGF, bem como sobre a sistemática de remessa das informações e dados contábeis e fiscais pelos jurisdicionados da área municipal.

Tais elementos correspondem àqueles constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, que contém informações e dados relativos ao RGF e ao RREO, sendo utilizados como subsídio à análise da gestão fiscal procedida no exercício financeiro pelos gestores públicos municipais. O item 5 do RVE, denominado "Informações Referentes à Gestão Fiscal", trata, inicialmente, das publicações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório de Gestão Fiscal - RGF no prazo e na forma da legislação, da realização de audiências públicas para avaliação das metas fiscais e da contribuição realizada pelo Município para o custeio de despesas de competência de outros entes.

Adicionalmente, apresenta diversos Demonstrativos Fiscais analíticos que são utilizados como base para fins de apuração, no RGF, dos limites impostos pela LRF e por Resoluções do Senado Federal. Destaca-se que a forma de elaboração detalhada de todos estes demonstrativos é devidamente abordada na Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017. O Quadro a seguir apresenta os demonstrativos indicando o respectivo modelo:

Modelo	Demonstrativo	Modelo	Demonstrativo
1	Da Receita Corrente Líquida	5	Das Garantias e Contragarantias de Valores
2	Da Despesa com Pessoal	6	Das Operações de Crédito
3	Das Disponibilidades de Caixa	7	Dos Restos a Pagar
4	Da Dívida Consolidada Líquida	9	Dos Limites



O "Demonstrativo dos Limites", Modelo 9, no caso do Poder Executivo, corresponde ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, onde consta a apuração do percentual - em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) - da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida (DCL), das garantias e contragarantias de valores e das operações de crédito, além de evidenciar, no último quadrimestre/semestre, os restos a pagar inscritos com suficiência e/ou insuficiência financeira.

Portanto, através do Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (RGF) verifica-se o cumprimento ou não, por parte dos entes fiscalizados, dos limites estabelecidos na legislação.

Importante salientar que o Relatório da Gestão Fiscal - RGF deve ser obrigatoriamente acompanhado pela Manifestação Conclusiva da Unidade Central de Controle Interno (MCI), acerca do cumprimento da LRF, conforme estabelece a IN TCE/RS nº 01/2016.

8.1 DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

8.1.1 Da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF

A publicação e a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF são de responsabilidade individual de cada um dos Poderes da esfera municipal (Executivo e Legislativo), independentemente de a forma de execução orçamentária e financeira do Legislativo Municipal ser centralizada ou descentralizada.

O objetivo do Relatório é dar transparência à gestão fiscal realizada no período pelo titular do Poder/Órgão, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites.

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, a publicação e divulgação do RGF deve ser realizada pelos seguintes meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

- I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);*
- II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).*

O RGF, conforme previsto no art. 55, § 2º da LRF, deverá ser publicado até 30 dias após o final de cada quadrimestre. No entanto, de acordo com o art. 63, inciso II, letra b, da mesma lei, é facultado aos Municípios com população inferior a



cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral. Neste caso, a publicação do relatório com os seus demonstrativos deverá ocorrer em até trinta dias após o encerramento do semestre.

Importante destacar que, de acordo com o §2º do mesmo artigo, se, ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar essa situação, o Município com população inferior a cinquenta mil habitantes, que tiver optado em divulgar os referidos anexos do RGF semestralmente, ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes, ou seja, o prazo voltará a ser quadrimestral.

A publicação e divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Peças	Datas das Publicações			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
2ºS/2016*	30-01-17	563604	06-01-17		06-01-17	0		0
1ºS/2017	30-07-17	829672	17-07-17		17-07-17	0		0

* Processo de Contas de Governo nº 01262-02.00/16-6

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que **houve publicação e divulgação** dos Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 55 da LC Federal nº 101/2000.

8.1.2 Da Publicação Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO é exigido pela Constituição Federal que estabelece em seu artigo 165, § 3º, a obrigatoriedade do Poder Executivo publicá-lo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O art. 52 da LRF determina a composição do RREO, assim como reforça o prazo de publicação de 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

Portanto, é de responsabilidade EXCLUSIVA do Poder Executivo Municipal a elaboração e respectiva divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO de forma CONSOLIDADA, ou seja, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, conforme determina o art. 1º, §3º, inciso I, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal (Administração Direta - Executivo e Legislativo Municipal, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes).

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, a publicação e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser realizada pelos seguintes



meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);

II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).

A publicação e divulgação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, foram efetuadas da seguinte forma:

Período	Prazo	Peças	Datas das Publicações			Dias de Atraso		
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
6ºB/2016*	30-01-17	563604	06-01-17		06-01-17	0		0
1ºB/2017	30-03-17	829672	27-03-17		27-03-17	0		0
2ºB/2017	30-05-17		16-05-17		16-05-17	0		0
3ºB/2017	30-07-17		17-07-17		17-07-17	0		0
4ºB/2017	30-09-17		13-09-17		13-09-17	0		0
5ºB/2017	30-11-17		21-11-17		21-11-17	0		0

* Processo de Contas de Governo nº 01262-02.00/16-6

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que **houve a publicação e a divulgação** dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com o estabelecido no art. 52 da LC Federal nº 101/2000.

8.1.3 Das Audiências Públicas

O objetivo da transparência é promover a participação popular nos atos de governo, a fim de que o cidadão, tendo conhecimento da ação governamental, possa contribuir para o seu aprimoramento e exercer um controle sobre os atos de governo.

Um dos meios de assegurar que o cidadão exerce a participação popular é a audiência pública, considerada um ambiente propício para a conscientização e discussão da sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, no § 4º do art. 9º, que ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão equivalente, nas Casas Legislativas Municipais, àquela referida no §1º do art. 166 da Constituição Federal.



As audiências públicas, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e constantes do item 5.1.3 do Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE (peça 829672), foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias atraso
3ºQ/16	28-02-17	24-02-17	CAMARA DE VEREADORES	0
1ºQ/17	31-05-17	16-05-17	CAMARA DE VEREADORES	0
2ºQ/17	30-09-17	29-09-17	CAMARA DE VEREADORES	0

Após a análise das informações prestadas pelo Poder Executivo, constata-se que o Poder **realizou as audiências públicas dentro dos prazos** dispostos no § 4º do artigo 9º da LC Federal nº 101/2000.

8.1.4 Da Lei da Transparência

A transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem importante papel na viabilização da participação da sociedade na gestão e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, permitindo o fortalecimento do controle social.

Visando tornar tal tarefa efetiva, o *caput* do art. 48 da referida lei, especifica quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- As prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, assim como suas versões simplificadas;

Importa referir que a divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal já foi objeto de análise neste relatório nos itens 8.1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e 8.1.2 – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Desse modo, no que diz respeito ao *caput* do art. 48 da LRF, a análise realizada neste subitem limita-se a verificar a divulgação pelos Municípios dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, além das prestações de contas com o respectivo parecer prévio. Outrossim, é averiguado neste item o cumprimento do inciso II do artigo 48 da LC Federal nº 101/2000, o qual determina a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.



Nesse sentido, a LC nº 131/2009 – conhecida como Lei da Transparência – acrescentou dispositivos à LRF, destacando-se o art. 48-A que indica quais informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público, elucidando o inciso II, do art. 48 da LRF. Assim, quanto à despesa, está prevista a disponibilização de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, informando o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado, pessoa beneficiária do pagamento e procedimento licitatório realizado. Já no que se refere à receita, deve ser informado à sociedade o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras.

A LRF ainda determina, no inciso III, §1º do art. 48, que a transparência também será assegurada através da adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda o padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A da mesma Lei. Com isso, o Decreto Federal nº 7.185/2010 normatizou o referido inciso e elencou quais informações relativas à despesa e à receita deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico de amplo acesso público para assegurar a transparência na gestão fiscal:

Art. 7º [...]

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;*
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;*
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;*
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;*
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo;*
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.*

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;*
- b) lançamento, quando for o caso;*
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.*

O §2º do art. 48 da LRF, incluído pela Lei Complementar Federal nº 156/2016, dispõe que União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão disponibilizar suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecido pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso ao público.



Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que **não estão sendo cumpridas**, em sua totalidade, as exigências do *caput* art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, pela LC Federal nº 156/2016, conforme se demonstra nas peças 1305136 e 1305139.

8.1.5 Do Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Os recursos públicos municipais são arrecadados objetivando sua aplicação na execução das competências que ao Município estão determinadas constitucionalmente, tais como saúde, educação, saneamento, transporte municipal, entre outros.

O art. 30 da CF/88, em seus incisos III e V dispõe:

Art. 30. Compete aos Municípios: (...)

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; (...)

V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Assim, aos Municípios coube exercer, com os recursos que lhes foram destinados, as competências previstas, fundamentalmente, nos artigos 23, 30 e 195 da Constituição Federal.

Há instrumentos jurídicos que permitem que o Ente Municipal custeie despesas de outros entes da Federação. Para que haja esta colaboração, há que se observar, além da oportunidade e conveniência, matéria a ser exaurida em sede local, os regramentos constitucionais e legais aplicáveis a esta espécie de ajuste e que não haja desvio do cumprimento das competências do município.

Portanto, para que seja possível o custeio de despesas de um ente por outro, conforme artigo 62 da LRF, é necessário que haja, de forma cumulativa, autorização na LDO, autorização na LOA e a existência de um convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

No caso em análise, de acordo com informações prestadas pelo Poder Executivo, através do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, o município **não contribuiu** para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação no exercício de 2017 (peça 829672).



8.2 DA APURAÇÃO DOS LIMITES DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

8.2.1 Da Apuração da Receita Corrente Líquida - RCL

A principal importância deste ponto decorre do fato da Receita Corrente Líquida - RCL servir como parâmetro para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Portanto, constitui-se numa importante medida de racionalização da despesa e da dívida pública, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como ênfase o controle e contenção dos gastos. Assim, quanto mais cresce a RCL, mais se poderá expandir o valor das despesas e dívidas que estão a ela indexadas.

O Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida acompanha o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (art. 52 e art. 53, I da LRF), devendo ser elaborado de forma individual pelo Poder Executivo, pelas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes.

A RCL resulta da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, deduzidas as seguintes receitas orçamentárias correntes:

- A contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência;
- As receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência, na contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana. É imprescindível, para tanto, que as referidas receitas estejam adequadamente contabilizadas em contas próprias que as identifiquem.

A Receita Corrente Líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A LRF estabelece, no §1º do art. 2º que serão computados ainda os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87 de 1996 - Lei Kandir - e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (fundo criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, mediante alteração da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal) e os decorrentes da Lei Complementar.

No entanto, de acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, o valor referente à perda dos recursos aplicados no FUNDEB não deve ser deduzido para fins de apuração da Receita Corrente Líquida. Ou seja, a perda resultante do retorno a



menor dos recursos aplicados no FUNDEB deve ser adicionada à RCL. E de acordo com o mesmo anexo, deve ser deduzida a receita orçamentária advinda da retenção na fonte do Imposto de Renda sobre a folha de pessoal do Município.

Conforme Modelo 1 – Demonstrativo da RCL (item 5.2.1.2 do RVE), verifica-se que a RCL do Município de Barra do Guarita, atingiu no exercício de 2017, o valor de R\$ 12.245.029,78, conforme quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$	
	1º SEM	2º SEM
Receitas Correntes (a)	8.090.846,17	16.717.323,98
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-1.015.245,77	-1.920.615,91
(-) Outras Deduções (c)	-1.084.167,52	-2.657.563,70
<i>IRRF sobre Rendimento do Trabalho*</i>	3.309,99	26.995,85
<i>Contribuição Servidores – RPPS</i>	369.431,64	956.540,76
<i>Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas</i>	711.425,89	1.674.027,09
<i>Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores</i>	0,00	0,00
<i>Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores</i>	0,00	0,00
<i>Compensação Financeira entre Regimes de Previdência</i>	0,00	0,00
<i>Outras Contribuições Sociais</i>	0,00	0,00
<i>Outros Ajustes</i>	0,00	0,00
Sub total (d = a+b+c)	5.991.432,88	12.139.144,37
(+) Perda com o Fundeb (e)**	54.788,23	105.885,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (f = d+e)	6.046.221,11	12.245.029,78
Receita Corrente Líquida - 2º Semestre ano anterior (g)	6.859.364,80	
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (h = f+g)	12.905.585,91	12.245.029,78

* Parecer Coletivo TCE nº 02/2002

** Parecer Coletivo TCE nº 01/2002

8.2.2 Da Despesa Total com Pessoal

O limite máximo ou legal da Despesa com Pessoal, em cada período de apuração, não poderá ultrapassar 60% da RCL do Município (art. 19, inciso III, da LRF), distribuído em limites máximos de 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo (art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da LRF).

Entretanto, a LRF estabelece, também, os seguintes limites:

- **LIMITE PRUDENCIAL:** Considerando o princípio da gestão fiscal responsável, a LRF, em seu art. 22, parágrafo único, estabeleceu um limite intermediário para a despesa com pessoal chamado de limite prudencial, que equivale a 95% do limite máximo legal do poder ou órgão referido no art. 20 da mesma lei. Caso o ente ultrapasse o limite



prudencial, ficará sujeito a algumas restrições que impliquem em aumento de despesa com pessoal.

- **LIMITE DE ALERTA:** O limite de alerta, disposto no inciso II, do § 1º, do art 59 da LRF, equivale a 90% do limite máximo/legal do Poder ou órgão referido no art. 20. Quando o Tribunal de Contas constatar que o ente ultrapassou esse limite, deverá alertar o Poder ou órgão.

De acordo com o art. 18 da LRF, entende-se como despesa total de pessoal o somatório dos gastos do ente da federação com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A apuração tem por base a despesa executada no mês de referência e nos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

De acordo com o Anexo I – Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal – da Instrução Normativa TCE/RS nº 19/2016, alterada pela Instrução Normativa TCE/RS nº 06/2017, as despesas com contratos de terceirização de mão de obra, considerados irregulares ou ilegais, também devem ser consideradas como despesa com pessoal, uma vez que mascaram contratação de pessoal. O art. 18, § 1º da LRF também estabelece que os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

A LRF admite, em seu art. 19, §1º, que sejam deduzidas da apuração as seguintes despesas com pessoal, desde que tenham sido inicialmente consideradas:

- a) Indenizações por Demissão e com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
- b) Decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais;
- c) Demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores;
- d) Com inativos, considerando-se também os pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.



As parcelas de receitas orçamentárias do IRRF sobre Rendimentos do Trabalho também devem ser excluídas do montante da despesa com pessoal, da mesma forma que tal valor é subtraído na apuração da RCL.

Na hipótese de descumprimento do limite máximo, o respectivo Poder ou órgão terá o prazo de até dois quadrimestres para a adoção de medidas saneadoras visando à recondução ao limite. A LRF impõe, em seu art. 23, §3º que, no caso de não alcançar a redução no prazo estipulado pela referida lei, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- Receber transferências voluntárias;
- Obter garantia direta ou indireta de outro ente;
- Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Se a despesa total com pessoal exceder ao limite prudencial, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso:

- Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- Criação de cargo, emprego ou função;
- Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- Contratação de hora extra, salvo nas situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

O Executivo apresentou os dados relativos à Receita Corrente Líquida - Modelo 1 e Despesa com Pessoal - Modelo 2 - relativos aos períodos abaixo relacionados do ano de 2017 (peças 658773 e 835054), foram inseridos na tabela a seguir para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Período	2ºS/2017	Mês Referência	Dez/17
Envios em 2017			
Em R\$			
Período	R C L	D P	%
1ºS/17	12.905.585,91	5.879.135,75	45,55
2ºS/17	12.245.029,78	6.210.437,57	50,72



Tendo em vista que o percentual apurado pelo Poder no 2º Semestre **ultrapassou 90% do limite** de que trata o art. 59, § 1º inciso II, da LC Federal nº 101/2000, o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC – gerou, automaticamente, alerta (peça 835054), nos termos do artigo 12, inciso IX, da Resolução TCE/RS nº 1028/2015, estando ciente o Administrador, conforme assinatura digital.

A análise da documentação apresentada, subsidiada pelos dados disponibilizados nos sistemas deste Tribunal - SIAPC, ratifica a situação de alerta.

Conclui-se, na análise da tabela, que os **percentuais apurados são inferiores ao limite máximo** previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da LC Federal nº 101/2000.

8.2.3 Da Dívida Consolidada Líquida

Dispõe a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu art. 1º, § 1º, inciso V que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O art. 3º, inciso II, da mesma Resolução, determina que o limite global para o montante da Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida.

A Dívida Consolidada ou Fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas:

- a) Pela emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);
- b) Em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;
- c) Pela realização de operações de crédito que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- d) Com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- e) Pela realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

O valor a ser deduzido da Dívida Consolidada, para fins de apuração da DCL, corresponde a Disponibilidade de caixa bruta (somatório de caixa, bancos e



aplicações financeiras de liquidez imediata) deduzida do montante de Restos a Pagar Processados, e acrescidos dos demais haveres financeiros.

A disponibilidade de caixa do RPPS não deverá ser incluída na disponibilidade de caixa, visto que o passivo atuarial não integra a dívida consolidada.

O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos dos respectivos ajustes para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. Para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida, não serão considerados como haveres financeiros:

- a) Os créditos tributários e não-tributários (exceto os empréstimos e financiamentos concedidos) reconhecidos segundo o princípio da competência, por meio de variações ativas;
- b) Os valores inscritos em dívida ativa;
- c) Outros valores que não representem créditos a receber, tais como estoques e contas do ativo imobilizado;
- d) Os adiantamentos concedidos a fornecedores de bens e serviços, a pessoal e a terceiros;
- e) Depósitos restituíveis e valores vinculados;
- f) Participações permanentes da unidade em outras entidades em forma de ações ou cotas.

O art. 31 da LRF prevê que se a dívida consolidada municipal ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido será submetido a certos deveres e sanções, pois estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária e deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

Ressalta-se que estas restrições aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo. Caso ocorra vencimento do prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

O Executivo apresentou os valores relativos ao Endividamento dos períodos abaixo relacionados do ano de 2017 no Modelo 4 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e os respectivos percentuais de endividamento descrito no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peças 658773 e 835054), que foram



inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos, nos termos definidos pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001 e pela Portaria STN nº 637/2012.

Período	R C L	D C L	Em R\$	
				%
1ºS/17	12.905.585,91	0,00		0,00
2ºS/17	12.245.029,78	0,00		0,00

O Poder Executivo não apresenta Dívida Consolidada Líquida - DCL, **atendendo**, assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Verifica-se, também, que o mesmo não apresenta dívida decorrente de emissão de títulos (Dívida Pública Mobiliária), **atendendo** ao disposto no art. 11 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

8.2.4 Das Operações de Crédito

A legislação aborda de forma exemplificativa o conceito de operação de crédito, listando algumas modalidades. Portanto a LRF define, no art. 29, inciso III, operação de crédito como compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

O §1º do art. 29 da referida lei ainda inclui, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, no conceito de operações de crédito.

A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO, espécie do gênero operação de crédito, de acordo com o art. 38 da LRF, destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deverá cumprir as exigências da LRF aplicáveis às operações de crédito e outras, conforme regulamentação específica.

A realização de operações de crédito depende, ainda, de autorização prévia do Ministério da Fazenda que, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, verifica os limites de endividamento aplicáveis ao Ente da Federação pleiteante, as



condições previstas na LRF e nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e nº 43 de 2001 e a nº 48 de 2007 e alterações, e demais normativos em vigor.

Segundo disposição expressa do art. 37 da LRF, equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

- a) A captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;
- b) O recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;
- c) A assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes; e
- d) A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

É vedada a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município. Excetuam-se dessa vedação o refinanciamento da dívida mobiliária e as operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da Fazenda em nome do Senado Federal até 120 (cento e vinte) dias antes do final do mandato do Chefe do Poder Executivo.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos Municípios em 16% da Receita Corrente Líquida em cada exercício. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite deverá ser calculado considerando o cronograma anual de ingresso, e projetando a RCL, mediante a aplicação do fator de atualização a ser divulgado pelo Ministério da Fazenda.

Consideradas as informações do Modelo 6 – Demonstrativo das Operações de Crédito e os respectivos percentuais descritos no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 835054) e, ainda, os dados constantes do SIAPC, constata-se que:

- **Operações de Crédito Internas e Externas:** No exercício de 2017, não houve captação de recursos com operações de crédito internas e externas.
- **Operações de Crédito p/ Antecipação de Receita:** O Executivo não apresenta saldo na conta Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, **atendendo** o inciso II do art. 38 da LC Federal nº 101/2000.



8.2.5 Dos Restos a Pagar e do Equilíbrio Financeiro

8.2.5.1 Do Artigo 42 da LC Federal nº 101/2000

Conforme art. 36 da Lei nº 4.320/64, os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas no mesmo exercício financeiro, sendo classificadas entre processadas e não processadas. Salienta-se que outros normativos também discorrem sobre o assunto, como o Decreto nº 93.872/86 e a LRF.

Considerando que o artigo 42 da LC Federal nº 101/2000 estabelece que, nos últimos dois quadrimestres do mandato, é vedado ao titular contrair despesas que não possam ser cumpridas dentro dele, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, não é necessária a verificação do cumprimento do referido dispositivo legal, uma vez que não houve encerramento do mandato.

8.2.5.2 Do Equilíbrio Financeiro

Esta análise tem a finalidade de verificar o atendimento pelo Gestor Público, no exercício financeiro de 2017, do disposto no § 1º, do art. 1º, da LRF. O dispositivo em tela alude que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Tal equilíbrio impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros.

Nesse contexto, como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. Excepcionalmente, o Gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, porém, com disponibilidade de caixa. Desse modo, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O equilíbrio intertemporal (equilíbrio ao longo dos exercícios) entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal responsável. O planejamento é ferramenta imprescindível à boa gestão fiscal e consiste em definir os objetivos que devem ser alcançados e prever, permanente e sistematicamente, os acontecimentos que poderão interferir no cumprimento desses objetivos, notadamente no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Destaca-se que, nos termos do art. 35 da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Portanto, a execução das despesas orçamentárias está condicionada ao exercício financeiro, ou seja, ao princípio da anualidade. Vale ressaltar que o



exercício financeiro coincide com o calendário civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Dessa maneira, a inscrição em restos a pagar dos investimentos plurianuais deve ocorrer segundo o cronograma e a programação de execução física e financeira, e por exercício financeiro, ou seja, deve seguir o princípio da anualidade mesmo que os investimentos sejam plurianuais. O cronograma físico-financeiro afetará o controle da inscrição em restos a pagar e da respectiva disponibilidade de caixa exigida, já que a inscrição em restos a pagar estará associada à dotação da parcela consignada no orçamento em curso, não podendo ser exigida disponibilidade de caixa para as parcelas do investimento que deverão ser objeto de crédito em orçamentos futuros.

São considerados no cálculo do Equilíbrio Financeiro tanto os recursos orçamentários como os extraorçamentários. Esses últimos são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, tendo em vista que se tratam de recursos de terceiros, que provocam o surgimento de passivos financeiros, uma vez que não pertencem ao Município. Esses valores não integram o orçamento e sua restituição será feita no futuro, na forma de Despesas Extraorçamentárias.

São exemplos de recursos restituíveis:

- Cauções em dinheiro;
- Fianças;
- Depósitos de terceiros em garantia;
- Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária;
- Retenções de folhas de pagamento que dependam de repasses aos credores dos recursos (INSS, FGTS)

Ao final do exercício, existe a necessidade de que conste no Ativo Circulante, nos Recursos 8001 a 9999 – Extraorçamentário, saldo suficiente para cobertura dos valores restituíveis inseridos no Passivo Circulante, tendo em vista não pertencerem ao Município. Na hipótese de insuficiência no recurso citado, o Recurso Livre – 0001 deverá comportar tais obrigações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

Abertura Valores Restituíveis	Em R\$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188*) – I	33.561,32
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999)** – II	0,00
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	-33.561,32



Rec. Livre 0001 (Ativo Circulante) - IV**	1.255.833,33
Suficiência de Valores Restituíveis (V = IV – III)	1.222.272,01

* Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante

** Peça: 829672

Conforme verificado na tabela acima, o município não apresenta disponibilidade financeira suficiente no recurso 8001 – Extraorçamentário para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no Passivo Circulante do ente. Entretanto, evidencia-se a disponibilidade financeira no Recurso Livre – 0001 para a cobertura dos mesmos.

FABS - FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA

Abertura Valores Restituíveis	Em R\$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) – I	962,48
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) – II*	0,00
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	-962,48

Rec. Livre 0001 ou 0050 ou 0400 (Ativo Circulante) – IV *	41.223,14
Suficiência de Valores Restituíveis (V = IV – III)	40.260,66

*Peça: 831169

Com base no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE da entidade da administração indireta FABS - FUNDO APOS. E DEMAIS BENEF. DOS SERV. - B. GUARITA peça (831169) e os dados constantes do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, constata-se que não há disponibilidade financeira suficiente no recurso 8001 – Extraorçamentário para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no Passivo Circulante do ente. Entretanto, evidencia-se a disponibilidade financeira no Recurso Livre – 0001 para a cobertura dos mesmos.

Para fins de verificação do atendimento deste item, além dos dados acima, foram utilizadas as informações constantes nos Modelos 3 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e do Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar, compreendido no Relatório de Gestão Fiscal (Executivo e Indiretas Municipais). Este último deve evidenciar a existência ou a inexistência de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2017. O Demonstrativo em tela visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa e está devidamente detalhado no Relatório de Validação e



Encaminhamento (Item 5.2.7). Deverá ser elaborado somente no último quadrimestre/semestre pelos Poderes e órgãos da Administração Municipal, sendo evidenciado pelo confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, segregado por vinculação de recursos. O resultado obtido desse confronto irá permitir a inscrição dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.

As informações constantes no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 835054), demonstram a existência de disponibilidades financeiras suficientes para a cobertura dos valores inscritos em Restos a Pagar, restando **atendido** o disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.



9. DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Entende-se por vinculação constitucional o percentual de receita que deve ser aplicado em certa despesa, cuja previsão esteja determinada na Constituição da República, ou seja, é o processo pelo qual os recursos públicos são vinculados a um tipo de despesa específica.

Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Unico de Saúde.

O cumprimento dos limites constitucionais em saúde e educação é exigência para o repasse de transferências voluntárias por parte do Estado e da União, conforme a previsão contida no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF.

9.1 DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

9.1.1 – Da Aplicação do Mínimo Constitucional de 25%

A Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, as Emendas Constitucionais nº 14/1996 e 53/2006 definiram os meios financeiros pelos quais o Poder Público atenderá seus deveres relacionados à oferta, permanência, qualidade e garantia de ensino aos cidadãos, estabelecendo percentuais mínimos de aplicação.

Segundo o art. 212 da CF, os Municípios deverão aplicar anualmente 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

A base de cálculo dos gastos constitucionais com MDE é a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), bem como multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo. As despesas consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) estão disciplinadas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e as despesas não admitidas como tais estão discriminadas no art. 71 da mesma Lei.

Destaca-se que a composição das contas de receitas e de despesas, consideradas para a apuração do percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, também está disciplinada no Anexo I da Instrução



Normativa TCE/RS nº 19/2011 que trata das emissões e da disponibilização das Certidões.

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 829672), constata-se que o percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, pelo Executivo Municipal no exercício de 2017, **atendeu** ao disposto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece o percentual de 25% como aplicação mínima (peça 1305141), conforme se demonstra:

Em R\$

	2014	2015	2016	2017
Receita MDE	8.707.398,34	9.281.184,77	10.632.044,29	10.525.319,80
Aplicação Mínima (25%)	2.176.849,59	2.320.296,19	2.658.011,07	2.631.329,95
Aplicação Efetiva	2.624.509,15	2.551.704,64	3.244.243,17	2.875.075,15
% Aplicação MDE	30,14%	27,49%	30,51%	27,32%

9.1.2 DO FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, mediante alteração da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. No ano subsequente, o Fundo foi instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007.

Trata-se de um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.



9.1.2.1 Base de Cálculo da Receita do FUNDEB

Com a Emenda Constitucional nº 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e das transferências dos Estados, do Distrito Federal e Municípios passaram para 20%, e sua utilização foi ampliada para toda educação básica, a qual compreende a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A aplicação do FUNDEB nos Municípios se materializa nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

Abaixo segue a discriminação da base de cálculo (receitas formadoras) do FUNDEB, de acordo com os dados do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 829672):

Em R\$

Base de Cálculo Receita do FUNDEB	2014	2015	2016	2017
ITR – Mun. Conveniados	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte FPM	1.208.886,34	1.270.660,60	1.452.525,13	1.383.798,46
Cota-parte ITR	15,25	163,71	149,38	221,84
LC nº 87/96 – Lei Kandir	2.862,24	3.030,50	3.018,50	3.023,41
Cota-parte ICMS	386.016,17	423.095,56	464.704,80	488.281,86
Cota-parte IPVA	18.246,32	25.586,36	24.137,74	22.197,90
Cota-parte IPI/Exportação	6.859,37	8.661,25	5.804,66	7.325,24
TOTAL	1.622.885,69	1.731.197,98	1.950.340,21	1.904.848,71

9.1.2.2 Aplicação 60% Recursos FUNDEB - Remuneração Magistério

O parágrafo único do art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, assim como o art. 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal, afirmam que pelo menos 60% dos recursos anuais do FUNDEB que retornaram ao município serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.



O Município de Barra do Guarita apresentou a seguinte situação:

Em R\$

	2014	2015	2016	2017
Receita FUNDEB Total*	1.344.268,80	1.638.156,84	1.863.648,37	1.820.767,97
60% do Retorno do FUNDEB	806.561,28	982.894,10	1.118.189,02	1.092.460,78
Aplicação Recursos - FUNDEB	1.096.439,65	1.231.831,03	1.346.725,37	1.509.426,24
% Aplicação	81,56%	75,20%	72,26%	82,90%

* Total Retorno do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancário - Rec. Vinculado FUNDEB

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 829672) constata-se que **houve o atendimento** da norma contida no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 e no artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal.

9.1.2.3 Ganho (Plus) x Perda do FUNDEB

De acordo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 7ª Edição, na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do Fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências – item 9.1.2.1 deste relatório) e, de outro, a receita proveniente do Fundo (valor recebido de acordo com o nº de alunos matriculados).

Ao compararmos o valor da contribuição com o valor do retorno, apuramos se houve “ganho” ou “perda” com o FUNDEB. Quando o retorno é maior do que a contribuição apura-se um Ganho, ou seja, o município recebeu mais do Fundo do que contribuiu. Já quando o retorno é menor do que a contribuição apura-se uma Perda, haja vista o recebimento de recursos do Fundo ser menor do que aquele que foi enviado para a formação do mesmo.

Valor do Retorno > Valor da Contribuição = Ganho

Valor do Retorno < Valor da Contribuição = Perda

De acordo com os dados da tabela abaixo, extraídos do Relatório de Validação e Encaminhamento, o município de Barra do Guarita apresentou Perda no ano de 2017, de 5,56%.



Em R\$

Cálculo Ganho/Perda FUNDEB	2017
Contribuição (a)	1.904.933,18
Retorno (b)	1.799.047,77
Perda (b-a)	105.885,41

9.2 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

A Constituição Federal de 1988, em seu art.196, consagrou a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. O artigo 23, inciso II, prevê como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13-09-2000, que alterou os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição e acrescentou o artigo 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fixou a base de cálculo e os recursos mínimos a serem aplicados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

A mencionada Emenda Constitucional foi regulamentada pela Lei Federal Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a qual disciplinou, em seu art. 7º, que os Municípios aplicarão anualmente em ASPS, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação de impostos e transferências.

Nos artigos 2º e 3º da referida Lei Complementar foram definidas como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, as quais devem atender às seguintes diretrizes:

- I. Sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;
- II. Estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados no Plano de Saúde de cada ente federativo; e
- III. Que sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que



atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.

Atendendo aos critérios da Lei, as despesas com ASPS deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde.

O art. 4º da LC nº 141/2012 define despesas que não constituirão ações e serviços públicos de saúde.

Destaca-se que a composição das contas de receitas e de despesas, consideradas para a apuração do percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde também está disciplinada no Anexo II da Instrução Normativa TCE nº 19/2011 que trata das emissões e da disponibilização das Certidões.

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, que constam no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 829672), constata-se que o percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, pelo Executivo Municipal no exercício de 2017, **atendeu** ao disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece o percentual de 15% como aplicação mínima (peça 1305143), conforme se demonstra:

Em R\$

	2014	2015	2016	2017
Receita ASPS	8.707.398,34	9.281.184,77	10.632.044,29	10.525.319,80
Aplicação Mínima (15%)	1.306.109,75	1.392.177,72	1.594.806,64	1.578.797,97
Aplicação Efetiva	1.785.942,33	1.759.368,91	2.007.212,75	2.208.966,74
% Aplicação ASPS	20,51%	18,96%	18,88%	20,99%



10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os documentos que devem integrar as contas anuais do Executivo Municipal estão regulados na Resolução TCE/RS nº1052/2015.

10.1 DOS DOCUMENTOS

Passa-se a analisar a documentação referente à Prestação de Contas, no tocante à entrega e ao conteúdo dos seguintes documentos:

Resolução nº 1.052/2015 – art. 2º, inciso III, alíneas:		Entrega	Conformidade
a)	Relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “a”);	SIM	SIM
b)	Relatório e Parecer do responsável pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI sobre as contas de governo (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “b”);	SIM	SIM
c)	Demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD	SIM	NÃO
d)	Cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “d”);	SIM	SIM
e)	Declaração firmada pelo operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM, informando terem sido devidamente encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “e”);	SIM	SIM
f)	Declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, nos termos do artigo 15 da Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012 (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “f”);	SIM	SIM



g)	Declaração firmada pelo contador e ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “g”);	SIM	SIM
h)	Os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as contas dos fundos criados em face da eventual instituição de regime previdenciário próprio. (Resolução nº 1052/2015, art. 2º, inciso III, alínea “h”).	SIM	SIM

O exame acerca da documentação enviada pelo Executivo evidencia o que segue:

Quanto à Entrega

Constata-se o **atendimento** ao disposto no art. 2º, inciso III e alíneas da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, no que diz respeito ao envio de todos os documentos exigidos para a prestação de contas anual do Executivo Municipal.

Quanto à Conformidade

O exame acerca da documentação enviada pela Auditada evidencia as seguintes irregularidades:

- Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015.

O Balanço Patrimonial consolidado, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (peça 829674, pg. 2), apresenta saldos devedores no subgrupo “Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F”, no valor de R\$ 928.823,80 (peça 1364099), e no subgrupo “Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F” (peça 1364175), no valor de R\$ 9.642,13, esses de natureza credora. Tais inconsistências demonstram não atendimento ao PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Constataram-se inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (peça 829674), tendo em vista que os saldos iniciais de diversas contas, no exercício de 2017, estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações dos códigos e dos Indicadores de Superávit Financeiro de algumas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SICM - SAG
Proc. Nº 04929-02.00/17-5



contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1306216. Tais situações evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



11. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (CF, art. 194). Seu financiamento será proporcionado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de diversas contribuições sociais (CF, art. 195).

A previdência social terá caráter contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (CF, art. 201). O sistema previdenciário brasileiro é composto por três formas distintas de regime: o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS (exclusivo dos servidores públicos e constituído em cada ente da Federação) e o Regime de Previdência Complementar – RPC. Em qualquer dos casos, a essência dos regimes previdenciários é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, sob a tutela do Estado, para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os trabalhadores deixarem de ser ativos.

O art. 40 da Constituição Federal de 1988 estabelece que aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Este artigo foi regulamentado pela Lei nº 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos, instituídos e organizados pelos respectivos entes federativos.

O art. 13 da Lei Federal nº 8.212/1991 afirma que o servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social, ou seja, caso o ente público não tenha instituído seu Regime Próprio de Previdência, fica o servidor vinculado ao Regime Geral.

A estrutura administrativa-organizacional dos Regimes Próprios poderá ser inserida na própria estrutura da administração direta ou sob a forma de autarquia ou fundação na administração indireta.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.



Independentemente do formato administrativo que assuma no âmbito do ente, seja autarquia, fundação ou fundo previdenciário (Lei nº 9.717/1998, art. 1º, parágrafo único), o RPPS deverá observar todas as regras previstas nas normas gerais de previdência, ter caráter contributivo, ser organizado com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial (LRF, art. 69) e adotar os procedimentos necessários ao controle da despesa com pessoal previsto na LRF, inclusive quanto ao registro e evidenciação das receitas e despesas de cada um dos Poderes ou órgãos.

O equilíbrio financeiro e atuarial da previdência deve ser observado, por meio de contribuição dos segurados, ativos e inativos, da contribuição patronal do ente da Federação e outros aportes (Constituição, art. 40, Lei nº 9.717, de 1998 e Lei n.º 10.887, de 2004). Na análise do equilíbrio atuarial, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) Os critérios e parâmetros utilizados nas projeções dos cálculos atuariais;
- b) As projeções realizadas anteriormente;
- c) A inclusão do resultado efetivo do período anterior, para efeito de comparação com as novas projeções;
- d) A eventual e indevida utilização de repasse para a cobertura de déficit atuarial com o objetivo de cobrir déficit financeiro sem a devida transparência;
- e) A eventual e indevida utilização da reserva atuarial, inclusive dos rendimentos financeiros, para tentar evidenciar que há equilíbrio financeiro.

O ente da Federação que já houver instituído, ou que vier a instituir uma entidade, seja ela uma autarquia, fundação, secretaria ou qualquer outra unidade administrativa, destinada a caracterizar, gerir e evidenciar o patrimônio do RPPS e suas respectivas variações deverá elaborar e publicar o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, que integra o RREO (LRF, art. 53, inciso II) e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre (LRF, art. 52).

11.1 DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As fontes de recursos dos regimes de previdência encontram-se atualmente classificadas em três grupos de contas: receitas de contribuições (receitas correntes), contribuições sociais intraorçamentárias e repasses previdenciários recebidos.

No rol das receitas de contribuições (receitas correntes) estão contempladas as contribuições patronais dos servidores ativos civis e militares cedidos e licenciados, e as contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e



militares, consignadas pelo empregador (ente público) ou recolhidas diretamente, inclusive eventuais parcelamentos de débitos. No rol das receitas correntes também estão contempladas as receitas de multas e os juros de mora dessas contribuições, e, ainda, a receita de compensação previdenciária.

Entre as contribuições sociais intraorçamentárias estão as contribuições patronais dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, a contribuição previdenciária para amortização do déficit atuarial e a contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos. Também dentro desta categoria deverão ser registradas as receitas de multas e juros de mora das contribuições intraorçamentárias.

Os repasses previdenciários ou transferências financeiras atualmente estão contemplados em três subgrupos de contas: Repasse Plano Financeiro (repasso para cobertura de insuficiência financeira, repasse para formação de reserva, e outros aportes); Repasse Plano Previdenciário (repasso para cobertura de déficit financeiro, repasse para cobertura de déficit atuarial, e outros aportes); e Outros Aportes (repasses espontâneos de recursos pelo ente público).

É importante ressaltar que a legislação previdenciária orienta, expressamente, que é vedada a utilização dos recursos previdenciários, seja para custear ações de assistência social e saúde, seja para concessão de verbas indenizatórias, ainda que por acidente em serviço, seja por quaisquer outras despesas não previdenciárias.

11.1.1 Da Contabilização da Contribuição Patronal

A contribuição patronal é a contribuição efetuada pela Administração Pública para o regime de previdência social – seja ele RPPS ou RGPS, em virtude da sua condição de empregadora, resultante de pagamento de pessoal.

De acordo com o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000:

*“(…) entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como **encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência**”.*
(...)

*§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, **adotando-se o regime de competência. (grifo nosso)***

As partes grifadas do trecho acima demonstram a importância do correto reconhecimento, pelo regime de competência, das contribuições previdenciárias



recolhidas pelo ente, pois estas contribuem para o somatório da despesa com pessoal que é um dos principais indicadores de responsabilidade na gestão fiscal.

Como dito anteriormente, a importância da correta classificação contábil da informação previdenciária se dá, primordialmente, pela transparência com a qual deve ser tratada toda informação referente ao Regime de Previdência, tanto para os participantes e beneficiários, como para o contribuinte e para toda a sociedade que direta ou indiretamente contribui para o financiamento do sistema. Além disso, devem ser obedecidas as normas legais doutrinárias da ciência contábil que obrigam que haja o registro e a evidenciação da situação patrimonial dos fundos de previdência (conjunto de bens, direitos e obrigações).

De acordo com a Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, em seu art. 5º, as contribuições legalmente instituídas devidas pelo ente federativo que possua regime próprio e que não tenham sido repassadas ao mesmo até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial.

Os casos de parcelamento possuem necessidades particulares de contabilização, pois, sob o ponto de vista patrimonial, o ente deve reconhecer um passivo patrimonial quando da efetivação do fato, e sob o ponto de vista orçamentário, se faz necessário o estorno dos empenhos referentes aos valores a serem parcelados constantes do Termo de Parcelamento firmado entre o Executivo e o Regime de Previdência assim como o reconhecimento do parcelamento em conta específica de operação de crédito.

Importante destacar que os estornos efetuados nos empenhos das contas de despesa, efetuados em virtude do parcelamento, **não podem influenciar os percentuais com Despesa de Pessoal**, e por isso, ao se realizarem os estornos se faz necessária a inclusão do valor parcelado, de forma manual, na coluna de Adição/Exclusão do PAD – Programa Autenticador de Dados – no Modelo 2 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal do item 5.2.2.2 do RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento. É necessário que o responsável indique qual o valor total objeto do parcelamento para que haja o correto levantamento dos percentuais de Despesa com Pessoal constantes da LRF.

De acordo com o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC – **não há evidências** de que o Executivo Municipal tenha descumprido o regime de competência na contabilização das contribuições patronais. Não foram efetuados ajustes corretivos referentes às contribuições patronais na Despesa com Pessoal.



12. CONCLUSÃO

Do presente Relatório, salienta-se a existência de irregularidades passíveis de serem esclarecidas, quanto aos seguintes tópicos:

- **Item 5.5 - Da entrega da Base de Legislação Municipal (BLM)** - Resolução TCE/RS nº 843/2009 e Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009.

- **Item 8.1.4 - Da Lei da Transparência** –caput do art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, pela LC nº 156/2016.

- **Item 10.1 – Dos Documentos da prestação de Contas - Quanto à Não Conformidade – alínea “c”** - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SICM - SAG
Proc. Nº 04929-02.00/17-5



13. INTIMAÇÕES

Do presente relatório, salienta-se a existência de irregularidades passíveis de serem esclarecidas pelo **Sr. Rodrigo Locatelli Tisott**, inseridas no item 12 deste relatório.



Senhor(a) Supervisor(a):

Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 10/08/2018.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 10/08/2018.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



Processo:	004929-0200/17-5
Órgão:	PM DE BARRA DO GUARITA
Matéria:	Contas de Governo
Exercício:	2017
Administrador:	Rodrigo Locatelli Tisott

Vistos, em Gabinete.

Determino a **citação** do Senhor **Rodrigo Locatelli Tisott**, nos termos do art. 238 do CPC, aplicado nesta Corte por força do art. 147 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado – RITCERS, a respeito dos fatos apontados no presente processo.

Ato contínuo, determino a **intimação do supracitado Gestor**, para que, no prazo de 30 dias, a teor do disposto no art. 12, inc. V, do referido Diploma Regimental, preste esclarecimentos sobre o conteúdo da *peça 1307998 - Relatório de Contas de Governo*, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente.

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas para emissão de Parecer, nos termos do art. 36, inc. II, do RITCERS.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2018.

Assinado digitalmente pelo Relator.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**



Ofício DCF nº 08330/2018

Porto Alegre, 15 de agosto de 2018.

Processo nº 004929-0200/17-5
Órgão: PM de Barra do Guarita

A Sua Excelência o Senhor
Rodrigo Locatelli Tisott
Prefeito - PM de Barra do Guarita
Rua Sobradinho, 9 Centro
CEP 98530000 - Barra do Guarita/RS

Senhor Prefeito,

Nos termos do artigo 238 do Código de Processo Civil, aplicado neste Tribunal por força do art. 147 do Regimento Interno, bem como o disposto no art. 12, incisos IV e V, do mesmo Regimento, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. citado para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 1422068, 1307998 daqueles autos.

Em caso de processo eletrônico, o envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do Portal do TCE (www.tce.rs.gov.br). As orientações poderão ser encontradas no Portal do TCERS, na guia Jurisdicionados -> Processo Eletrônico -> Orientações de uso -> Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados -> Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

A autenticidade desta intimação pode ser aferida por meio da Consulta Processual Privada.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

Zâmis Alves Harlos
Oficial de Controle Externo



Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Rodrigo Locatelli Tisott

Processo: 004929-0200/17-5

Órgão: PM DE BARRA DO GUARITA

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Algir Lorenzon

Data decisão: 14/08/2018

Decisão: Apresentar esclarecimentos.

peças 1422068, 1307998

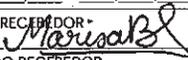
Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 16/08/2018, no Boletim nº 1353/2018, considera-se publicado na data de 17/08/2018.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2018.

MARCIA COIMBRA PINTO

Oficial de Controle Externo

CORREIOS		INTIMAÇÃO		TCE/RS	
DESTINATÁRIO RODRIGO LOCATELLI TISOTT RUA SOBRADINHO-9- BARRA DO GUARITA - RS 98530-000 AR974051830SI 		 9912247964/2018-12/RS TCE/RS CORREIOS		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR CENTRAL DE ARs - 91040-973 - Porto Alegre - RS					
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO Lista 510/2018. Processo: 4929-0200/17-5. Of. DCF-Gab.: 8330/2018. Setor: (0265) SEPROC.					
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º _____ 2º _____ 3º _____		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 9		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO Carlos Antonio Bald Mat 8.695.693-0 Agente de Correios Atendente Comercial	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DA ENTREGA 23/08		Nº DOC DE IDENTIDADE 705.794.5415	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR MARISA B. SANTOS					

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA**

Resposta ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Supervisão de Instrução de Contas Municipais
Serviço de Acompanhamento e Gestão

CONTAS DE GOVERNO
Processo nº 04929-0200/17-5

Exmo. Sr.
ALGIR LORENZON
Conselheiro Relator
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Rodrigo Locatelli Tisott, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, inscrito no CPF 775.734.470-00, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo nº 04929-0200/17-5, apresentar justificativas e esclarecimentos em relação aos apontamentos descritos no RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO, referente ao exercício de 2017, dizendo e requerendo o quanto segue:

1) Informações: Contas de Gestão: Executivo Municipal
Período de Verificação: 2017
Auditor: Algir Lorenzon

2) Das irregularidades: O Conselheiro Agir Lorenzon salienta a existência de irregularidades passíveis de serem esclarecidos, que demonstro a seguir:

a) Item 5.5 – Da entrega da Base de Legislação Municipal (BLM)

Disse o relator da E. Corte de Contas que a Base da Legislação Municipal (BLM), teve a entrega de remessa referente ao 1º trimestre de 2017 com atraso, contrariando a Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009 e a Resolução nº 843/2009.

O Executivo Municipal justifica o atraso no envio da referida remessa, por motivo de vencimento do Certificado Digital da servidora responsável pelo preenchimento e envio dos dados da BLM.

Para tanto, venho mui respeitosamente informar que as remessas subsequentes, dos trimestres posteriores foram efetuadas na sua totalidade nos prazos pré-estabelecidos, tanto no ano de 2017, quanto no ano de 2018.

Ademais, a Administração Pública Municipal comprometida com o contexto normativo dos princípios constitucionais que nos compete, reitera o fortalecimento do comprometimento de que nos é conferido.

b) Item 8.1.4 – Da Lei da Transparência – caput do art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, pela LC nº 156/2016.

Em relação ao não cumprimento do § 2º do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Complementar nº 131/2019 – Lei da Transparência, no que se refere a publicação do Relatório da Transparência da Gestão, em específico a Prestação de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

Contas/Relatório Circunstanciado do ano anterior, convém referenciar que a avaliação realizada por esta Corte de Contas evidenciada no relatório foi exclusivamente do Sistema Informatizado dessa municipalidade – Pronim/GOVBR que no período efetivamente não estava inserido, tendo em vista equívoco da nova gestão.

Contudo, foram plenamente atendidos os princípios da legalidade e publicidade, tendo em vista que todas as matérias eram publicadas no site da Prefeitura Municipal www.barrado guarita.rs.gov – serviços- contas públicas - seleciona o ano correspondente – relatório circunstanciado (anexo I).

Oportuno dizer que, já foi providenciado a inserção de todos os relatórios da Prestação de Contas, e já estão disponíveis no Sistema Informatizado Pronim – Portal da Transparência – Publicações – Prestações de Contas – Relatório Circunstanciado (anexo II) e continuam sendo publicados no site Oficial do Município, afim de ampliar a publicidade conforme prevê a legislação.

c) Item 10.1 – Dos documentos da Prestação de Contas – Quanto a não conformidade – alínea “c”. Das demonstrações contábeis da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015.

Com relação ao apontamento de não conformidade da alínea c, tem-se a esclarecer que o Sistema de Informática utilizado pelo município, apresentou problemas nos lançamentos automáticos relativo aos atributos “P” e “F”.

Os relatórios possíveis de imprimir para conferência não apresentam estas inconformidades de atributos, razão pela qual a contabilidade não conseguiu identificar esta situação.

Após o apontamento, a empresa responsável pelo Sistema solucionou o problema em 2018. Por se tratar de problema de Sistema e que, em 2018 foi resolvido, reiteramos a esta Corte de Contas que seja considerada sanada esta restrição.

3) Conclusão: Isso posto, requer sejam acolhidas as justificativas apresentadas, reiterando que a Gestão Municipal busca continuamente a implementação do cumprimento dos princípios constitucionais e administrativos.

Entendendo necessário, seja deferido o prazo de 15 dias para a juntada de declaração da empresa que presta DUETO, que presta serviços ao município, com relação a impossibilidade de cumprimento da alínea “c”, do item “2”.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Barra do Guarita/RS, 09 de outubro de 2018.

Rodrigo Locatelli Tisott
Prefeito Municipal



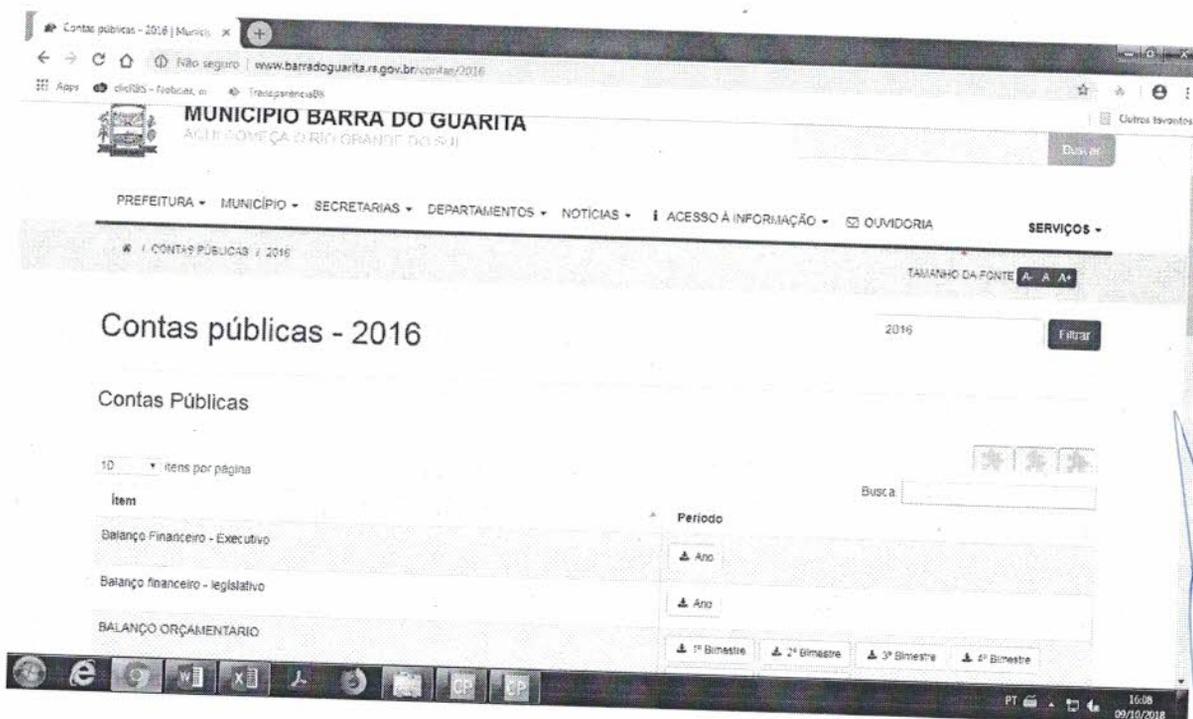
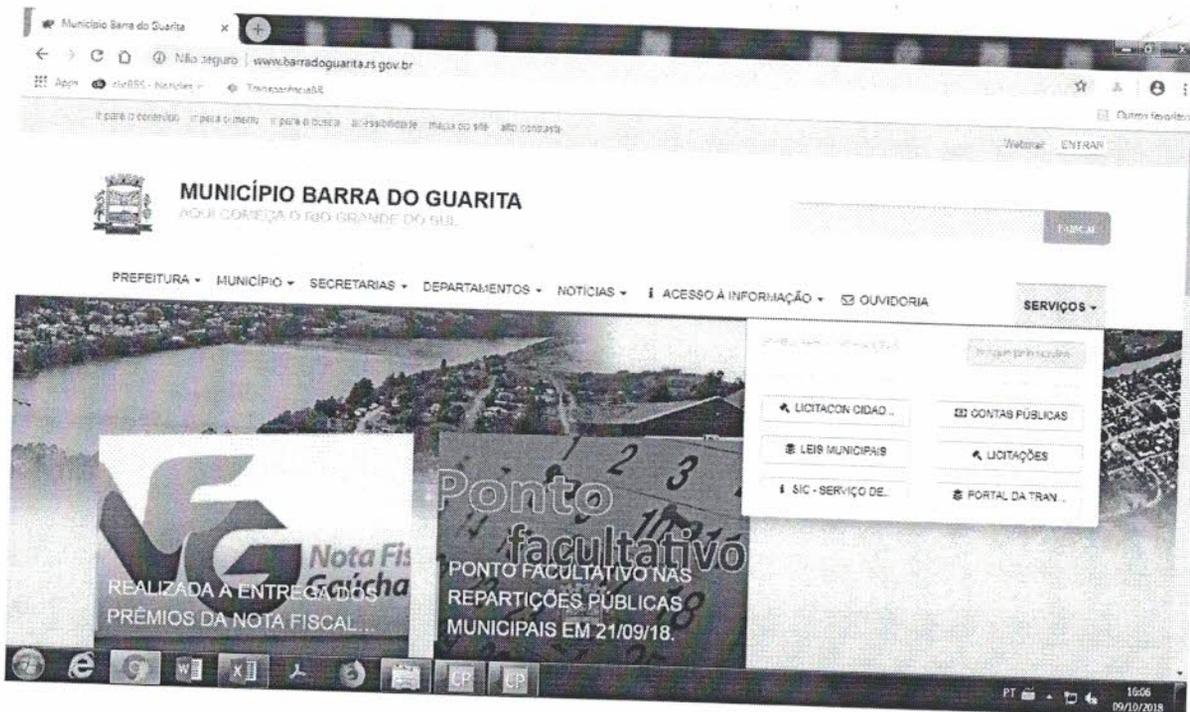
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

Anexo I

Processo nº 04929-02.00/17-5

Letra c – item 8.1.4



RUA SOBRADINHO, 09 - CEP: 98530-000 - FONES: (55) 3616.1010 / 3616.1025 - E-mail: pmguarita@gmail.com.com - CNPJ: 94.726.312/0001-20

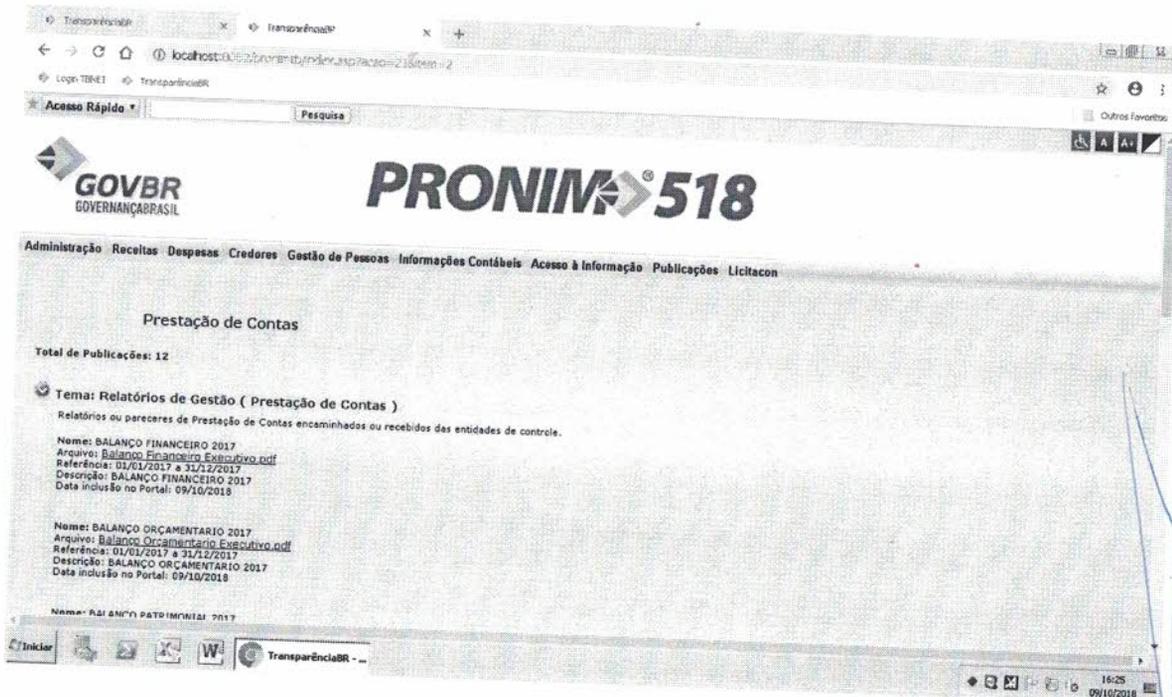
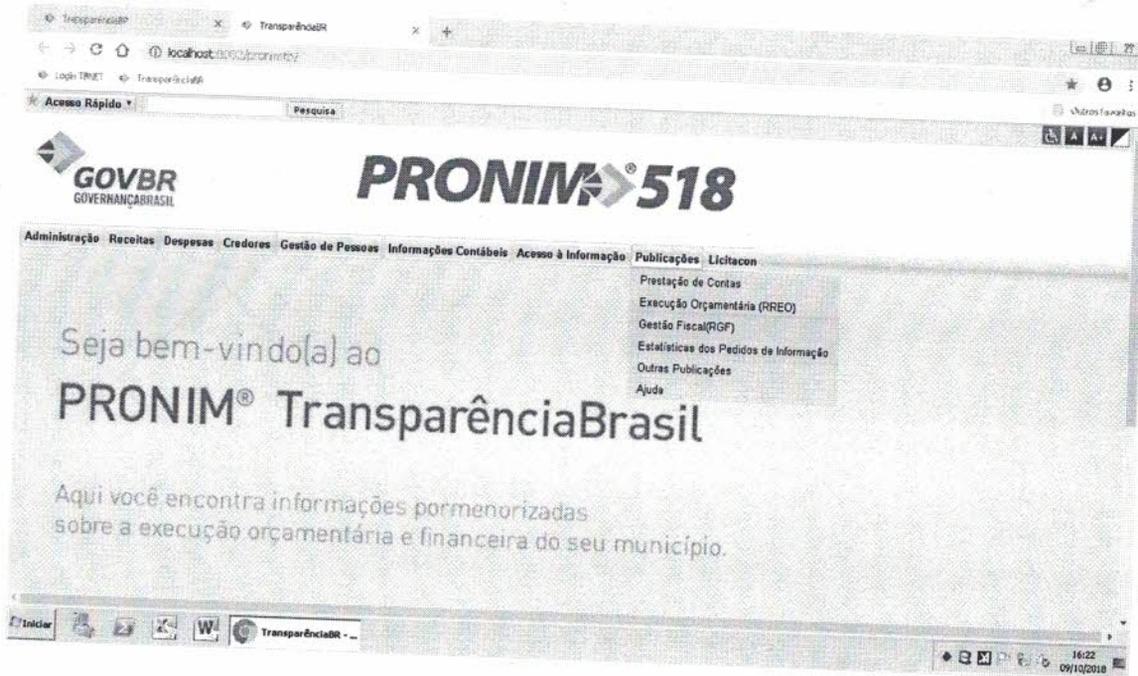
Assinado digitalmente por: RODRIGO LOCATELLI TISOTT em 11/10/18.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7E36.D6C8.1FCE.E5B6.36FB.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

Anexo II
Processo nº 04929-02.00/17-5
Letra c – item 8.1.4



RUA SOBRADINHO, 09 - CEP: 98530-000 - FONES: (55) 3616.1010 / 3616.1025 - E-mail: pmguarita@gmail.com.com - CNPJ: 94.726.312/0001-20

Assinado digitalmente por: RODRIGO LOCATELLI TISOTT em 11/10/18.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7E36.D6C8.1FCE.E5B6.36FB.



Informação nº 1664/2018
Processo nº 4929-0200/17-5 – Contas de Governo
Exercício: 2017
Órgão/Entidade: Executivo Municipal de Barra do Guarita
Assunto: Esclarecimentos intempestivos
Conselheiro-Relator: Algir Lorenzon
Doc. nº 19196-0299/18-1

Senhora Coordenadora:

Cumprindo determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator (peça 1422068 dos autos), foi expedida intimação ao Sr. Rodrigo Locatelli Tisott, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, preste esclarecimentos sobre o conteúdo da peça 1307998 – Relatório de Contas de Governo, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente (prazo: 02-10-2018).

Vêm a esta Supervisão os esclarecimentos intempestivos firmados pelo Gestor supracitado, enviados pelo e-protocolo em 11-10-2018, em resposta à intimação supracitada.

Informa-se que o processo se encontra no SEPROC na situação “aguardando análise de juntada”.

Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento do expediente à apreciação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator.

SSP/SEPROC, em 22-10-2018.

Jorge Atílio Pereira,
Oficial de Controle Externo.

De acordo com a Informação e encaminhamento proposto.

SSP/SEPROC, em 22-10-2018.

Carla Rejane Doval Florio,
Coordenadora.

À consideração do Exmo. Sr.
Conselheiro-Relator.

SSP/GAB, em 22-10-2018.

Michael Abreu Ribeiro,
Supervisor.



Processo 4929-0200/17-5
DOC nº: 19196-0299/18-1
Órgão: Executivo Municipal de Barra do Guarita
Tipo: Contas de Governo
Esclarecente: Rodrigo Locatelli Tisott

Vistos, em Gabinete.

DEFIRO a juntada da presente documentação aos autos e seu exame pela Supervisão competente.

Gabinete, em 23-10-2018.

**Conselheiro ALGIR LORENZON,
Relator.**



Processo nº 004929-0200/17-5

Órgão: Executivo Municipal de Barra do Guarita

Administrador¹: Rodrigo Locatelli Tisott (Prefeito Municipal)

IT - Análise de Esclarecimentos

Processo de Contas de Governo - Executivo/2017

Senhora Coordenadora:

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame².

Examinam-se os esclarecimentos prestados pelo Administrador, assim como os documentos juntados aos autos, conforme os itens a seguir.

¹ Consulta aos Sistemas Corporativos, RES1310, em 29-10-2018.

² Consulta ao Sistema Corporativo - RES1310, realizada em 29-10-2018.



RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – BLM. Verifica-se que as remessas de normas à Base de Legislação Municipal do Tribunal de Contas do Estado – BLM, em especial à relativa ao 1º trimestre de 2017, foi entregue com atraso de 22 dias, infringindo os termos da Resolução TCE/RS nº 843/2009 e da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009, (peça 1307998, pp. 14 e 52).

Esclarecimentos prestados à peça 1521796. Não junta documentos comprobatórios.

Alega o Gestor que o descumprimento do prazo se deu em razão de a validade do certificado digital da Servidora responsável pelo preenchimento ter expirado.

Ao exame.

As razões apresentadas pelo Gestor em sua defesa denotam que o Município não mantém controle da validade dos certificados digitais dos servidores responsáveis por remessas de informações e documentos devidas a este TCE, o que, por si só, não serve de justificativa ao descumprimento do prazo, que no, repercutiu em atraso de de 22 dias.

Diante do exposto, **sugere-se a manutenção do aponte.**

8.1.4 Da Lei da Transparência. Com base na análise das informações contidas em sitio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do *caput* art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, pela LC Federal nº 156/2016, conforme se demonstra nas peças 1305136, 1305139 e 1307998, pp. 24 a 26 e 52.

Esclarecimentos prestados à peça 1521796. Não junta documentos comprobatórios.



Admite o Gestor que a publicação do relatório da transparência da gestão, em específico a Prestação de Contas/ Relatório Circunstanciado do ano anterior, realmente não estaria contemplada no sistema Pronim/GOVBR, mas alega que o documento estaria no site municipal [www.barradoquarita.rs.gov./](http://www.barradoquarita.rs.gov/) serviços/ contas públicas. Refere, ainda, já ter providenciado a inserção de todos os dados no Sistema Pronim (peça 1521796, pp. 3 e 4).

Ao exame:

Inicialmente há que se referir que foi constatada, pela área técnica deste TCE, a falta da prestação de contas (Relatório Circunstanciado) do ano anterior, conforme foi documentado pela peça 1305136, através de consulta à transparência pública veiculada no sitio municipal (peça 1305139).

O Gestor alega que os documentos estariam em outro endereço e junta aos esclarecimentos “prints” das consultas obtidas em 09-10-2018 (peça 1521796, pp. 3 e 4).

Ocorre que o TCE procedeu tal exame em 15-09-2017 e, como referido anteriormente, as telas copiadas pelo Gestor apresentam data de 09-10-2018, portanto, incompatíveis com o período de verificação deste TCE.

Diante do exposto, **sugere-se que o aponte permaneça para o presente exercício.**

10.1 DOS DOCUMENTOS. - Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015. O Balanço Patrimonial consolidado, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (peça 829674, pg. 2), apresenta saldos devedores no subgrupo “Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F”, no valor de R\$ 928.823,80 (peça 1364099), e no subgrupo “Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F” (peça 1364175), no valor de R\$ 9.642,13, esses de natureza credora. Tais inconsistências demonstram não atendimento ao PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



Constataram-se, ainda, inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (peça 829674), tendo em vista que os saldos iniciais de diversas contas, no exercício de 2017, estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações dos códigos e dos Indicadores de Superávit Financeiro de algumas contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1306216. Tais situações evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (peça 1307998, pp. 24 a 26 e 52).

Esclarecimentos prestados à peça 1521796. Não junta documentos comprobatórios.

O Gestor esclarece que o sistema de informática utilizado pelo Município teria apresentado problemas nos lançamentos automáticos relativos ao atributo “P” e “F”, não identificados através dos relatórios emitidos para conferência pela Contabilidade.

Argumenta, contudo, que após o apontamento a empresa responsável pelo Sistema de Contabilidade teria solucionado o problema em 2018.

Ao exame.

O próprio Gestor admite a irregularidade no uso dos atributos “P” e “F” e o ajuste em 2018. Com respeito aos saldos invertidos de contas do passivo (peça 829674, p. 2), que apresentavam saldo devedor em vez de credor, nada foi esclarecido.

Diante do exposto, **sugere-se a manutenção do aponte.**

À sua consideração.

Ivan Carlos Almeida dos Santos
Auditor Público Externo



Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 29/11/2018.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 29/11/2018.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC 14312/2018

Processo nº	004929-0200/17-5
Relator:	Conselheiro Algir Lorenzon
Matéria:	Contas de Governo - EXERCÍCIO DE 2017
Órgão:	PM DE BARRA DO GUARITA
Gestor:	Rodrigo Locatelli Tisott (Prefeito)

CONTAS DE GOVERNO. PARECER FAVORÁVEL.
RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

A conduta infringente de normas de administração financeira e orçamentária não impede a emissão de parecer favorável à aprovação das contas do Gestor (Prefeito).

Para exame e parecer o Processo de Contas de Governo do Administrador acima nominado.

Registre-se que o Sr. Rodrigo Locatelli Tisott (Prefeito) prestou esclarecimentos intempestivos à peça 1521796, contendo cópias das telas da página eletrônica da Prefeitura Municipal.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

1. A SICM registra a inexistência de processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame.

2. As irregularidades a seguir, constantes do relatório Consolidado, de responsabilidade do Sr. Rodrigo Locatelli Tisott (Prefeito), desvelam a transgressão a dispositivos constitucionais e das normas de administração financeira e orçamentária.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – BLM. Verifica-se que as remessas de normas à Base de Legislação Municipal do Tribunal de Contas do Estado – BLM, em especial à relativa ao 1º trimestre de 2017, foi entregue com atraso de 22 dias, infringindo os termos da Resolução TCE/RS nº 843/2009 e da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009, (peça 1307998, pp. 14 e 52).

8.1.4 Da Lei da Transparência. Com base na análise das informações contidas em sitio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, pela LC Federal nº 156/2016, conforme se demonstra nas peças 1305136, 1305139 e 1307998, pp. 24 a 26 e 52.

O Gestor, em síntese, admite que a publicação do relatório da transparência da gestão, em específico a Prestação de Contas/ Relatório Circunstanciado do ano anterior, realmente não estaria contemplada no sistema Pronim/GOVBR, mas alega que o documento estaria no site municipal [www.barradoguarita.rs.gov.br/servicos/contas públicas](http://www.barradoguarita.rs.gov.br/servicos/contas_publicas). Refere, ainda, já ter providenciado a inserção de todos os dados no Sistema Pronim (peça 1521796, pp. 3 e 4).

A Supervisão refuta as alegações defensivas, ressaltando que as telas copiadas pelo Gestor apresentam data de 09-10- 2018, portanto, incompatíveis com o período de verificação deste TCE.

Desta feita, tem-se que deve permanecer o apontamento ante o reconhecimento da falha pelo próprio Gestor e que perdurou incólume durante o período examinado.



10.1 DOS DOCUMENTOS. - Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015. O Balanço Patrimonial consolidado, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (peça 829674, pg. 2), apresenta saldos devedores no subgrupo “Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F”, no valor de R\$ 928.823,80 (peça 1364099), e no subgrupo “Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F” (peça 1364175), no valor de R\$ 9.642,13, esses de natureza credora. Tais inconsistências demonstram não atendimento ao PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Constataram-se, ainda, inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (peça 829674), tendo em vista que os saldos iniciais de diversas contas, no exercício de 2017, estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações dos códigos e dos Indicadores de Superávit Financeiro de algumas contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1306216. Tais situações evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (peça 1307998, pp. 24 a 26 e 52).

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos não compromete gravemente a gestão e, por isso, opina-se pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas de governo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ressalto, por oportuno, que esta Agente Ministerial tem o entendimento de que cabe a imputação de penalidade pecuniária ao administrador também nas contas de governo.

Curvo-me, todavia, à jurisprudência do TCE/RS, no sentido do não cabimento da multa ao gestor no tocante às contas de governo, sendo a matéria, inclusive, objeto de Súmula (“Nos processos de Contas de Governo, não cabe multa ao Administrador.” – Súmula nº 23, publicada no D.E. T de 07-04-2017).

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

2º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo do Sr. Rodrigo Locatelli Tisott (Prefeito), Administrador do Executivo Municipal de Barra do Guarita, no exercício de 2017, com fundamento no art. 3º da Resolução nº 1.009/2014.

3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência do aponte criticado nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 30 de novembro de 2018.

FERNANDA ISMAEL,
Adjunta de Procurador.
Assinado digitalmente.

110



Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 15 de Fevereiro de 2019, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 5ª Sessão da Segunda Câmara, aprazada para o dia 20 de Fevereiro de 2019 - 10h30min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 004929-0200/17-5
Órgão: PM de Barra do Guarita
Matéria: Contas de Governo

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2019.



Processo nº: 4929-0200/17-5
Natureza: Contas de Governo
Órgão: Executivo Municipal de BARRA DO GUARITA
Gestor: Rodrigo Locatelli Tisott
Exercício: 2017
Data da Sessão: 20-02-2019
Órgão Julgador: Segunda Câmara
Relator: Conselheiro Algir Lorenzon

RECOMENDAÇÃO.

Recomendação ao atual Gestor para que evite a incidência dos apontes destacados nos autos e adote medidas efetivas visando à sua regularização.

APRECIACÃO DAS CONTAS.

As inconformidades apontadas não comprometem as Contas de Governo do Administrador. Emissão de Parecer Favorável à sua aprovação.

Trata o presente processo das Contas de Governo de **Rodrigo Locatelli Tisott** (*Prefeito*), Administrador do Executivo Municipal de **BARRA DO GUARITA**, no exercício de 2017.

Constam, nos autos, os relatórios e informes produzidos pela Supervisão de Instrução, os esclarecimentos apresentados pelo Prefeito, acompanhados de documentação, bem como a manifestação do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, exarada por meio do Parecer MPC nº 14312/2018 (*peça 1611638*).

A SICM registra que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame.



Após os esclarecimentos, a SICM sugere a permanência das seguintes inconformidades (*peça 1549201*):

RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

5.5 DA BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – BLM. Verifica-se que as remessas de normas à Base de Legislação Municipal do Tribunal de Contas do Estado – BLM, em especial à relativa ao 1º trimestre de 2017, foi entregue com atraso de 22 dias, infringindo os termos da Resolução TCE/RS nº 843/2009 e da Instrução Normativa TCE/RS nº 12/2009, (*peça 1307998*, pp. 14 e 52).

8.1.4 Da Lei da Transparência. Com base na análise das informações contidas em sitio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do *caput* art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, pela LC Federal nº 156/2016, conforme se demonstra nas peças 1305136, 1305139 e 1307998, pp. 24 a 26 e 52.

10.1 DOS DOCUMENTOS. - Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015. O Balanço Patrimonial consolidado, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (*peça 829674*, pg. 2), apresenta saldos devedores no subgrupo “Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F”, no valor de R\$ 928.823,80 (*peça 1364099*), e no subgrupo “Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F” (*peça 1364175*), no valor de R\$ 9.642,13, esses de natureza credora. Tais inconsistências demonstram não atendimento ao PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Constataram-se, ainda, inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (*peça 829674*), tendo em vista que os saldos iniciais de diversas contas, no exercício de 2017,



estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações dos códigos e dos Indicadores de Superávit Financeiro de algumas contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1306216. Tais situações evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (peça 1307998, pp. 24 a 26 e 52).

O Ministério Público junto a esta Corte de Contas manifestou-se, em conclusão, nos seguintes termos:

*“1º) **Atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000.*

*2º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo do Sr. Rodrigo Locatelli Tisott (Prefeito), Administrador do Executivo Municipal de Barra do Guarita, no exercício de 2017, com fundamento no art. 3º da Resolução nº 1.009/2014.*

*3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência do aponte criticado nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.”*

É o Relatório.

Voto.

Em que pesem os esclarecimentos prestados pelo Administrador, conforme a análise realizada pelo Órgão Instrutivo e acompanhada pelo Parecer Ministerial, as falhas apontadas permanecem.

Nesse sentido, cabe recomendação ao atual Gestor para que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização.



Essas inconformidades, entretanto, sob meu ponto de vista não comprometem a globalidade das Contas de Governo do Prefeito, razão pela qual, acompanhando o entendimento da Nobre Representante do *Parquet*, sou pela emissão de Parecer Favorável à aprovação de suas Contas.

Assim, com esses fundamentos, **VOTO** para que esta Colenda Câmara decida nos seguintes termos:

a) pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo de **Rodrigo Locatelli Tisott** (*Prefeito*), Administrador do Executivo Municipal de **BARRA DO GUARITA**, no exercício de **2017**, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;

b) pela **recomendação** ao atual Gestor para que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização;

c) após o trânsito em julgado, pelo **encaminhamento** do processo ao Poder Legislativo Municipal de **BARRA DO GUARITA**, acompanhado do Parecer de que trata a letra “a” desta decisão, para os fins legais.

Conselheiro ALGIR LORENZON,
Relator.



Relator: Conselheiro Algir Lorenzon
Processo n. 004929-02.00/17-5 –
Decisão n. 2C-0089/2019

– Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de Barra do Guarita** no exercício de **2017**.

A Secretária da Segunda Câmara certifica que, apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos, o qual foi acolhido em plenário.

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Segunda Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:

a) emitir Parecer sob o n. 20.019, Favorável à aprovação das Contas de Governo do Senhor **Rodrigo Locatelli Tisott, Administrador do **Executivo Municipal de Barra do Guarita** no exercício de **2017**, com fundamento no artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009/2014;**

b) recomendar ao atual Gestor que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização;

c) após o trânsito em julgado, encaminhar o processo ao Poder Legislativo Municipal de Barra do Guarita, acompanhado do Parecer de que trata a letra “a” desta Decisão, para os fins legais.

Participaram do julgamento deste processo o Conselheiro-Presidente, Algir Lorenzon (Relator), o Conselheiro Cezar Miola e a Conselheira-Substituta Heloisa Piccinini.

Plenário Gaspar Silveira Martins, em 20-02-2019.

Lisiane Glass,
Secretária da Segunda Câmara.



PARECER N. 20.019

Processo n. 004929-02.00/17-5

Processo de Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de Barra do Guarita** no exercício de **2017**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação. **Parecer Favorável**.

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **004929-02.00/17-5**, de Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de Barra do Guarita**, Senhor **Rodrigo Locatelli Tisott**, no exercício de **2017**;

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e os demais documentos que integram o referido Processo de Contas de Governo conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao Erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as Contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;



Continuação do Parecer n. 20.019

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo do Administrador do **Executivo Municipal de Barra do Guarita**, correspondentes ao exercício de **2017**, gestão do Senhor **Rodrigo Locatelli Tisott**, em conformidade com o artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009, de 19 de março de 2014; e **recomendar** ao atual Gestor que evite a ocorrência de falhas como as apontadas nos autos e adote medidas efetivas visando à sua regularização;

– **Encaminhar** o presente Parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Plenário Gaspar Silveira Martins,
20 de fevereiro de 2019.

CONSELHEIRO ALGIR LORENZON

**Presidente
e Relator**

CONSELHEIRO CEZAR MIOLA

CONSELHEIRA-SUBSTITUTA HELOISA PICCININI

Estive presente:

**ADJUNTA DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DANIELA WENDT TONIAZZO**



Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado:

Processo: 004929-0200/17-5

Órgão: PM DE BARRA DO GUARITA

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Algir Lorenzon

Data decisão: 20/02/2019

Decisão: 2C-0089/2019

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 19/03/2019, no Boletim nº 397/2019, considera-se publicado na data de 20/03/2019.

Porto Alegre, 19 de março de 2019.

JÚLIO CÉSAR LANDIN
Oficial de Controle Externo



Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 004929-0200/17-5

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 20/05/2019

Processo: 004929-0200/17-5

Órgão: PM de Barra do Guarita

Matéria: Contas de Governo

Exercício: 2017

Recursos: -x-

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 31 de Maio de 2019.

Mariza Elena Lang
Oficial de Controle Externo



Procedência: SEADE-SECALC

Destinatário: SEADE-SEARQ - Setor de Arquivo

Processo/Expediente nº 04929-0200/17-5

Contas de Governo Exercício: 2017

Órgão: Executivo Municipal de Barra do Guarita

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO (ELETRÔNICO)

- a) A decisão da Segunda Câmara, em Sessão de 20/02/2019, transitou em julgado em 20/05/2019 e todas as alíneas foram cumpridas (peça nº 1789356).
- b) Emitido Parecer, sob o nº 20.019, Favorável à aprovação das Contas do Senhor Rodrigo Locatelli Tisott, Administrador do Executivo Municipal de Barra do Guarita, no exercício de 2017 (peça nº 1789401).
- c) O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento, nos termos do § 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

AD-95.2.1



Ofício DG nº 5171/2019
Proc. nº 004929-0200/17-5

Porto Alegre, 04 de julho de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente do Legislativo Municipal de Barra do Guarita
Rua Sarandi, nº 93
98530-000 – Barra do Guarita – RS

Senhor Presidente,

A decisão referente às Contas de Governo desse Município, exercício de 2017 pode ser examinada para posterior julgamento no “Portal > Jurisdicionados > Consulta Processual e Geração de Guias de Recolhimento > Consulta Processual e Geração de Guias (Apenas Jurisdicionados)”, nos termos do §2º do artigo 31 da Constituição Federal. Ressalto que o Parecer Prévio emitido por este Tribunal sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

A comunicação a esta Corte de Contas da decisão final dessa Câmara Municipal pode se dar de forma física, entregue neste Tribunal, ou forma eletrônica, no “Portal>Jurisdicionados >Processo Eletrônico>Acesso ao Sistema, gerando um protocolo avulso, do tipo “Manifestações Processuais”, nos termos do artigo 72 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.

Atenciosamente,

Sandro Correia de Borba,
Diretor-Geral.

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 004929-0200/17-5 - Matéria - Contas de Governo

- Órgão: PM DE BARRA DO GUARITA
- Relator: Algir Lorenzon
- Peça(s):
 - nº 1990838 - Termo de encerramento
- Data de envio da comunicação: 27/06/2023
- Motivo: Notificado - Disponibilização do Parecer Prévio
 - Destinatário: **Angela Verenice da Luz** - CM DE BARRA DO GUARITA - Responsável (e-com nº 80938/277656)
 - Destinatário: **Luana Cristina da Cruz** - Controle Interno - Responsável (e-com nº 80938/277677)

Observações:

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Para o Fiscalizado - Consulta Processual e Geração de Guias. O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS(www.tce.rs.gov.br), na guia Para o Fiscalizado - Processo Eletrônico - Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo "Julgamento das Contas pelo Legislativo". Importante ressaltar que o prazo para julgamento está estabelecido nas normas locais, bem como há também o prazo de até 30 dias para encaminhar a esta Corte de Contas cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, conforme prevê a Resolução nº 1028/2015, art. 72: "A Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal". Caso o referido Processo já tenha sido julgado pela Câmara de Vereadores, o resultado da votação (Decreto Legislativo) deverá igualmente ser encaminhado conforme orientação acima. Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

Porto Alegre, 27 de Junho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Certidão de Consulta

Processo nº: 004929-0200/17-5
Órgão: PM DE BARRA DO GUARITA
Destinatário: Angela Verenice da Luz
Matéria: Contas de Governo
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §4º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que Angela Verenice da Luz efetivou a consulta ao teor da comunicação eletrônica número 80938/277656 em:

29/06/2023 14:46:58

Porto Alegre, 29 de Junho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS